



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARIA SIQUEIRA DE ABREU

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE
ACERCA DO TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM UM CENTRO DE
REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) NO SERTÃO
PARAIBANO**

**SOUSA/PB
2019**

MARIA SIQUEIRA DE ABREU

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE
ACERCA DO TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM UM CENTRO DE
REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) NO SERTÃO
PARAIBANO**

Trabalho de conclusão do curso apresentado à
Coordenação do curso de bacharelado em
Serviço Social da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial para
a obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof.^a Me Juliana e Silva de
Oliveira

**SOUSA/PB
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

A162v

Abreu, Maria Siqueira de.

Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise acerca do trabalho multiprofissional em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no sertão paraibano. / Maria Siqueira de Abreu. - Sousa: [s.n], 2019.

141 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2019.

Orientadora: Prof.^a Me. Juliana e Silva de Oliveira.

1. CREAS. 2. Violência Sexual 3. Criança e Adolescente. 4. Proteção Social Especial. I. Título.

Biblioteca do CCJS - UFCG

CDU 36-053.2

MARIA SIQUEIRA DE ABREU

**VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE
ACERCA DO TRABALHO MULTIPROFISSIONAL EM UM CENTRO DE
REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) NO SERTÃO
PARAIBANO**

Este trabalho de conclusão de curso é requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, PB.

Aprovada em: 02/07/2019

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.ª Me Juliana e Silva de Oliveira

ORIENTADORA

Prof.ª Me Glaucia Maria de Oliveira Carvalho

EXAMINADORA

Prof.ª Me Mayewe Eliênia Alves dos Santos

EXAMINADORA

SOUSA/PB

2019

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecer ao Pai Celestial por ter iluminado a minha trajetória acadêmica e me encorajado quando eu não mais encontrava forças para seguir adiante.

À minha mãe Rosa que nunca mediu esforços para ajudar-me na concretização dos meus sonhos e projetos de vida. Obrigada por não desistir de mim e oferecer o apoio necessário para que eu chegasse até aqui. A conclusão deste trabalho também é uma forma de retribuir o zelo, o cuidado, o amor e tudo o que tens feito por mim e pela nossa família.

À meu Pai Euclides por ter ensinado que nesse processo o conhecimento adquirido é a minha maior conquista. Ele sempre me apontou e direcionou para o caminho da honestidade e da dignidade.

Aos meus irmãos Junior e Júlio Cesar por sempre me incentivarem e acreditarem na minha capacidade.

Aos meus sobrinhos Maria Alice e Oscar Cesar que durante a construção deste trabalho amenizavam o meu cansaço mental com suas alegrias contagiantes.

À minha amiga Valéria Araújo por ter sido um dos meus braços direitos no percurso dessa graduação e pelo fato de ter dividido comigo as responsabilidades de trabalhos em dupla e de grupo, bem como por sempre está disposta a ajudar-me em qualquer situação. Obrigada por ser essa grande parceira que compartilhou alegria, conhecimento, companheirismo, apreensões, estresses e tretas (rsrs).

À Elma Maria pela paciência com que respondia as minhas dúvidas de conteúdos, por ter aturado minhas angustias pessoais e acadêmicas. Minha companheira de estágio, com quem troquei aprendizado, lições, risadas e lanches. Obrigada, por ser a minha segunda mãe na Universidade.

À Luan Limeira pela compreensão em responder aos meus questionamentos sobre os assuntos das disciplinas, por aturar meus áudios via WhatsApp (rsrs) e pelo incentivo e apoio ao longo desses quatro anos. Sou grata a você meu irmão por tanto ter estendido a sua mão a mim.

À minha prima e amiga Pâmela Teodósio que foi e é uma das pessoas mais incentivadoras na minha vida. Ela que além de compartilhar comigo uma linda e sincera amizade, divide seus sonhos.

Aos colegas de sala pelos momentos vivenciados durante esta graduação, levarei um pouco de cada um de vocês dentro de mim e estarão eternamente nas minhas melhores lembranças.

À minha orientadora Juliana Oliveira pela paciência e compreensão nas orientações e por ter contribuído significativamente para a elaboração deste trabalho.

Em especial a Professora Glauca Oliveira , pessoa responsável por me nortear quando eu me encontrava sem rumo e desestimulada na graduação. Obrigada, por me fazer amar o Serviço Social.

Ao professor André de Menezes, meu primeiro orientador, que por outras questões não pode me conduzir na elaboração deste trabalho, mas deu suas contribuições no início desse processo. Grata, pelas excelentes e ricas aulas ministradas por esse grande mestre.

Ao corpo docente de Serviço Social pelo conhecimento repassado, pelas riquíssimas contribuições durante esses quatro anos. Grata por terem nos mostrado a importância dessa profissão para a população usuária das políticas públicas e sociais, bem como por nos ter feito entender a necessidade de uma transformação societária e que nós enquanto Assistentes Sociais podemos colaborar na construção de uma nova sociedade justa e igualitária.

O processo de construção deste trabalho foi perpassado por diversos desafios, desde os pessoais até os acadêmicos, que foram sendo superados a cada página escrita e ao ver cada capítulo elaborado. Ao vê-lo ganhando forma, encontrávamos as forças necessárias para vencer o cansaço físico e mental diário, assim nos instigando a dar continuidade à produção desta pesquisa. Desse modo, alcançar a conclusão da proposta investigativa em tela é, para nós, motivo de muita alegria e realização pessoal.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho realizado pelas/os profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município de Sousa-PB frente aos casos de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes. No seio desta proposta investigativa, buscamos identificar quais as principais estratégias de intervenção têm sido adotadas pela equipe multiprofissional deste órgão para enfrentar eficazmente esta cruel expressão da questão social, de modo que isso também revele como tem ocorrido o atendimento prestado as vítimas e as suas famílias. Além disso, consideramos pertinente e oportuno abordar sobre a rede de proteção da infância e adolescência, já que dentre os nossos objetivos está o de investigar como as/os profissionais deste aparelho institucional tem realizado a interlocução com a rede de enfrentamento à violência sexual contra o público infanto-juvenil, o que acaba proporcionando o desvelamento da atual situação do trabalho em rede local, este que, a nosso ver, é fundamental para prevenir, combater e enfrentar essa multifacetada expressão da violência. Objetivamos, ainda, assinalar os limites e possibilidades postos a equipe de referência do CREAS para intervir sobre a referida demanda. No tocante a metodologia utilizada, esta respaldou-se em pesquisas de cunho qualiquantitativo, bibliográficas, documentais, de campo, a partir de uma entrevista semiestruturada na qual entrevistamos seis profissionais do órgão supracitado. A pesquisa está sustentada pelo método histórico crítico dialético, responsável por nos proporcionar uma análise crítica e aprofundada do objeto estudado, ultrapassando o que está aparente e alcançando a sua essência. Durante a entrevista dentre os diversos fatores que tem inviabilizado um enfrentamento eficaz a essa demanda, podemos destacar as condições precarizadas de trabalho das/os profissionais do referido órgão, a desarticulação da própria equipe do CREAS e a fragilidade do trabalho em rede.

Palavras Chaves: Violência Sexual. Criança e Adolescente. Trabalho Multiprofissional. CREAS. Proteção Social Especial.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the work done by the professionals of the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) in the city of Sousa-PB in the face of cases of sexual violence committed against children and adolescents. Within this investigative proposal, we seek to identify the main strategies of intervention have been adopted by the multiprofessional team of this body to face effectively this cruel expression of the social question, so that this also reveals how has occurred the care provided to the victims and their families . In addition, we consider it pertinent and timely to address the network for the protection of children and adolescents, since among our objectives is to investigate how the professionals of this institutional apparatus has carried out the interlocution with the network to confront sexual violence against the children's youth audience, which ultimately reveals the current situation of local network work, which, in our view, is fundamental to prevent, combat and face this multifaceted expression of violence. We also intend to point out the limits and possibilities placed by CREAS 'reference team to intervene on this demand. Regarding the methodology used, it was based on qualitative, bibliographic, documentary, field research, based on a semi-structured interview in which we interviewed six professionals from the aforementioned agency. The research is supported by the critical historical dialectic method, responsible for providing us with a critical and in-depth analysis of the studied object, surpassing what is apparent and reaching its essence. During the interview among the many factors that have prevented effective coping with this demand, we can highlight the precarious working conditions of the professionals of this body, the disarticulation of the CREAS staff and the fragility of networking.

Keywords: Sexual Violence. Child and teenager. Multiprofessional work. CREAS. Special Social Protection.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Raio-x da violência sexual. Dados de 2011 a 2017 envolvendo crianças e adolescentes.....	56
---	----

LISTA DE SIGLAS

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes- SGDCA

Serviço de Assistência ao “menor” (SAM)

Fundação Nacional de Bem-Estar ao Menor (FUNABEM)

Política Nacional de Bem-Estar do Menor- PNBEM

Fundação Estadual de Bem- Estar do Menor (FEBEM)

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)

Organizações não governamentais (ONGs).

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)

Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca)

Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (ABRAPIA)

Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR)

Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes
(PNEVSCA)

Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)

Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)

Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TCLE)

Proposta de Emenda Constitucional (PEC)

“Acima de tudo procurem sentir no mais profundo de vocês qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo. É a mais bela qualidade de um revolucionário.”

Che Guevara

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2. TRAJETÓRIA SÓCIOHISTÓRICA DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO BRASIL	16
2.1 A realidade da infância no Brasil: do período colonial às primeiras ações do Estado	16
2.2 As primeiras legislações e políticas destinadas a infância no Brasil: das ações filantrópicas a intensificação das práticas de institucionalização	24
2.3 Crianças e Adolescentes enquanto sujeitos de direitos.....	31
3. VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	40
3.1 A Violência Como Uma Expressão Da Questão Social: Breve Caracterização	40
3.2 O Abuso Sexual e a Exploração Sexual como violência intrafamiliar e extrafamiliar	53
3.3 O surgimento da política de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes e o papel do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nesse contexto.....	66
4. O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) DE SOUSA-PB NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	80
4.1 Aspectos metodológicos do estudo.....	81
4.2 O trabalho multiprofissional no CREAS de Sousa-PB frente à violência sexual de crianças e adolescentes	85
4.3 A articulação do CREAS com os órgãos da rede de proteção da infância e da adolescência.....	101
4.4 Limites e possibilidades postos a equipe multiprofissional do CREAS para intervir sobre a violência sexual de crianças e adolescentes	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
APÊNDICE A- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	135
APÊNDICE B- TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	137
APÊNDICE C- TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ	140

INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de curso em tela foi elaborado com a finalidade de analisar o trabalho desenvolvido pelas/os profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Sousa-PB, no processo de enfrentamento a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Em outras palavras: pretende-se durante esse percurso investigativo debruçar um olhar crítico e problematizador sobre como ocorre essa atuação, buscando identificar os principais mecanismos interventivos utilizados pela equipe multiprofissional para enfrentar a referida demanda, o que também nos proporciona desvelar a forma como tem sido prestado o atendimento às vítimas e as suas famílias.

Nesta proposta investigativa, discutiremos a importância das ações e serviços ofertados pelo CREAS para o enfrentamento deste tipo de violência que atinge a população infanto-juvenil, apontando os elementos facilitadores e não facilitadores para a realização de um trabalho articulado e eficiente junto com a rede de proteção da infância e da adolescência no referido município.

É sabido que, devido às situações de vulnerabilidade, risco social e as diversas formas de violações de direitos vivenciadas pelas crianças e adolescentes no Brasil, foram formuladas e implantadas leis que passaram a amparar e assegurar inúmeros direitos a estes sujeitos. Entretanto, sabemos que mesmo depois da criação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais aparatos normativos legais que visam defender os direitos deste segmento, estes indivíduos continuam sofrendo com a violação dos seus direitos, e a violência sexual que atinge esse público é uma das formas mais desumanas dentre essas violações.

Sabe-se que no âmbito da Política de Assistência Social, assim como em todas as políticas sociais, chegam as mais diversas expressões da questão social em forma de demanda, a violência sexual infanto-juvenil é um exemplo destas expressões. Foi exatamente a partir das experiências vivenciadas em campo de estágio no seio de Assistência Social do referido município, mais precisamente no âmbito do CREAS, que se deu a principal motivação para a realização desse estudo científico. Durante o estágio supervisionado em Serviço Social, neste órgão de proteção social, acompanhei alguns casos que tratavam de violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como pude visualizar as situações de risco social em que se encontram esses sujeitos, a partir disso surgiram as nossas primeiras inquietações. Logo, a preocupação com a questão da violência sexual vivenciada por algumas crianças e adolescentes desta cidade, foi uma das razões que nos levou a procurar compreender como

as/os profissionais do CREAS tem enfrentado e combatido esta grave expressão da questão social.

Os dados mais recentes revelam o crescimento no quantitativo de denúncias relacionadas à violação de direitos de crianças e adolescentes. De acordo com o balanço anual realizado pela ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos, em 2017, houve um aumento de 10,34% em relação ao ano anterior. No referido ano, em nível nacional, foram contabilizadas 84.049 denúncias, sendo que 20.330 destas correspondem à violência sexual, o equivalente a 12% dos tipos de violação. Quanto aos dados a nível estadual, no estado da Paraíba, foram registradas 3.623 denúncias abrangendo todos os tipos de violação de direitos da população infanto-juvenil, sendo 413 denúncias referentes à violência sexual (BRASIL, 2018).

Essas denúncias podem ser realizadas em vários órgãos e entidades (Órgãos Socioassistenciais, Sistema de Justiça, Conselho tutelar, Órgãos da Segurança pública, Ouvidorias, Corregedorias e dentre outros), isso acaba dificultando a possibilidade da existência de dados mais precisos sobre os casos de violação de direitos de crianças e adolescentes e, principalmente, aos relacionados à violência sexual (BRASIL, 2018). O Ministério dos Direitos Humanos afirmou através do seu balanço anual que em apenas 15,07% das denúncias encaminhadas ao Disque Direitos Humanos foram obtidas respostas acerca de como os órgãos e entidades trataram as denúncias que receberam (BRASIL, 2018).

Logo, de acordo com o que foi explicitado, a falta de dados centralizados acaba por dificultar o combate deste tipo de violação, pois, o ponto pé inicial para a criação de políticas públicas que visem à garantia de direitos é compreender a dimensão dessa expressão da questão social, como ela costuma acontecer, identificar se há maiores incidências em determinados estados e as questões que necessitam ser superada para enfrentar esta demanda.

Dessa forma, consta-se cada vez mais a importância do pleno funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes- SGDCA, sistema esse que busca promover e defender a efetivação de todos os direitos deste público. A integração desse sistema pela rede de atendimento seria uma das saídas para que os direitos de crianças e adolescentes de fato sejam efetivados.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 destinou-se um artigo à proteção integral de crianças e adolescentes, momento em que os mesmos passam a ser reconhecidos enquanto sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento (BRASIL, 2016). Um grande avanço propiciado pela Carta Magna foi a criação e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA através da Lei nº 8.069/1990.

O referido Estatuto reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos individuais, políticos e sociais devendo ser assegurados pela família, sociedade e Estado, ficando a cargo deste último formular políticas públicas e sociais, com a finalidade de garantir a promoção e defesa desses direitos (BRASIL, 2017). Todavia, apesar de todos os direitos assegurados por lei, crianças e adolescentes continuam tendo seus direitos violados, estando propensas/os às mais diversas situações de risco e vulnerabilidade social.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o atendimento especializado destinado a crianças e adolescentes que sofreram e/ou sofrem violência deve acontecer no âmbito dos CREAS, estes que são aparelhos integrantes do Sistema Único de Assistência Social. (BRASIL, 1990 apud FARAJ; SIQUEIRA, 2012).

Os CREAS podem ser compreendidos como um serviço que busca atender e enfrentar à violência sexual de crianças e adolescentes, assim como, garantir a proteção integral e os direitos deste público alvo (FARAJ; SIQUEIRA, 2012). Vale salientar que além do CREAS há uma ampla rede de proteção destinada a atender crianças e adolescentes que tenham seus direitos violados.

A literatura aponta que a rede é formada por um trabalho articulado entre os atores e instituições, os quais atuam desenvolvendo ações de forma articulada, integrada e complementar (FALEIROS, 2001 apud FARAJ; SIQUEIRA, 2012). É importante enfatizar que essa estratégia do trabalho em rede tem o objetivo de proporcionar maior eficácia nas intervenções feitas para o enfrentamento da violência sexual.

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa realizamos um resgate histórico acerca da política da infância no país, apresentando como ocorreram as principais conquistas em torno da infância e da adolescência. Em seguida, abordamos a respeito da violência sexual, a partir de uma perspectiva categorial revelando o que este tipo de violação pode acarretar na vida das vítimas.

Trouxemos para o centro dessa discussão assuntos pertinentes à política de enfrentamento da violência sexual, evidenciando a relevância do papel do CREAS e, especificamente, de sua equipe multiprofissional em todo esse processo. Esse estudo será referenciado por vários autores, a exemplo de Vicente de Paula Faleiros, Mary Del Priore, Irene Rizzini, Marilda Vilela Iamamoto, José Paulo Netto, Maria Ceília de Souza Minayo e dentre outros, os quais sem sombra de dúvida contribuirão significativamente para concretização deste trabalho.

Para a construção dessa pesquisa selecionamos procedimentos metodológicos e técnicas de cunho exploratório, pois nos possibilita utilizar como instrumentos para coleta de

dados, por exemplo, levantamento bibliográfico, documental e a realização de entrevistas, assim também por compreendermos que estes são os que melhor se adequam e contibuem com a proposta investigativa apresentada e, conseqüentemente, com nossa perspectiva crítico-ideológica. Optamos, ainda, por desenvolver uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo em vista o predomínio deste tipo de pesquisa no âmbito das ciências sociais e, principalmente, por acreditarmos que ela nos possibilita realizar uma apreensão mais detalhada, aprofundada e crítica acerca do objeto investigado.

A pesquisa foi executada através de uma entrevista semiestruturada e gravador, sendo o recurso mais adequado para trabalho de campo. Buscamos por meio de perguntas desvelar como a equipe multiprofissional do CREAS tem desenvolvido seu trabalho frente à violência sexual infanto-juvenil.

No tocante ao método escolhido, optamos pelo método materialista-histórico-dialético da teoria social de Marx, pois, entendemos que este nos oportuniza analisar o objeto pesquisado a partir de uma perspectiva da totalidade, ou seja, o método marxiano possibilita enxergar a aparência do objeto e alcançar a sua essência. Esse estudo estar ancorado pela teoria marxiana e associado ao método crítico-dialético permite-nos abordar o tema proposto considerando as determinações históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais da sociabilidade burguesa.

No processo de conclusão desta pesquisa apontamos os principias problemas em torno do trabalho das/os profissionais do CREAS e o que de fato precisa melhorar para que esses sujeitos possam enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes de forma eficaz. Dentre essas questões destacamos a falha ao focar na prevenção, a desarticulação da própria equipe no sentido de não se reunirem para debater sobre os casos e elaborar estratégias interventivas, as fragilidades do trabalho em rede, a desconexão da rede de proteção da infância e da adolescência, a sobrecarga de trabalho que também é fruto do acúmulo de demandas, a precarização das condições de trabalho, os poucos investimentos em políticas públicas voltadas para as questões de pertinentes ao público infanto-juvenil são os principais fatores que dificultam o trabalho da equipe e conseqüentemente inviabiliza resultados satisfatórios frente à referida demanda.

A importância de realizar uma pesquisa sobre a temática em questão se dá ainda pelo fato de instigar a sociedade a refletir sobre o dano causado na vida de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual e, principalmente, sobre as condições de vida desses sujeitos e suas famílias. As práticas de violência sexual sofridas pela população infanto-

juvenil devem ser motivo de preocupação e engajamento da sociedade em geral para reverter essa situação, assim como evitar a ocorrência de fatos dessa magnitude.

Compreendemos que a relevância desta pesquisa também pode ser explicada pelo fato de que esta, possivelmente, poderá contribuir na melhoria do processo de enfrentamento da referida demanda, fazendo com que as/os profissionais do CREAS e de toda a rede de proteção da infância e da adolescência deste município possam rever as falhas, o que precisa ser melhorado e aprimorado, bem como fornecerá subsídios para o governo local rever os seus equívocos e possa oferecer melhores condições de trabalho aos que executam os serviços destinados a crianças e adolescentes.

Antes de iniciarmos as discussões que nos propomos a realizar, acreditamos ser necessário apresentarmos, sinteticamente, a estrutura desta pesquisa. O trabalho foi dividido em três capítulos, no primeiro apresentamos a trajetória histórica da infância no Brasil perpassada por privações e violações, destacando as primeiras ações do Estado destinadas ao referido público até alcançarmos o momento em que crianças e adolescentes passam a ser vistos enquanto sujeitos de direitos. No segundo, discutimos sobre a violência sexual a partir de uma perspectiva categorial, compreendendo-a como uma expressão da questão social, revelando as suas duas interfaces e trazendo a tona um percurso histórico no tocante a política de enfrentamento. Para finalizar, debruçamos nosso olhar em torno do trabalho da equipe multiprofissional do CREAS a partir dos questionamentos feitos através da entrevista.

2. TRAJÉTORIA SÓCIOHITÓRICA DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO BRASIL

2.1 A realidade da infância no Brasil: do período colonial às primeiras ações do Estado

No Brasil, historicamente, crianças e adolescentes tiveram sua infância e juventude marcadas por uma vida de privações e crueldades, principalmente aqueles/as que eram de famílias pobres. O processo sócio histórico da infância no país apresentou-se através de uma tradição de violência e exploração contra crianças e adolescentes.

Desde os primeiros anos de colonização, crianças já tinham sua infância roubada quando chegavam ao Brasil por meio das embarcações marítimas, na condição de trabalhadores. Referimo-nos as crianças portuguesas, das quais podemos destacar os grumetes¹ e pajens², que trabalhavam para a corte portuguesa buscando ajudar no sustento de suas famílias, com isso, constatamos que o trabalho infantil é também uma lamentável herança histórica do processo de colonização deste país, bem como mais uma das ferramentas utilizadas pelo capital para explorar mão de obra barata e escrava.

Pode-se constatar que nessa época a sociedade legitimava o uso da mão de obra de crianças, não havendo preocupação com a fase de desenvolvimento desses sujeitos. No momento, não se tinha uma diferença estabelecida entre crianças e adultos, eram tratados da mesma forma.

Cabe aqui realizar uma breve consideração sobre o sentimento pela infância enquanto uma etapa especial da vida humana, o qual nem sempre existiu. Durante séculos, as constantes mortes de crianças foram naturalizadas, encaradas como uma mera fatalidade, não se tinha um sentimento de total apego ao filho que falecia de maneira muito precoce.

¹Os grumetes eram grupos de crianças que pertenciam às famílias pobres de Portugal, enviadas sob a permissão dos próprios pais para trabalharem nas embarcações, pois acreditavam que seus filhos poderiam, assim, contribuir com a renda familiar. Essas crianças realizavam atividades bastante perigosas e pesadas, sofrendo ao longo das viagens com os perversos castigos, maus tratos, abusos sexuais de marujos, sem contar da péssima alimentação que recebiam e riscos que corriam durante as navegações. Percebe-se que os grumetes eram tratados desumanamente como se fossem apenas objetos, expostos a graves situações que muitas vezes os levavam a morte (RAMOS, 2010).

²Os pajens eram crianças que estavam a serviço da nobreza, estes faziam parte de famílias ocupantes de uma posição mais favorável na sociedade e tinham certa ligação com a nobreza. As crianças pajens eram encarregadas de desenvolver tarefas menos árduas em relação as que os grumetes executavam como servir as mesas, organizar as camas, arrumar os camarotes, dentre outras. Os pajens ocupavam uma posição superior aos grumetes perante a marinha, mas isso não significa que eles não sofressem diversas formas de violência (RAMOS, 2010).

A ausência de sentimento em relação à infância³ durante o século XII é constatada na afirmação de Ariés (1978, apud HENICK; FARIA, 2015, p.2) “[...] a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse a incompetência ou a falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo”. Então, confirma-se a ideia de que não havia um olhar diferenciado para a infância, sendo, as crianças, tratadas como adultos em miniatura. Assim que tivessem uma condição física adequada, começavam a trabalhar junto com os adultos e exercendo as mesmas atividades.

No século XV, há discreto avanço sobre a concepção de infância, considerando que as crianças passam a ser vistas como sujeitos que necessitam de um tempo para se divertir e de conviver mais e, conseqüentemente, estabelecer relações com outras crianças (HENICK; FARIA, 2015).

Esse sentimento vai mudando conforme cada contexto histórico, sendo que entre os séculos XVI e XVII, momento também marcado pelo surgimento da escola, constrói-se uma nova distinção de adultos e crianças através da forma de se vestir. A mudança não foi apenas nesse sentido, mas também no tocante ao sentimento sobre a infância. Nesse período, a criança ganha um olhar especial e mais diferenciado: “vista como gentil, carismática, afetuosa e cheia de graça, passando a ser fonte de distração para os adultos, tanto para os pais como para as amas.” (HENICK; FARIA, 2015, p.4). Além de paparicarem-na, esta passa a ser motivo de descontração para os adultos.

No entanto, ainda durante o século XVII a “paparicação” e a diversão cede lugar a uma nova visão acerca da infância, que de acordo com Ariés (1978 apud HENICK; FARIAS, (2015, p.4):

[...] o apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral. A criança não era nem divertida nem agradável: “Todo homem sente dentro de si essa insipidez da infância que repugna à razão sadia; essa aspereza da juventude, que só se sacia com objetos sensíveis e não é mais do que o esboço grosseiro do homem racional”.

Com isso, fica evidente que o sentimento em torno da criança foi sendo modificado em cada época da história. Cabe agora, darmos continuidade a trajetória da infância no Brasil, apresentando elementos particulares da realidade brasileira e analisando-a a partir dos diferentes contextos histórico, político e social no qual as crianças estavam inseridas.

³ Ver a obra “História Social da Criança e da Família” de Filipe Aires (1986) 2ª ed. brasileira. O referido autor realiza uma relevante abordagem acerca da construção do sentimento de infância na Europa, a partir da Idade Média até a sua época.

De acordo com Priore (2010), no período colonial brasileiro, crianças indígenas e filhas de escravos vivenciaram as mais perversas formas de exploração, especialmente através do trabalho infantil nas fazendas dos senhores. É importante ressaltar ainda a situação de crianças escravas e filhas dos escravos, as quais eram majoritariamente negras. Por volta de 1830, os navios negreiros que chegavam ao Brasil continuavam a trazer uma grande quantidade de negros africanos para serem escravizados nas fazendas associadas à agroexportação do café e do açúcar.

Segundo Góes e Florentino (2010), o público infantil representava uma média de duas crianças entre dez cativos, ficando assim constatado que as crianças compradas pelos senhores fazendeiros não eram o alvo prioritário de investimento dos mesmos. Os donos de grandes fazendas visavam mais a compra das mães escravas em relação as suas crianças, para que juntas realizassem o trabalho escravo nos cafezais, nas plantações de cana-de-açúcar e desempenhassem outras atividades que lhes fossem impostas.

A infância nesse período ficou marcada por uma questão bastante delicada, a mortalidade infantil. Como afirma o referido autor, somente uma pequena parcela do segmento infantil conseguiu chegar à vida adulta, problemática esta decorrente principalmente das precárias condições básicas de sobrevivência em que viviam as genitoras escravas e suas crianças.

Nesse momento, muitas mães escravas praticavam infanticídios numa tentativa de evitar que seus filhos vivenciassem o doloroso e desumano processo da escravidão e, segundo Faleiros (1995 apud POLETTI, 2012, p.2), “sofriam humilhações, maus-tratos e abusos sexuais, e, no entanto, não havia muitas crianças escravas abandonadas, uma vez que sua sina estava traçada como propriedade individual, como patrimônio e mão-de-obra”.

Um fator que merece destaque trata-se da expectativa de vida dos negros escravizados que era bastante limitada, o que desencadeava num outro problema, do qual também atingia diretamente a infância, Goés e Florentino (2010, p.180) afirmaram que: “Antes mesmo de completarem um ano de idade, uma entre cada dez crianças já não possuía nem pai nem mãe anotados nos inventários. Aos 5 anos, metade parecia ser completamente órfã; aos 11 anos, oito a cada dez.” Dessa forma, as crianças e jovens da época sofriam com essa dura realidade e a dor sentimental irreparável da perda precoce de seus pais, apresentando assim uma infância atípica que ocorria especialmente em povoados marcados por guerras destruidoras e demoradas epidemias.

As crianças escravizadas da época (cativas e crioulos), a partir dos quatro anos de idade, passavam a realizar pequenas atividades domésticas nas fazendas, já entre oito e onze

anos desenvolviam tarefas mais pesadas (lavar, passar, engomar, trabalhar em madeira, pastorear o gado da fazenda e dentre outras). A partir dos quatorze anos de idade, passaram a ser exigidas a trabalhar como pessoas adultas, sendo obrigadas a trabalharem, por exemplo, nos plantios de cana-de-açúcar e nas fábricas que produziam o açúcar (GOÉS; FLORENTINO, 2010).

Neste contexto, a criança negra teve sua infância completamente perdida, sendo alvo da pior mancha do processo sócio histórico do Brasil: a escravidão. A infância destas crianças foi marcada pela exploração do homem pelo homem na sua face mais perversa e cruel, a qual representa a base da sociedade escravocrata, bem como é o fator comum do sistema capitalista em todas as suas fases.

É importante salientar que referente à época do Brasil colônia não se tem vasto acervo documental que trate do cotidiano das crianças e adolescentes desse período histórico. A educação oferecida a estes sujeitos se resumia a doutrinação católica realizada pelos padres jesuítas, sendo que o alvo prioritário deste público eram os filhos de escravos e de indígenas. Vale lembrar, que as únicas crianças e adolescentes a terem acesso às atividades educacionais tradicionais, com nível de instrução mais elevado e elaborado, eram aquelas que faziam parte da elite do país.

Segundo Passeti (apud HENICK; FARIAS, 2015), os jesuítas trouxeram para o país um novo padrão de crianças, visto que o modelo de criança idealizado pelos padres era bastante diferente do perfil das crianças brasileiras, bem como não se aproximava com aquilo que o mundo europeu desvendou acerca da infância. O referido autor afere que:

[...] Neste contexto propagam-se duas representações infantis: uma mística repleta de fé é o mito da criança-santa; a outra de uma criança que é o modelo de Jesus, muito difundida pelas freiras carmelitas. Inspirados por estas imagens, capazes de transcenderem aos pecados terrenos, os jesuítas vêem nas crianças indígenas “o papel em blanco” que desejam escrever; antes que os adultos com seus maus costumes os contaminem. (PASSETI, s/a apud HENICK; FARIAS, 2015, p.5). Grifo nosso

Nos primeiros séculos de colonização, as crianças desde muito cedo começavam a trabalhar realizando pequenas atividades ou estudando em ambiente domiciliar com auxílio de instrutores ou na rede pública, através de instituições escolares implantadas por volta do século XVIII. Uma característica que predominava em torno da educação tratava-se do castigo físico e das famosas palmadas, o que era entendido como uma forma de disciplinar as crianças, utilizada tanto pelos pais como pelos padres jesuítas (PRIORE, 2010).

Conforme Priore (2010), essa cruel estratégia de “educar” as crianças foi introduzida no século XVI pelos jesuítas, com a finalidade de corrigir meninas e meninos e assim preparar este público para serem responsáveis desde muito cedo.

Cabe destacar o fato de as mães do período colonial também serem vítimas de intensos atos de violência física e que muitas vezes acabavam atingindo os seus filhos. Com isso, inúmeras famílias foram desfeitas, sendo mais um fator que favoreceu para o desencadeamento da intensificação de sérias expressões da questão social⁴ como “fome, abandono, instabilidade econômica e social” (PRIORE, 2010, p. 98), deixando assim as crianças cada vez mais expostas a graves situações de vulnerabilidade⁵ e risco social. É pertinente esclarecer que o agravamento dessas expressões da questão social é determinado por diversos fatores, sejam estes de cunho histórico, político, econômico e social.

No período que data entre os séculos XVI e XVIII, passou-se a ter uma visão da criança como alguém diferente da pessoa adulta, a partir disso começou a se preocupar com a educação deste público, a qual se resumiu a cuidados de caráter psicopedagógico e moralizador. Em meados do século XIX, o termo criança já aparecia nos dicionários, por outro lado apesar de existir a expressão adolescência, esta era pouco utilizada neste momento.

As crianças e os adolescentes diferentemente da pessoa adulta, precisavam passar por uma educação física e moral, pois se entendia que o referido público não estava preparado para assumir responsabilidades, por isso era necessário prepará-los, desde o berço, para tal finalidade. A educação proposta se resumia a uma forma de adestrar as crianças, geralmente desenvolvida apenas com uso da força física, isto é, por meio da violência. Desse modo, apesar de, nesta época, ganharem uma visibilidade diferenciada em relação a adultos, não significou um fato positivo na vida das crianças, que continuavam a ser invisíveis no sentido de não reconhecerem-nas enquanto sujeitos com uma condição peculiar de desenvolvimento e que necessitavam de cuidados especiais.

A formação das crianças desde o Brasil colonial é excepcionalmente apresentada por Priore (2010, p.105):

⁴ Compreendemos a questão social como um elemento constitutivo da sociedade capitalista, enraizada nas relações antagônicas entre capital x trabalho deste modelo de sociedade. Segundo Iamamoto (2013) a gênese da questão social ocorre quando a produção é realizada de forma coletiva e no momento em que os frutos do trabalho passam a ser apropriados privadamente. A referida autora relata que a questão social não pode ser dissociada do surgimento do trabalhador livre, pois este precisa vender a sua força de trabalho para suprir suas necessidades de sobrevivência. A questão social emerge no contexto em que a classe trabalhadora se insere no cenário político. Portanto, ela é compreendida por muitos estudiosos como um conjunto de problemáticas sociais, tais como: pobreza, fome, miséria, desigualdade, violências e dentre outras. Porém, entendemos que essas problemáticas, são na verdade suas expressões.

⁵ O termo é utilizado no campo das ciências sociais, isto é, por diferentes correntes teóricas e perspectivas ideológicas, as quais têm colocado em pauta discussões em torno da ideia de vulnerabilidade social. No âmbito do Serviço Social podemos destacar o autor José Paulo Netto que tem problematizado o conceito da referida expressão, afirmando que este permanece em processo de construção, e precisa ser compreendido de modo a considerar as determinações econômicas, sociais, históricas e culturais.

[...] a formação social da criança passa mais pela violência explícita ou implícita do que pelo livro, pelo aprendizado e pela educação. Triste realidade num Brasil, onde a formação moral e intelectual, bem como os códigos de sociabilidade, raramente aproximam as crianças de conceitos como civilidade e cidadania.

Cabe aqui apresentar um pouco acerca da vida das crianças da elite durante o Brasil imperial, para que possamos vislumbrar que mesmo estas possuindo melhores condições de vida também sofriam privações e tinham de certa forma uma educação tradicional moralizadora fundamentada pela doutrina cristã-e pautada na desigualdade de gênero.

Segundo Mauad (2010), o universo adulto determinava os lugares nos quais as crianças e adolescentes poderiam estar, bem como estabeleciam os princípios e concepções que deveriam orientar a formação sócio-educativa destes sujeitos. Fica evidente que os adultos ditavam as regras de convivência e a rotina diária da população infanto-juvenil, desse modo, podemos verificar que crianças e adolescentes da época não tinham nenhuma liberdade para gozar plenamente das fases de desenvolvimento peculiar da infância e da adolescência.

No que se refere à educação do período imperial, entendia-se que para a escola desenvolver uma atividade educacional satisfatória era necessário os pais também participarem desse processo, cabendo aos mesmos aplicar em seus lares uma educação arraigada em princípios morais, ou seja, como relata Mauad (2010, p.150) “Portanto era no lar que a base moral deveria ser plantada, sem confundir educação com instrução.”.

Havia uma enorme distinção na forma de executar a educação e a instrução para meninos e meninas. Para os garotos, as atividades educacionais eram prestadas por homens, já as das garotas eram ministradas apenas por mulheres. A educação oferecida para os meninos apresentava claramente um maior grau de criticidade, desse modo, lhes proporcionando a absorção de conhecimentos diversos e mais abrangentes, os quais quase sempre eram voltados a uma formação de cunho civil ou militar. Notadamente, a educação oferecida aos meninos possibilitava a estes desenvolver um nível de capacidade intelectual mais elevado. (MAUAD, 2010)

A educação destinada às meninas foi de certo modo contraditória, pois se por um lado às mesmas eram incentivadas a se dedicar ao lar e a maternidade, também foram estimuladas a conquistarem outros espaços na sociedade onde pudessem brilhar, por meio da música, da dança, fluência em outras línguas e dentre outros. No entanto, é incontestável que as meninas tinham acesso restrito no que diz respeito a uma educação e instrução que as concedesse desenvolver suas potencialidades intelectuais, o que acabava por resultar em menos possibilidades e oportunidades para se destacarem socialmente.

A desigualdade de gênero, em todos os seus aspectos, apresentou-se no Brasil desde o início da sua história, visto que no período imperial essa desigualdade estava claramente estabelecida, e, portanto, deve ser compreendida como uma estratégia responsável por definir os papéis sociais de mulheres e homens, os quais perpassavam desde a infância através da instrução nas escolas da época.

No final do século XIX e início do século XX, período em que o país começa a sofrer o processo de urbanização e industrialização, crianças e adolescentes continuam expostas/os a uma dura realidade, isso porque mesmo com o fim do escravismo acabaram por viver vagando pelas ruas das cidades, sobrevivendo de trabalhos informais e esmolas (PRIORE, 2010).

Esse foi o cenário propício para a que as relações capitalistas pudessem se constituir no país, tivemos o fim do regime escravista e foi importada uma expressiva quantidade de mão de obra estrangeira (trabalhadores imigrantes). Era, então, necessário organizar a produção, criar possibilidades para um mercado de trabalho livre e expandir o mercado de consumo, visando consolidar a industrialização no Brasil (RIZZINI, 2011).

Houve, neste momento, uma preocupação em torno daqueles trabalhadores abolidos da escravidão, pois se entendia que os mesmos por estarem livres, agora eram avessos ao trabalho e, desse modo, não faziam mais parte da categoria de “*pobreza digna*”⁶. Foram assim, apontados como sujeitos fora da moralidade e entregues ao costume do vício. A partir daí, surgiu a necessidade de aplicar ações moralizadoras, sob a justificativa de evitar que a prática do vício se multiplicasse (RIZZINI, 2011).

Conforme Rizzini (2011), os indivíduos que se entregavam ao hábito do vício foram denominados de viciosos, pessoas que viviam na ociosidade, eram avessos ao trabalho e na maioria dos casos abandonavam seus filhos. No início do século XX, este grupo de sujeitos passou ser alvo de intervenções sociais de caráter coercitivo e intimidador, por duas razões: foram considerados como uma grande ameaça à sociedade e eram más influências para os seus filhos. Com isso, exigiu-se uma tarefa moralizadora, apresentando como principal objetivo tornar o vício em virtude.

Compreendia-se que a população viciosa poderia provocar a desordem e acentuar a criminalidade. Nesse sentido, surgiu a ideia de investir na fase da infância, sob a lógica de que poderiam moldar a criança e transformá-la em uma pessoa completa de virtudes, como

⁶ Expressão utilizada por Irene Rizzini e Irmã Rizzini (2011), referindo-se aos pobres que obedeciam aos padrões moralizadores impostos pela Igreja juntamente com o Estado. Os pobres dignos seriam, especialmente, aqueles inseridos no mercado de trabalho, distantes da vida ociosa e vadiagem.

também havia um grande risco desta se tornar viciosa. Acreditava-se que a criança devia ser retirada do seu ambiente prejudicial e reeducá-la

Dessa forma, foi apresentada como proposta a ideia de que salvando a criança seria uma possibilidade de salvar o futuro do país. Para tanto se fazia necessário que, como afirma Rizzini (2011, p.76): “[...] se garantisse a paz social e o progresso da nação, seria preciso estabelecer a ordem, educar e moralizar a população – a começar pela infância – futuro da nação”.

É importante lembrar o fato de durante muito tempo as ações voltadas para a infância e adolescência serem desenvolvidas pela Igreja, especialmente direcionadas para crianças órfãs e abandonadas. A base destas ações fundava-se no ponto de vista da caridade cristã, relacionada à ideia de que pelo amor a Deus devia-se ajudar ao próximo.

As instituições religiosas assumiam a responsabilidade de cuidar destas crianças também sob a perspectiva de salvação, mas esta seria a salvação da alma, isso porque se entendia que o ser humano a partir do seu nascimento carregava tendências de más condutas associadas à ideia de pecado original (RIZZINI, 2011).

Sob a perspectiva de que o ser humano era naturalmente um pecador, se justificavam as diversas intervenções aplicadas nas famílias, que conseqüentemente também recaía sobre as crianças, fundamentadas no ideário Agostiniano (Católico) e Calvinista (Protestante). Com base nestas duas versões, esses segmentos religiosos buscavam controlar o que chamavam de “*depravação inata e as paixões das crianças*”⁷, a fim de garantir a salvação e manter a ordem social do referido público (RIZZINI, 2011).

De acordo com Rizzini (2011), a ideia de criança como “chave para o futuro” foi assumida pela Igreja católica, bem como pela protestante, ambas definiram que ficaria a cargo da família moldar suas crianças considerando o propósito de salvação. Para isto, seria responsabilidade da igreja orientar a família, visando que a mesma pudesse cumprir a função que lhe foi destinada de manter a ordem e preservar o futuro desejado. Percebe-se que, por muito tempo, o Estado jogava suas responsabilidades para a igreja, principalmente quando se tratava de questões pertinentes à infância.

É necessário pontuar uma distinção existente entre católicos e protestantes em relação à infância. Trata-se da opção escolhida por ambas as partes no tocante à principal instituição que proporcionaria a melhor formação para tornar as crianças em bons cristãos. Conforme Rizzini (2011), os protestantes acreditavam que a escola complementaria a ação da família,

⁷As seguintes expressões destacadas em itálico foram retiradas da obra “O século perdido. Raízes históricas das políticas sociais para a infância no Brasil” da autora Irene Rizzini.

por outro lado os católicos entendiam que a ação escolar seria mais importante e, em muitos casos, substituiria a ação da família. Para a referida autora, esta posição do segmento católico explica o seguinte fato:

Isso, a meu ver, explica porque o abandono em massa de crianças e a prática de depositá-las em instituições asilares estiveram historicamente associados ao universo católico. Por trás estava o pressuposto de que a criança precisava ser mantida sob a constante vigilância, fora da família, se preciso. (RIZZINI, 2011, p.99).

As ações de viés caritativo cedem lugar a partir do século XIX à filantropia, baseada na noção de sentimento humanitário. As crianças passam a ser vistas não como um ser dotado de más inclinações e sim como indivíduos dotados de pura inocência e fragilidades que precisavam de proteção e passar por um processo de moldação. No entanto, é notável que persista a estratégia de ações disciplinadoras, com vistas à noção de criança como “*chave para o futuro*”⁸ (RIZZINI, 2011).

A noção da inocência prevalecia somente para as crianças das chamadas boas famílias, pois se tinha uma visão de que os filhos de pobres estavam associados à ideia de sujeitos com condutas perversas inatas, decorrente da tendência de viverem em ambientes onde predominava a viciosidade (RIZZINI, 2011). Nota-se que historicamente a infância e a adolescência das classes pobres foram fortemente marcadas por um processo de criminalização da pobreza.

2.2 As primeiras legislações e políticas destinadas a infância no Brasil: das ações filantrópicas a intensificação das práticas de institucionalização

A ação filantrópica que alcançava as crianças e também a população de um modo geral proporcionou um intenso movimento de pressões para que o Estado passasse a assumir a responsabilidade de formular e implementar políticas específicas para atender as expressões da questão social em torno da infância. É, portanto, a partir da segunda metade do século XIX que o poder estatal passa a intervir nas questões relacionadas à fase infantil e juvenil, cabendo a este a tarefa de “*salvar a criança*”(RIZZINI, 2011).

A preocupação estava naquelas crianças inseridas nas consideradas famílias desestruturadas⁹, que tinham como marca a viciosidade, vista como uma ameaça à sociedade,

⁸Essa expressão é usada inúmeras vezes na obra de Irene Rizzini e Irmã Rizzini (2011), como forma de reforçar a ideia de que estava na criança a esperança de um futuro próspero para a nação, para tanto bastava transformá-la em uma pessoa com boas condutas através de práticas disciplinadoras, práticas essas que apresentavam um caráter puramente moralizador.

⁹A expressão, fundamentada no viés positivista, apresenta um conceito bastante conservador e moralizador, no qual as famílias são culpabilizadas pelas péssimas condições socioeconômicas em que se encontram, ou seja, nessa concepção as famílias são responsáveis por superar as mais diversas expressões da questão social. Nesse

pois poderia causar desordem e aumentar a criminalidade, para isso o Estado deveria tomar as rédeas. A primeira estratégia encontrada pelo Estado se deu através do incentivo de colocar as crianças para trabalhar, compreendendo que ocupando a criança poderia evitar que esta se entregasse a uma vida viciosa, a vadiagem e a delinquência (RIZZINI, 2011)

Essa proposta de inserir a criança no mundo do trabalho foi na verdade mais uma forma de beneficiar o modo de produção capitalista¹⁰, para que desde a infância os sujeitos se acostumassem ao trabalho, isso manteria as crianças ocupadas e focadas apenas em sua luta na busca pela sobrevivência.

Cabe agora esclarecer que, no final do século XIX, foi proposta no Brasil uma reforma saneadora conduzida pelo movimento higienista liderado pelos médicos brasileiros. O objetivo era tratar não somente os problemas relacionados à saúde que vinha se agravando no país, mas também aqueles de caráter moral. Esse movimento foi direcionado à infância, com o entendimento de que atuando na família, chegar-se-ia até a criança para repassar a esta ensinamentos básicos sobre higiene e saúde numa perspectiva física e moral (RIZZINI, 2011).

Nesse momento, ocorre a transição das ações de cunho caritativo para as filantrópicas, assim substituindo a ação de caráter religioso pela assistência com cariz social, que tinha como alvo prioritário a criança pobre e abandonada. Esta criança tida como uma ameaça à sociedade deveria ser moldada para se transformar em uma pessoa de bem (RIZZINI, 2011).

Para as crianças da classe pobre, viu-se prevalecer à lógica de asilar ou institucionalizar, práticas estas voltadas especialmente às crianças em situação de abandono e delinquencial, e as outras estratégias que visavam alcançar este público se davam por intermédio da escola e assistência médica.

A literatura aponta que as crianças e jovens abandonados passam a cometer práticas ilegais na busca pela sua sobrevivência e de suas famílias e, na época, o Estado e a sociedade

sentido, desconsideram as determinações econômicas, sociais, histórias e culturais nas quais estão submetidas essas famílias. É preciso enfatizar na noção conservadora de família, aquelas que não sejam compostas de acordo com o modelo tradicional burguês são também consideradas “desestruturadas”.

¹⁰O modo de produção capitalista é um sistema político, econômico e social fundado a partir da exploração do trabalho pelo capital com vistas à obtenção de lucros. Neste modo de produção, os meios de produção se tornam propriedade privada, sendo apropriados por uma pequena parcela capitalista. Por outro lado, o trabalhador acaba se submetendo a vender sua força de trabalho aos que fazem parte desta classe de capitalistas, apenas em troca de um salário. Logo, a força de trabalho das/os trabalhadoras/es se torna uma mercadoria. De acordo com Netto & Braz (2012), um dos elementos basilares do modo de produção capitalista trata-se da relação assalariada de produção, ou seja, o trabalho assalariado. Nas relações de produção capitalista temos de um lado a burguesia que detém os meios de produção e do outro a classe trabalhadora que dispõe apenas da sua força de trabalho. Portanto, no sistema capitalista a produção é organizada de acordo com os interesses da burguesia, visando apenas obter altas taxas de lucros através da exploração dos trabalhadores que não possuem muitas escolhas a não ser vender sua força de trabalho (LOURENÇO; ENGELBRECHT, 2017).

entenderam que a solução para a delinquência infantil seria inserindo estes sujeitos nas escolas e no interior das fábricas.

No contexto em que ocorria a instauração da República, o Estado respondia as questões de ordem social através da repressão, a fim de combater o que denominavam de mendicância, vadiagem, prostituição e embriaguez, fazendo com que as crianças e adolescentes fossem fortemente atingidas/os por estas políticas repressivas (PRIORE, 2013). Com isso, percebe-se que o poder estatal não se preocupava com as situações de vulnerabilidade e risco social em que se encontravam a população infanto-juvenil. Portanto, a lógica de que a criança moldada poderia ser o futuro próspero e desejado para o país, marcou as primeiras décadas da instauração da República.

O abandono de crianças pelas famílias pobres foi bastante corriqueiro ao longo do século XVIII e XIX, principalmente em razão dos pais não conseguirem oferecer condições mínimas de sobrevivência aos seus filhos, mas também por outras questões. A prática de institucionalizar crianças sempre foi muito presente no país e podemos destacar que isso ocorria desde a era colonial nas famosas Rodas dos Expostos, considerada uma instituição de origem medieval. O autor Passeti (apud HENICK; FARIAS, p.7) relata que:

Esta roda era uma espécie de dispositivos onde eram colocados os bebês abandonados por quem desejasse fazê-lo. Apresentava uma forma cilíndrica, dividida ao meio, sendo fixada no muro ou na janela da instituição. O bebê era colocado numa das partes desse mecanismo que tinha uma abertura externa. Depois, a roda era girada para o outro lado do muro ou da janela, possibilitando a entrada da criança para dentro da instituição. Prosseguindo o ritual, era puxada uma cordinha com uma sineta, pela pessoa que havia trazido a criança, a fim de avisar o vigilante ou a rodeira dessa chegada, e imediatamente a mesma se retirava do local.

A Roda dos Expostos foi, portanto, uma instituição que possibilitava às mães a abandonar seus filhos sem que houvesse a necessidade de identificar-se. As crianças abandonadas eram majoritariamente pobres, escravas, negras e nascidas fora do casamento. O motivo a qual justificava a criação da casa dos expostos se deu pelo intenso movimento de crianças que eram jogadas nas ruas, lixeiras, portas de igrejas e casas. A referida instituição era vinculada às Santas Casas de Misericórdia voltadas para ações caritativas e tratamentos de saúde. Em certo momento, a Roda dos Expostos passou a ser contestada e alvo de intensas críticas pelos médicos higienistas, pois acreditava-se que a assistência dada por esta instituição seria um dos motivos causadores das mortes prematuras de tantas crianças. Compreende-se que a Roda dos Expostos era somente um lugar para jogar crianças e não oferecia nenhuma condição digna de sobrevivência a esses sujeitos (CRUZ; SARAT, 2015).

Essas instituições acabaram sendo fechadas, pois não correspondiam mais com os interesses do Estado e as crianças eram tidas como um perigo a sociedade, sendo taxadas de

marginais, cabendo ao poder estatal tomar as medidas cabíveis acerca do que denominavam de marginalidade e vadiagem envolvendo as crianças abandonadas.

A partir daí, o Estado inicia o processo de implantação de uma política de proteção e assistência à criança, que se deu inicialmente através do Decreto 16.272 de dezembro de 1923. O decreto veio regulamentar uma medida protetiva voltada para àquelas crianças em situação de abandono e delinquencial, na época entendiam que esse problema era gerado pela pobreza (PASSETTI, 2010).

A partir da instalação da República, momento no qual se intensifica a busca por assistência à infância no país, o Estado esteve muito engajado no sentido de planejar e implementar políticas destinadas a atender ao “menor”¹¹ abandonado. Segundo Rizzini; Rizzini (2004, p.29), este novo termo diz respeito a uma categoria “[...] definida tanto pela ausência dos pais quanto pela incapacidade da família de oferecer condições apropriadas de vida à sua prole [...]”.

É somente em meados de 1920 que as ações de caráter caritativo e privado desenvolvidas especialmente por instituições religiosas - destinadas a crianças e adolescentes - são ultrapassadas, dando lugar a intervenção estatal por meio de políticas sociais, ou seja, o referido público passa a ser atendido por ações governamentais. Dessa forma, devido o crescimento de crianças e adolescentes em situação de abandono, o Estado sentiu a necessidade de criar políticas e também aparatos normativo/legais para responder as questões que envolviam este segmento (PASSETTI, 2010).

É a partir daí que o Estado é obrigado a assumir as responsabilidades no que se refere à educação e saúde, ficando também a cargo de punir os pequenos infratores da lei. O poder estatal toma essa posição em decorrência da propagação da ideia de que as famílias tidas como desestruturadas geravam crianças e adolescentes criminosas/os. O Estado chama para si tais responsabilidades com a finalidade de amenizar a delinquência e a criminalidade. Visualiza-se então, uma visão moralizadora do governo brasileiro para com o segmento infanto-juvenil da época.

Durante o século XX foram criadas e implementadas três legislações que tratavam de assuntos pertinentes às categorias infância e a adolescência. Houve uma intensa movimentação de cobranças ao Estado para a formulação de leis que visassem proteger e assistir a infância, o que resultou na criação do primeiro Juízo de menores¹² e, logo em

¹¹ O referido termo foi utilizado por muito tempo nas primeiras legislações criadas e implementadas, especialmente pelos chamados Códigos de Menores, que visavam de solucionar as complexas expressões da questão social que atingiam a infância e adolescência por meio de intervenções punitivas e repressivas. Este termo apresentava um forte caráter pejorativo e moralizador, em que as crianças e adolescentes não tinham respeitada a sua condição peculiar de desenvolvimento respeitada.

¹² O Juízo Privativo de “Menores” teve sua criação regulamentada através do decreto nº3.828, de 25 de março de 1925, com a finalidade de promover o amparo normativo/legal e proteção, assim como de submeter os

seguida, na aprovação do Código de Menores em 1927¹³. Essa proteção e assistência que se propunha conceder a crianças e adolescentes abandonadas/os, delinquentes e majoritariamente pobres, não estiveram associadas a uma garantia de direitos a este público, mas apenas uma forma criminalizadora e discriminatória de tratar as questões pertinentes a esta categoria da infância.

De acordo com Rizzini e Rizzini (2004), o Juízo de menores foi um órgão que atendia oficialmente o “menor”, seja aquele retirado da rua ou encaminhado pela própria família, isto é, prestava assistência aos “menores” em situação de delinquência e abandono, cuja ação se resumia a internação de crianças e adolescentes. Na época, foi considerado um modelo referência de assistência à referida categoria, ganhando reconhecimento popular, pois o enxergavam como um espaço para cuidar dos pobres e oferecer-lhes educação.

As ações desenvolvidas pelo Juizado ainda apresentavam um caráter policialesco, pois realizam um trabalho articulado com as delegacias. O juizado, numa tentativa de romper com essa sua forma de intervir na questão do “menor”, cria as chamadas escolas de reforma especiais para menores, visando também recuperar as crianças e adolescentes em situação de delinquência (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

No entanto, permanecem as práticas coercitivas e punitivas contra crianças e adolescentes, assim como uma forte presença da institucionalização como forma de resolver os problemas atrelados a infância, desconsiderando totalmente o contexto de vida no qual estão inseridos a maioria desses sujeitos. Vale salientar, segundo as autoras mencionadas acima, o sistema de juizado entrou em colapso devido a grande demanda criada e os juízes não mais aceitavam internar todos os casos recebidos.

No tocante ao Código de Menores de 1927, verifica-se que, a partir da aprovação deste, o Estado passou a ser responsável pela problemática de “menores” em situação de abandono e delinquência e a solução apresentada pelo governo brasileiro foi a internação. Nota-se que, neste código, crianças e adolescentes ainda não eram vistas/os como sujeitos de direitos, mas apenas como um público passível de intervenções jurídicas.

“menores” em situação de abandono e infração a julgamentos e processos no âmbito jurídico (MENEGETTI, 2018).

¹³Foi instituído através da lei nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, viabilizando o processo de consolidação legal da assistência e proteção ao público infanto-juvenil com idade inferior a 18 anos, ou seja, os denominados “menores” de 18 anos. O referido código permaneceu em vigor durante 52 anos, e subsidiou as intervenções que o Juízo de Menores destinava as crianças e adolescentes da época (MENEGETTI, 2018).

Surge, em 1941, o Serviço de Assistência ao “menor”¹⁴ (SAM), com a finalidade de promover a assistência ao menor pobre/abandonado e aqueles em conflito com a lei. Com o SAM, permaneceu a perspectiva de corrigir meninas e meninos por meio de práticas coercitivas e repressivas, que ao invés de disciplinar com ações educativas, maltratava de maneira muito cruel crianças e adolescentes (SILVA; SILVA, 2011). O SAM foi alvo de duras críticas pelo fato de ser considerado um serviço criador de criminosos e ineficiente para tratar tais questões.

Com a extinção do SAM em 1964, foi instituída a Fundação Nacional de Bem Estar ao Menor (FUNABEM) através da Lei nº 4.513/64. A FUNABEM foi criada com intuito de oferecer ao Estado respostas para que este pudesse intervir de forma eficiente sobre as expressões da questão social envolvendo o “menor” (SILVA; SILVA, 2011). A referida Fundação Nacional apresentou como sendo seu principal objetivo a formulação e implantação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor- PNBEM.

Ainda no primeiro ano do Regime Ditatorial, tivemos a aprovação da PNBEM, que visava promover o atendimento social ao menor em situação de abandono e também a sua família. Junto à referida política foi instituída a Fundação Estadual de Bem- Estar do Menor (FEBEM), a qual foi criada com o intuito de atender, no âmbito dos estados, os menores pobres de áreas periféricas e que apresentavam baixo nível de escolaridade (SILVA; SILVA, 2011). Nesse momento, crianças e adolescentes continuam a ser considerados apenas como um problema de segurança no país, o que reforçava cada vez mais o caráter estigmatizador e moralizador com que eram tratadas as questões envolvendo o segmento infanto-juvenil.

No ano de 1979 é criado um novo código de menores através da Lei nº 6.697/79, mas o mesmo continuava a ser voltado apenas para as crianças e adolescentes que se encontravam em situação irregular, vítimas de maus tratos e abandonados/as, sendo estes sujeitos julgados pelos chamados “Juizes de menores”¹⁵. As práticas de institucionalização permaneceram com este código, com isso, o público infanto-juvenil ainda recebiam intervenções repressivas, moralizadoras e policiaescas.

¹⁴ Foi criado e implantado através do decreto nº 3.799 de 5 de novembro de 1941, ficando subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e estabeleceu articulação com o Juízo de Menores do Distrito Federal (BRASIL, 1941)

¹⁵ A criação do cargo juízo de “menor” aconteceu em São Paulo através da lei estadual nº 2.059 de 31 de dezembro de 1924, e visava conceder assistência e proteção aos menores de 18 anos que se encontrassem abandonados e para aqueles considerados delinquentes (MENEGETTI, 2018).

O Código do Menor de 1979¹⁶ foi criado num contexto marcado pela intensificação da desigualdade social e de um alto grau de miserabilidade. Esse processo desencadeou no agudizamento das expressões da questão social, especialmente aquelas associadas à infância: mortalidade infantil, abandono, maus tratos, fome e dentre outras. Neste período de crise econômica e ainda sob as amarras do regime ditatorial, crianças e adolescentes ficaram cada vez mais expostas/os a situações de vulnerabilidade e risco social, por estarem ameaçadas a cruéis formas de exploração em decorrência do incentivo ao trabalho infantil e por, em muitos casos, se encontrarem abandonadas/os pela família (SANTOS, 2014).

No momento de contestação política, em meio à crise da Ditadura, foi instituído o novo Código do Menor em 1979, o qual nada mais foi do que uma mera reprodução do Código do Menor de 1927, deixando clara a permanência de ações voltadas apenas para “os menores em situação irregular. Consideramos o código de 79 como uma continuação do código anterior, porque ambos partiam da noção de que crianças e adolescentes pobres tinham uma maior probabilidade de causarem desordem e cometerem crimes, devido ainda prevalecer a ideia de que estes indivíduos eram naturalmente portadores de más inclinações a partir de seu nascimento. Pode-se constatar, o quão discriminatório e moralizador foram estes códigos, pois neles predominava a naturalização da pobreza e relacionavam esta expressão da questão social com a delinquência praticada pela população infanto-juvenil da época, desconsiderando as determinações econômicas, sociais, históricas e culturais das quais esses sujeitos estiveram submetidos.

É importante reforçar o fato da criação do referido código ter se dado através de uma revisão feita sobre as leis vigentes que interviam nas expressões da questão social vivenciadas pelo “menor” daquele momento. A partir daí elaborou-se o Código de 1979, no qual objetivava proteger e vigiar aqueles menores que se encontravam em “situação irregular”. Lembrando que esta situação poderia ser decorrente de infrações cometidas pelas crianças e pelos jovens e/ou em virtude de outras situações vivenciadas por estes sujeitos, a exemplo de maus tratos e abandono.

Em outras palavras, o código de 1979 definiu a “situação irregular” como sendo:

¹⁶ Este código foi aprovado através da lei nº6.697, de outubro 10 de 1979, apresentando a doutrina de proteção ao “menor em situação irregular” referente às situações de abandono familiar, vítimas de maus tratos, autores de práticas infracionais, ao desvio de condutas, sem assistência jurídica e dentre outras (SANTOS, 2014). O código de “menor” de 1979, permanecia com uma visão moralizadora a respeito das questões envolvendo crianças e adolescentes daquele período, sem contar que incluía dentro dessa concepção de “menor em situação irregular” todos aqueles que se encontrassem nas situações descritas anteriormente e com isso os tratavam de uma mesma forma: afastando-os da sociedade. Então, este código continuou com um viés bastante discriminatório em razão de associar a pobreza à delinquência.

[...] o estado de privações e condições essenciais de sobrevivência como: saúde, por ação ou omissão dos pais e responsáveis ao permitirem que crianças fossem vítimas de maus tratos, exploração e ou atividades que fugiam dos bons costumes. Isso era entendido como desvio de conduta, logo merecia a intervenção sob a autoria da infração penal. (SANTOS, 2014, p.102).

A solução encontrada para responder as questões vinculadas ao “menor” continuou sendo intervenções de caráter punitivo, que passam a ser executas pelo juizado de menor, sob total consentimento e apoio do Estado. Essas ações recaiam apenas para meninas e meninos que faziam parte da população pobre, negra e sem escolaridade, com isso se percebe o quanto estes sujeitos foram historicamente criminalizados. Os denominados juízes de menores eram responsáveis por tomar as decisões que definiam o que seria melhor para a criança.

As práticas de institucionalização de crianças e adolescentes foram geralmente associadas à questão da segurança do país, ou seja, institucionalizar foi desde sempre a principal saída encontrada pelo Estado, tanto para garantir a segurança nacional quanto para corrigir crianças e jovens que cometeram infrações. Nesse sentido, como bem afirma Rizzini (2004, p.76):

O Brasil optou por investir em uma “*política*” de assistência ao menor, cultivando as práticas de institucionalização de crianças, ao invés de garantir políticas e práticas justas e equitativas, por meio de políticas públicas integradas que visassem ampliar as oportunidades e melhorar as condições de vida de sua população infantil e juvenil.

Os caminhos educacionais escolhidos pelo Estado se resumiam a ações punitivas, coercitivas e repressivas e a forma de disciplinar baseava-se em práticas autoritárias e violentas, as quais, ao invés de educar, causavam um sentimento de revolta nas crianças e adolescentes vítimas de tais práticas, com fortes tendências a torná-los futuros criminosos.

O governo brasileiro, ao perceber que no âmbito internacional os centros das discussões giravam em torno da defesa dos direitos infanto-juvenis, decide detectar o problema do “menor” e revisar os erros da Política de Bem- Estar do Menor, buscando assim implementar novas estratégias dentro da mesma (SILVA; SILVA, 2011). Realizada a revisão, constatou-se que a referida política não dava conta de responder a questão do menor no país.

A partir dessas intensas discussões, somando-se às reivindicações e intervenções dos movimentos sociais que defendiam direitos de crianças e adolescentes, desenhou-se um cenário propício para uma nova legislação sobre as questões vinculadas a infância e a adolescência. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que se iniciou um processo de relevantes conquistas na perspectiva de direitos para as crianças e jovens do país, assunto discutido a seguir.

2.3 Crianças e Adolescentes enquanto sujeitos de direitos

A história da infância e adolescência no Brasil foi marcada durante séculos pela falta de visibilidade concedida a estas duas fases da vida humana, tanto por parte do poder estatal público quanto pela sociedade de um modo geral. Como já afirmamos, no que se refere ao cotidiano de crianças e adolescentes, historicamente estes sujeitos tiveram suas vidas controladas pelo universo adulto, sofrendo as mais diversas formas de privações.

Na perspectiva de direitos este público por muito tempo foi esquecido e podemos esclarecer esse fato através da afirmação da autora Priori (2004 apud SILVA; SILVA 2011, p.106) na qual aponta que: “Até a metade do século XX crianças e adolescentes eram “invisíveis” para o mundo dos direitos humanos, eram considerados pequenos adultos com importância inferior devido à sua estatura física [...]”. No Brasil, somente entre os anos de 1980-1990 é que conseguimos vislumbrar relevantes conquistas de direitos no campo da infância e adolescência.

Segundo Santos (2014), as expressões da questão social vinculadas ao segmento infante-juvenil se acentuaram no início da década de 1980, resultando em um questionamento daquilo que se compreendia por irregularidade, o que ocorre em virtude desta ter se tornado mais visível no âmbito do setor público. Esse momento foi marcado especialmente por um processo de intensificação do pauperismo e da miserabilidade, sendo comprovados estatisticamente.

No período entre as décadas de 1980-1990, o Brasil vive o processo de redemocratização, momento este em que vários segmentos da sociedade brasileira se organizam reivindicando do Estado melhorias nas mais diversas áreas das políticas públicas e sociais, assim como, lutavam pela ampliação dos direitos de toda a população. Esse contexto de lutas propiciou a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual proporcionou grandes e significativos avanços na perspectiva de direitos.

Neste cenário, dentre os movimentos que mais se destacaram na luta pela ampliação de direitos, destacamos o movimento feminista na década de 1970 e o movimento calcado na defesa dos direitos do segmento infante-juvenil em 1980. Essas manifestações sociais proporcionaram relevantes conquistas não somente para o público específico, mas para sociedade brasileira de um modo geral (SANTOS, 2014).

O movimento feminista apresentou dentre as suas principais reivindicações a luta no combate à violência contra as mulheres, levantou bandeiras vinculadas aos seus direitos sexuais e reprodutivos, assim como buscou ganhar maior destaque nos espaços de trabalho e dentre outras lutas. Destacamos este movimento, pois o mesmo desenhou um cenário que propiciou a propagação de outros movimentos que levantam pautas específicas, a exemplo

daqueles que lutavam pelos direitos de crianças e adolescentes, assim como os que apresentavam lutas por direitos de cunho mais universal.

De acordo com Santos (2014), nas décadas de 80 e 90, houve um grande avanço na perspectiva de mobilizações populares que exigiam do poder público estatal novos mecanismos de intervenção sobre a violência que atingia mulheres e a população infantil e juvenil.

No que tange aos movimentos sociais de causas associadas à infância e a adolescência, a principal reivindicação girava em torno da defesa de meninas e meninos pobres e vítimas de “marginalização social”. Requisitava-se do Estado novas formas de intervenção, visando tornar o referido público em sujeitos detentores de direitos.

As lutas travadas a partir dos anos 80 foram de suma importância, pois conseguiram avançar no quesito do direito à proteção para crianças e adolescentes. No entanto, foi somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que tivemos uma relevante conquista no que se refere à garantia de direitos para este segmento. A autora Santos (2014, p.104) afirma de forma muito precisa que:

De acordo com o Plano Nacional de Enfretamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA, 2006) a CF/88 foi considerada um marco legal que provocou mudanças significativas. Antes desta Constituinte a criança era tratada como **objeto**, dentro de “visão higienista e correccional”. Após a CF/88 a ideia foi substituir o **assistencialismo** por garantia de exigibilidade, e a criança conquistou o direito de ser atendida como **sujeito de direito**.

Sobre a referida Constituinte cabe destacar o Art.227, que passa a assegurar um leque de direitos para as crianças e adolescentes e enfatiza ser responsabilidade da família, do Estado e da sociedade civil promover a proteção destes sujeitos, bem como assegurar e garantir os direitos previstos em lei a este público, para que os mesmos não sejam violados.

A nova Carta Magna, ao destinar um artigo à proteção das crianças e dos adolescentes, propiciou a formulação e implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA em 1990 (Lei 8.069/90). Com isso, o Código de menores e a PNBEM foram extintos, entrando em declínio a concepção de “menores em situação irregular” (SILVA; SILVA, 2011), pelos menos do ponto de vista legal.

O ECA assegura a proteção social às crianças e adolescentes, sendo assim considerado o principal direito deste público. Neste estatuto, institui-se a Doutrina de Proteção Integral, revelando que sua principal conquista se dá através de reconhecer todas as crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos (individuais, políticos e sociais) e não somente aqueles que se encontram em situação irregular.

Podemos destacar que outro importante avanço concedido pelo ECA diz respeito ao abandono do termo “menor”, que cede lugar aos termos criança e adolescente. A expressão utilizada pelas antigas legislações trazia em si uma intensa carga pejorativa e estigmatizadora, nas quais os “menores” não tinham sua condição peculiar de desenvolvimento respeitada¹⁷.

Conforme Santos (2014), a literatura aponta que o ECA é dividido em três importantes momentos e o primeiro está relacionado à defesa intransigente dos direitos básicos de sobrevivência como a vida, saúde e alimentação. O segundo momento se trata de assegurar os direitos à educação, à cultura e ao lazer, associados à garantia pessoal, potencial e social das crianças e dos adolescentes. Por último, defende-se o direito ao respeito, a liberdade, a dignidade e a convivência comunitária e familiar, em favor de que seja preservada a integridade física e moral do segmento infante-juvenil, ou seja, este terceiro momento está diretamente vinculado às questões pertinentes a discriminação, opressão, negligência, crueldade e violência.

A construção do ECA é resultado de uma luta coletiva entre diferentes setores e segmentos da sociedade civil conectados com instâncias representativas do âmbito governamental, proporcionando a elaboração de novos instrumentos protetivos para as crianças e adolescentes.

Após a brilhante iniciativa de criação do ECA, o Brasil, internacionalmente, ganhou visibilidade e reconhecimento pelo fato de ser um dos percussores a produzir um documento dessa magnitude destinado a proteção da infância e da adolescência. É importante destacar que, de acordo com o Plano Nacional de Enfretamento da Violência Sexual da Criança e do Adolescente (2006 apud SANTOS, 2014), o ECA foi responsável por influenciar principalmente na América Latina a realização de 15 reformas no campo normativo-legal. Com isso, desenvolveu-se um processo de implementação de um sistema jurídico e de segurança exclusivo para atender o público infante-juvenil, especialmente nos casos relacionados à violência.

¹⁷ Nesta concepção entende-se que a infância e adolescência são fases da vida nas quais crianças e adolescentes estão em processo de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social. Esse princípio de sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento conferido as crianças e aos adolescentes foi uma significativa conquista, pois além de serem portadores dos mesmos direitos atribuídos à pessoa adulta, passaram a deter algo mais, ou seja, uma atenção especial. Nesse sentido, a lei assegura direitos especiais ao público infante-juvenil, considerando que esses sujeitos não têm conhecimento pleno de seus direitos e não possuem condições de defendê-los em casos de ameaça e violação, assim como em razão de estarem num processo de desenvolvimento da sua condição biopsicossocial acabam não podendo responder pelo cumprimento das leis e demais deveres associados à cidadania da mesma maneira que os adultos.

Vale salientar que os órgãos criados nesse sistema atendem as vítimas como também os seus agressores, sendo estes os Juizados da Infância e da Juventude, Núcleos Especializados no âmbito do Ministério Público e Defensoria. Existem ainda as Delegacias especializadas, sendo extremamente necessárias e decisivas para tornar a violência sexual contra crianças e adolescentes cada vez mais visível (SANTOS, 2014).

Com o ECA, as crianças e adolescentes passam a ser vistos pelo Estado como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, tendo assegurado através da legislação que esta característica seja respeitada. São também reconhecidos enquanto sujeitos de direitos, sendo merecedores de um tratamento diferenciado.

No ECA, afirma-se que a família é responsável pela proteção das crianças e adolescentes, porém, no caso de violência, o Estado deve ser o responsável pela proteção destes sujeitos até de seus próprios pais, sendo respaldado pela lei, com liberdade de adentrar o seio familiar. (SANTOS, 2014). A intervenção estatal no âmbito familiar se torna necessária e importante em determinados casos de violação grave de direitos, como por exemplo, as situações de violência sexual, tema desta pesquisa. No entanto, cabe-nos ponderar algumas questões.

A lei resguarda, além do direito à vida e à saúde, a convivência familiar como um direito fundamental a crianças e adolescentes, por entender que é no seio familiar onde esses sujeitos se desenvolvem, mas, conforme o ECA, o ambiente deve ser saudável e isento da presença de substâncias psicoativas. Em casos de família em situação de drogadição, podem ser tomadas medidas protetivas em defesa da criança e contra os seus pais e/ou responsáveis, o que geralmente pode levar ao afastamento da criança/adolescente do seu ambiente familiar até sanar a problemática do uso abusivo de drogas na família. Lembrando que a lei prioriza o retorno do infante e adolescente para a sua família de origem, o afastamento desses sujeitos ocorre apenas em últimas instâncias, ou seja, a convivência familiar e a permanência da criança e do adolescente junto a sua família natural devem ser priorizadas, pois, para além de um direito, a convivência familiar é uma necessidade.

No caso de violência sexual contra crianças e adolescentes, primeiramente é averiguado se o agressor pertence ou não no seio familiar e, caso seja, a lei prevê o afastamento imediato do agressor para proteger a vítima. Nesse sentido, somente pode-se retirar a criança do seu espaço familiar numa situação excepcional, como por exemplo, no caso em que a família natural não esteja mais garantindo a proteção integral do infante violentado, isto é, se os principais responsáveis pela criança ou adolescente, ao serem conhecedores da ocorrência de violência sexual contra esses sujeitos, permitirem por

quaisquer motivos que a vítima continue sendo abusada ou explorada sexualmente (CASTRO, 2016)

Em qualquer ocasião que seja a retirada do infante e do adolescente só acontece quando se esgotam todos os recursos para a restauração do vínculo familiar sadio, partindo disto é utilizada a forma excepcional de convivência familiar: a família substituta.

A ideia de poder familiar¹⁸ em muitas situações passa a ser contrariada e até mesmo violada, isso porque o Estado em muitos casos desenvolve um processo de culpabilização das famílias por não conseguirem proporcionar aos seus filhos a garantia de suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Fica evidente que o Estado acaba esquecendo-se de que para as famílias oferecerem proteção as suas crianças, necessitam de também serem protegidas. Com isso, verifica-se o quanto o Estado tem reproduzido a criminalização da pobreza que, por vezes, recai sobre a família.

Na cena contemporânea, tem se intensificado a valorização da família no sentido de que ela é tida como o núcleo mais importante para garantir a proteção dos indivíduos, diante de um complexo contexto de crise do sistema político-econômico-social, de precarização do trabalho e um processo de desresponsabilização do Estado¹⁹. Nesse sentido, acaba por recair sobre a família diversas responsabilidades, como a de ser a célula provedora da proteção social dos seus membros, culminando na criação de vários programas que apresentam em suas ações centralidade na família.

A política de Assistência Social é fortemente marcada pelo seu foco na família e essa centralidade se materializam através dos eixos estruturantes, quais sejam a matricialidade sócio-familiar e a territorialização. De acordo com esses eixos, a referida política acaba por se nortear pela “primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridades àquelas com registro de fragilidades, vulnerabilidades e presença de

¹⁸ O Código Civil de 2002 adotou o uso do termo “poder familiar” no lugar de “pátrio poder”, isso porque o antigo termo remetia a “pai”, deixando subentendido que apenas este possuía direitos para com seus/as filhos/as, com isso ficou evidente que a ideia de pátrio poder era fundamentada pelos princípios patriarcais. Essa alteração também ocorreu como uma forma de estabelecer o princípio da isonomia entre os sexos, assim como para não fazer referência apenas ao modelo de família tradicional, o que de certa forma aponta para o respeito à diversidade e pluralidade no conceito de família, e isto ficou bastante explícito no art. 226 da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, tanto o referido código como a CF/88 adotaram princípios da afetividade, solidariedade e dignidade humana, considerando a importância de valorizar mais as relações sócio-afetivas do que a questão da consanguinidade em relação à família, assim avançando na perspectiva de proteção estatal a qual deve ser destinada a todos os modelos de família (CORDEIRO, 2016) Portanto, o poder familiar, em suma, designa o conjunto de direitos e deveres que compete aos pais em relação aos filhos menores de 18 anos.

¹⁹Esta expressão trata-se de quando o Estado responsabiliza indivíduos e/ou sociedade a resolverem questões que são de sua responsabilidade, ou seja, também se refere a omissão estatal em cumprir com seus deveres.

vitimização entre seus membros” (NOB/SUAS, 2005 apud CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2011, p. 5-6).

Essa forte presença de ações focalizadoras nas políticas públicas é uma das principais propostas contidas na cartilha de propostas da perspectiva social-liberal, essas práticas foram bastante adotadas pelos últimos governos brasileiros, principalmente nos de Lula e Dilma. Nos referidos governos a política de Assistência Social foi alvo prioritário para o desenvolvimento de tais ações, que se deram especialmente através dos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, pautados na focalização das situações de extrema pobreza. Esses programas foram uma forma encontrada pelo Estado de aumentar a renda das famílias e propiciar o crescimento do poder de compra da população e também do Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, não proporcionaram a transformação das condições de vida das famílias pauperizadas devido terem um cariz focalizador e estarem atrelados a lógica distributiva (ALMEIDA, 2014)

Na verdade, esses programas nada mais são do que um mecanismo de fomentar o sistema capitalista, tendo em vista que o poder estatal ao financiar a distribuição de renda tanto permite- mesmo que de forma contraditória- a reprodução social das/os trabalhadoras/es, como também se configura enquanto um investimento, pois ao acentuar o poder de consumo da população há um retorno do que foi investido para economia, o que acaba sendo funcional ao sistema capitalista nos campos ideológico, político e econômico, assim atendendo os interesses da classe dominante (ALMEIDA, 2014)

A política de Assistência social tem seguido as determinações do social-liberalismo²⁰ quando busca garantir o provimento dos mínimos sociais e as necessidades básicas das famílias pobres, ou seja, quando focaliza as suas ações naquelas famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade e risco social, para isto tentam justificar que esta seria uma forma de promover justiça social. Porém, essa estratégia torna a referida política seletivista e restritiva voltando suas ações apenas para aquelas pessoas em situação de miserabilidade, podendo também ser compreendida como um meio de garantir mínimos no campo social e, simultaneamente, atender as exigências do capital no tocante ao seu fortalecimento econômico.

²⁰ ~~Trata-se de uma nova roupagem~~ do neoliberalismo e também compreendida como uma segunda fase desta perspectiva ideopolítica. O autor Rodrigo Castel realiza aprofundadas discussões sobre o social-liberalismo, que vem avançando no Brasil desde meados da década de 1990. Portanto, de acordo com Almeida (2014, p.11) “o social-liberalismo utiliza-se de mecanismos políticos que acrescentam preceitos mais humanitários ao capital sem desvincular-se da lógica de acumulação inerente ao sistema. O Estado passaria a intervir na economia, funcionando como um braço do mercado e passaria a intervir no social, buscando garantir as condições de sobrevivência do capital, além de legitimar as condições de exploração da classe trabalhadora.”

Sabe-se que a proteção social é constituída, no âmbito da Assistência Social, em básica e especial através dos aparelhos institucionais CRAS e CREAS, respectivamente, aparelhos estes encarregados pela prestação de serviços socioassistenciais. Apesar de o Estado ter a responsabilidade de organizar e prestar a proteção social, este não tem assumido tal responsabilidade sozinho. O que tem se observado é que as responsabilidades referentes à garantia dos direitos sociais e principalmente a proteção social passam a ser divididas com a sociedade civil e de forma mais específica com a família.

Neste contexto de avanço do neoliberalismo, consta-se uma forte tendência em sobrecarregar a família no que se refere a garantir a proteção de social, inclusão e integração social para seus membros, sendo mais uma estratégia encontrada pelo Estado para se desresponsabilizar e culpabilizar as famílias pelas condições de sobrevivência nas quais se encontram. Sob essa lógica, a centralidade na família provavelmente não tenha sido um avanço para garantir tais direitos, mas sim tende a reforçar a responsabilização da família no tocante a proteção social e tornar a intervenção estatal cada vez mais focalizada nas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

O princípio da matricialidade sócio-familiar é alvo de críticas, por compreenderem que este eixo não significa a certeza de uma absoluta melhoria nas condições de vida das famílias. Segundo Vasconcelos (2003) apud TEIXEIRA (2009, p.8) pode implicar em:

Responsabilizar e culpabilizar a família, e dentro dela a mulher, pela miséria, pela ausência do cuidado ou falhas na socialização de seus membros; Re-normatização, disciplinarização e busca de uma volta idílica aos padrões da família nuclear tradicional, considerados ideais; A de psicologização da realidade das famílias, ocultando a sua dura realidade social e econômica atual em função de apenas de suas características psicológicas; Re-privatizar o cuidado social como dever de cada família, e dentro dela, da mulher, como forma de ocultar o descompromisso das agências públicas com a produção de cuidado social de qualidade e acessível para todos.

Logo, vale considerar e reconhecer os diversos avanços da política de Assistência Social na perspectiva de direitos, porém não se pode negar o retrocesso no que diz respeito ao conjunto de responsabilidades que o Estado transfere às famílias, bem como ao processo de culpabilização recaído sobre a família em relação a um possível fracasso com cuidado e a proteção dos seus membros. Percebe-se uma tendência em tornar a família como responsável por superar as expressões da questão social, que na verdade são inerentes ao capitalismo e fruto da desigual distribuição da riqueza socialmente produzida, ou seja, o Estado acaba desconsiderando as determinações históricas, econômicas e sociais na vida das famílias brasileiras.

É, portanto, necessário reconhecer a relevância do ECA na vida de crianças e adolescentes do nosso país. Todavia, é perceptível que esse Estatuto não se consolidou efetivamente, pois a população infanto-juvenil continua sofrendo com a violação de seus direitos. Realizado esse percurso histórico sobre a política da infância no Brasil, retomemos o foco prioritário deste estudo. As formas de violação dos direitos de crianças e adolescentes são as mais diversas, cabe aqui dar ênfase a uma das mais cruéis destas violações, trata-se da violência sexual, assunto discutido no capítulo seguinte.

3. IOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

3.1 A Violência Como Uma Expressão Da Questão Social: Breve Caracterização

Inicialmente é necessário pontuar uma compreensão aprofundada sobre o fenômeno da violência abordando como ela historicamente foi se desenvolvendo e quais seriam os principais fatores determinantes para sua ocorrência. A violência, sendo uma face da realidade social, é vista como um das expressões da questão social mais desafiadores de ser compreendida e enfrentada na contemporaneidade. Este fenômeno é intrinsecamente relacionado com desigualdade entre as classes sociais e a exclusão social presentes na sociedade do capital, atingindo milhões de pessoas, sejam adultos, crianças, adolescentes e as pessoas idosas. Vale salientar que o público infanto-juvenil esteja mais propenso a situação de violência, ou seja, crianças e adolescentes são mais vulneráveis devido a sua condição de sujeitos em processo de desenvolvimento.

A violência esteve presente na história da humanidade desde o seu início e, ao longo do tempo, foi sendo caracterizada de formas diferenciadas, de acordo com cada contexto sócio-histórico e dependendo das necessidades de expansão das forças produtivas²¹ que foram se apresentando a cada novo modo de produção. Segundo Karl Marx (1985 apud CONCEIÇÃO, 2013, p.2) “a violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova; ela mesma é uma potência econômica”.

Na obra “O Capital” de Marx, ao tratar da acumulação primitiva, este filósofo realiza uma abordagem acerca da passagem do feudalismo para o capitalismo, em que define a acumulação primitiva²² como sendo um processo histórico, no qual é retirado do trabalhador o

²¹É uma ideia de origem marxiana, definida então como a combinação entre a força de trabalho do homem com os meios de produção (instrumentos e objetos de trabalho), estes elementos constituem as forças produtivas, ou seja, é “O conjunto dos materiais naturais que transforma para seu uso, dos instrumentos e demais materiais e instalações que o auxiliam no trabalho, e do próprio conhecimento acumulado e da aptidão adquirida para o trabalho, constituem as forças produtivas do trabalho. Consequentemente, o trabalho é a origem do conhecimento, que se expressa nas forças produtivas, e da ampliação contínua do conhecimento, que se expressa no desenvolvimento das forças produtivas” (GEMER, 2009, p.80). Portanto, trata-se de todas as forças utilizadas para a dominação e a transformação da natureza, visando à produção de objetos e/ou mercadorias. A literatura considera o homem como a principal força produtiva, e ao dispor da sua força de trabalho e dos meios de produção ele passou a se organizar e consequentemente a produzir coisas. Com isso, foram sendo estabelecidas as relações sociais e técnicas de produção (relações de produção). As forças produtivas em articulação com as relações de produção são elementos constitutivos do modo de produção capitalista.

²²É uma concepção criada por Karl Marx para explicar a gênese do modo de produção capitalista, em suma refere-se a processo de acumulação de riquezas centralizadas e concentradas nas mãos de poucos, criando as condições propícias para a emergência do capitalismo. Nesse processo também ocorre a expropriação de uma significativa parcela de camponeses e artesãos, que formam o exército industrial de reserva e passam a compor uma nova classe: o proletariado. Concomitantemente, temos o surgimento da classe detentora dos meios de produção: a burguesia. Para compreender melhor sobre a acumulação primitiva recomenda-se ler a obra

conjunto que forma os seus meios/objetos/instrumentos de trabalho (seus meios de produção) através de práticas muito violentas (SOUZA JÚNIOR; BITENCOURT; TRIGINELLI, 2017). Quando o senhor feudal, com todo o seu poder, expulsa, de forma violenta, os camponeses de suas terras, acabam provocando “a derrocada das velhas instituições feudais, com o fim das terras comunais e a sua transformação em propriedades socialmente concentradas e, por outro lado, a produção de mão de obra barata lançada ao mercado de trabalho.” (SOUZA JÚNIOR; BITENCOURT; TRIGINELLI, 2017, p. 105). Em outras palavras, a ação do senhor feudal além de ter criado uma considerável parcela de proletariado²³ disponível para o mercado de trabalho, possibilitou um processo de concentração de propriedades nas mãos de poucos, isto é, as terras foram transformadas em domínios senhoriais.

Logo, conforme Marx, a violência desenvolve uma função crucial na história da humanidade, conseguindo se tornar um mecanismo utilizado como meio para a efetiva transição de um novo modelo de sociedade. Nesse sentido, o capitalismo passa a desenvolver e consolidar a sua hegemonia enquanto um novo modo de produção, desde a origem de fatores determinados por práticas e ações violentas. Porém, é necessário enfatizar que a gênese do capital não se dá de maneira imediata, a formação social deste modo de produção vinha ocorrendo com o desenvolvimento das forças produtivas (SOUZA JÚNIOR; BITENCOURT; TRIGINELLI, 2017).

Todo esse processo é marcado por diversos fenômenos violentos, portanto, a violência se torna um instrumento essencial (mas não um fator único, exclusivo ou determinante) para a passagem do modelo feudal de produção ao capitalista. A emergência da nova dinâmica social é determinada por fatores econômicos, isso ocorre quando a classe burguesa aproveita a transformação das forças produtivas para tomar o poder, fazendo assim entrar em declínio a antiga ordem vigente. A burguesia, ao se tornar a classe detentora do poder econômico, ocasiona a emergência da classe proletária, essa nova classe social não se origina apenas a partir de ações violentas, ela é também, principalmente, resultante de fatores econômicos.

Segundo os autores Souza Júnior, Bitencourt e Triginelli (2017) na obra “Anti-Dührin”, Friedrich Engels (1979) ao realizar uma discussão com o Sr. Dühring, aborda sobre

O *Capital* de Marx, a qual apresenta um capítulo exclusivo com uma profunda abordagem sobre esse processo (CRUZ, 2016).

²³ Conceito de origem Romana existente desde o século V antes da era cristã e passou a ser reutilizado por Karl Marx a partir do século XVIII. Refere-se à classe social composta pelos proletários e antagônica a classe capitalista. A classe proletária são os/as trabalhadores/as explorados/as pela burguesia, isto é, aqueles/as que dispõem apenas de sua força de trabalho, que se torna mercadoria na sociedade do capital (LINDEN, 2013).

a categoria violência e considera que o processo no qual se produz e distribui os bens indispensáveis à vida do ser humano tem como base: a violência e a política.

Podemos aqui comungar da ideia de Engels, ao reafirmar que os frutos do trabalho do homem (humano-genérico)²⁴ apropriados privadamente não são produzidos pela violência, na verdade ocorre um processo inverso, isto é, a violência é produto da apropriação privada dos frutos do trabalho desenvolvido pelo homem. Sob esta lógica, o referido filósofo afirma:

[...] para o Sr. Dühring, a violência é a maldade absoluta. O primeiro ato de força é, em sua Bíblia, o pecado original, reduzindo-se todo o seu arrazoado a um sermão jeremíaco sobre o contágio do pecado original em todos os fatos históricos, e sobre a infame deturpação de todas as leis naturais e sociais por esse poder satânico, que é a força. Sabemos nós que a violência desempenha também, na história, um papel muito diferente, um papel revolucionário; [...] que é ela um instrumento por meio do qual se faz efetiva a dinâmica social, fazendo saltar aos pedaços as formas políticas fossilizadas e mortas. Mas, a respeito de tal aspecto nada nos diz o Sr. Dühring. Reconhece unicamente, entre suspiros e gemidos, que, para derrubar o regime de exploração, não há outro remédio senão usar a violência; desgraçadamente, acrescenta, pois o emprego da violência desmoraliza sempre a quem a utiliza. E diz-nos essas palavras, esquecendo-se do elevado impulso moral e espiritual que emana de toda revolução triunfante! [...] (ENGELS, 1979 apud SOUZA JÚNIOR; BITENCOURT; TRIGINELLI, 2017, p.106-107).

A violência sempre esteve presente em diversos setores da vida social, apresentando determinadas funções nas diversas formas de sociabilidade, especialmente no âmbito da sociedade capitalista, pois como já elucidamos anteriormente, ela é usada como instrumento pela burguesia, desde a gênese do modo de produção capitalista, para consolidar o processo de exploração sobre a classe trabalhadora.

Os autores citados acima afirmam que Engels (1979) apontou para um papel revolucionário da violência, compreendendo que ela poderia ser um dos meios utilizados para modificar as bases organizacionais da sociedade, ou por outro lado, apenas conservaria e manteria tais bases, isto é, ou seria uma das estratégias revolucionárias para a superação da ordem vigente ou apenas propiciaria a manutenção de tal ordem.

Nesta abordagem propõe-se a analisar a violência enquanto categoria ontológica-social, compreendendo que ela está atrelada ao processo de construção da história da humanidade. Nesse sentido, também se torna necessário considerar o processo de evolução do ser social²⁵, nas diferentes fases históricas, que composto por uma totalidade de categorias foi

²⁴O termo utilizado refere-se ao homem enquanto um ser social.

²⁵Refere-se ao homem no seu processo de desenvolvimento material e histórico, quando este em busca de suprir suas necessidades básicas vai a natureza para transformá-la e, simultaneamente, transforma a si próprio, assim acaba ultrapassando a sua condição existencial puramente biológica, isto é, o homem após conseguir alcançar o estágio da vida orgânica, em um determinado tempo histórico vai mais além, ele através da teleologia do seu trabalho supera a transição para o estado orgânico e evolui a superior esfera ontológica de existência. A partir disso, o homem foi se autoconstruindo e por meio de mediações aplicadas no seu “por teleológico” (termo usado

conseguindo atingir consideráveis graus de complexidade desenvolvidos a partir da sua ligação com a natureza através da categoria que o funda: o trabalho.

É na sua relação com a natureza que o ser social se constitui enquanto tal e ao transformá-la se autotransforma, e assim por meio do trabalho o ser social se distingue dos demais seres da natureza. Essa distinção se dá pelo fato de que para o homem desenvolver seu trabalho, ele de forma prévia idealiza suas ações - processo denominado de teleologia²⁶ - e a partir disso busca satisfazer suas necessidades. Lembrando que, para a satisfação de suas necessidades, o homem necessitava idealizar o projeto a ser produzido e em seguida encontrar os meios que pudessem viabilizar o alcance do fim almejado (SOUZA JÚNIOR; BITENCOURT; TRIGINELLI, 2017).

De acordo com as postulações de Souza Júnior, Bitencourt e Triginelli (2017), o ser social ao desenvolver-se no âmbito material e histórico, consegue de forma excepcional evoluir para a vida social, desenvolvendo assim a sociabilidade. Para, além disso, o homem alcança um determinado estágio no qual conseguiu produzir conhecimento acerca das coisas que existia, assim como construiu bens e tudo aquilo que realmente era necessário para ajudar na sua sobrevivência e ainda passou a conhecer e dominar a realidade social. É a partir dessa evolução que: “o homem desde suas primeiras formações sociais – as mais primitivas até o desenvolvimento e a consolidação da forma de complexo mais elaborada –, até nosso atual momento histórico, que seja o capitalismo, ocupa-se em gerar valor de uso à produção de coisas úteis à vida social e à particular.” (SOUZA JÚNIOR; BITENCOURT; TRIGINELLI, 2017 p.112). Nesse sentido, o homem passa a produzir de maneira cada vez mais expansiva valores de uso²⁷, e conseqüentemente faz aumentar a satisfação de novas necessidades.

por Lukács) o possibilitou refletir conscientemente sobre a realidade produzir conhecimento e ampliar seu domínio sobre ela. A partir daí o homem passa a desenvolver a sociabilidade e a capacidade de transformar a realidade e também a produção de coisas novas necessárias a vida humana. Portanto, o ser social é perpassado por um processo de desenvolvimento complexo, sendo considerado um ser inorgânico, biológico e social (PINTO; SGARGETTA, 2011).

²⁶É considerada por Lukács a categoria ontológica central do trabalho, a capacidade teleológica se trata do processo em que o homem para executar seu trabalho apresenta um fim que é objetivado, assim ele passa a utilizar meios para o alcance de tal finalidade, ou seja, toda ação humana norteada para um fim exige a teleologia. Em razão disto, o processo teleológico só pode ser realizado na causalidade. Desse modo, para a satisfação de suas necessidades, o ser humano precisa idealizar aquilo que quer produzir, investigar e conhecer os meios que poderão possibilitar atingir determinado objetivo. Além disso, é imprescindível ter conhecimento das características causais dos objetos utilizados naquilo que foi projetado. Indica-se ler a obra “Para uma ontologia do ser social” do filósofo húngaro György Lukács, para uma compreensão aprofundada sobre a teleologia analisadas pelo autor (SOUZA JÚNIOR; BITENCOURT; TRIGINELLI, 2017).

²⁷ Refere-se a toda produção humana que tem a capacidade de possibilitar a satisfação de suas necessidades por intermédio do uso, do consumo humano ou ainda para ser como um meio que possa produzir outros bens materiais. Segundo Marx “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso”. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem a mesma. [...]. Esse caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. O exame

Com o desenvolvimento dos diferentes modelos de sociedade, das forças produtivas e de todo o conhecimento adquirido que permitiu o ser social dominar a realidade, ele passou a transformá-la em busca de atender as suas necessidades. Todo esse processo gera um conjunto de categorias (das quais não cabe introduzir nesta discussão) que possibilitou ao homem produzir riqueza suficiente para atender as necessidades básicas de sobrevivência de toda a humanidade, ou seja, produziu-se riqueza excedente, e com isso fundando a sociedade capitalista, na qual os meios de produção são apropriados nas mãos de poucos, como também toda a riqueza social gerada (SOUZA JÚNIOR; BITENCOURT; TRIGINELLI, 2017).

Na sociedade do capital, os trabalhadores apenas dispõem da sua força de trabalho a qual se torna uma mercadoria, sendo que durante a produção de mercadorias passa a sofrer um processo de estranhamento²⁸ e em consequência disso temos o trabalho estranhado, no qual o trabalhador não reconhece a mercadoria produzida como resultado de seu trabalho. É no modo de produção capitalista que o trabalho é sujeitado à sua forma de organização e os produtos do trabalho humano se tornam mercadorias para serem vendidas no mercado.

Portanto, realizada essas breves e sucintas considerações a respeito do desenvolvimento do ser social, compreendemos que a gênese da violência se dá quando o homem, ao desenvolver formas de sociabilidade pautadas pela lógica mais adequada a dinâmica do capitalismo, consegue desencadear o processo de apropriação privada dos meios de produção (SOUZA JÚNIOR; BITENCOURT; TRIGINELLI, 2017). A violência pode ser entendida como uma ação que pode afetar o ser social na produção e reprodução da vida, sendo produzida através da apropriação privada dos frutos do trabalho humano.

dos valores de uso pressupõe sempre uma determinação quantitativa [...]. O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta (MARX (1988) apud MACHADO (2010), p.4). Portanto, o valor de uso, conforme Marx é tudo aquilo que realmente possui utilidade, isso porque o referido valor se encontra justamente na sua utilidade, isto é, quando o homem produz coisas uteis sem que necessariamente estas sejam uma mercadoria, visando somente satisfazer suas necessidades. Na sociedade do capital o valor de uso é alterado quando as coisas produzidas se tornam mercadorias voltadas a comercialização e não mais apenas ao consumo humano, com isso, o valor uso é convertido em valor de troca (MACHADO, 2010).

²⁸No modo de produção capitalista os/as trabalhadores/as acessam uma parte irrisória da riqueza socialmente produzida, justo eles/as que tudo produzem. A produção é vista como algo avulso a si, isto é, os/as trabalhadores/as separam de si os objetos que produzem, assim o/a trabalhador/a não a reconhece enquanto resultado da sua ação, do seu trabalho. Este/a estranha tudo aquilo que ele/a próprio/a produziu, ou seja, a produção lhe é algo estranho e entendem que não possuem poder algum sobre ela e nem muito menos poderão satisfazer suas necessidades a partir desta. Em suma, podemos compreender isso como o processo de estranhamento apontado por Marx em sua célebre obra O Capital, trata-se portanto, do processo no qual o/a trabalhador/a não enxerga a mercadoria produzida e nem a processo produtivo como resultantes de seu trabalho. Segundo o referido filósofo, na sociedade capitalista o trabalho se torna uma atividade estranha para aqueles/as que vendem sua força de trabalho, isso é estranhamento, bem como o produto da mesma forma é estanhado pelo/a trabalhador, o que também é definido como estranhamento. Marx denomina essa dupla face do processo de estranhamento em: Estranhamento-de-si e Estranhamento da coisa (FERREIRA, 2011).

É sabido que nas sociedades capitalistas a busca incessante é por expandir esse sistema e acumular riquezas. Para isso, é preciso superar os obstáculos que impedem a concretização destes principais objetivos, independentemente de que maneira deva acontecer. A violência é, portanto, o meio mais utilizado para atender a esses interesses da classe dominante, tendo em vista que através deste fenômeno os resultados esperados pelos capitalistas acontecem de forma mais imediata (CONCEIÇÃO, 2013).

No modo de produção capitalista, a classe detentora dos meios de produção através de ferramentas ideológicas explora a força de trabalho da classe dominada, para que assim a/o trabalhadora/o não se reconheça enquanto classe trabalhadora, isto é, não possibilite o despertar da consciência de classe em si a uma consciência de classe para si²⁹. À medida que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção, mais os processos de exploração, alienação, dominação e de lutas sociais também se desenvolvem.

O fenômeno da violência se agrava no capitalismo, produto da lógica capitalista que visa tão somente a sua lucratividade. Na sociabilidade burguesa, temos um trabalho explorado, alienado e acima de tudo desumano, em que o homem passa por um processo de coisificação e mercadorização, tendendo a se submeter à racionalidade burguesa, dispondo da venda da sua força de trabalho e contribuindo com a lógica do consumo.

A partir das transformações ocorridas no mundo do trabalho se intensifica a ideia do “possuir” baseada no incentivo capitalista ao consumo exacerbado, o que resulta no crescimento da violência em razão do desejo de acumular riquezas se manifestando através de múltiplas expressões da questão social: fome, miséria, pobreza, desemprego e dentre outras (CONCEIÇÃO, 2013).

A autora Conceição (2013) afirma que apesar de Marx não ter abordado diretamente sobre a violência, sinalizou que ela está presente na exploração ocorrida dentro da esfera produtiva, apontando ainda que esse fenômeno passou a ser naturalizado no interior das relações das forças produtivas e fornece legitimidade ao processo de exploração do homem pelo homem, uma das principais bases de sustentação do modo de produção capitalista.

Conforme Ianni (2002), durante a transição do século XX para o XXI as sociedades contemporâneas de um modo geral, marcaram este lapso temporal como um campo de intensas práticas de violência nas suas mais diferentes formas, desde as práticas mais velhas e

²⁹É uma ideia filosófica apresentada na teoria marxiana referente a uma possível tomada de consciência por parte da classe trabalhadora de forma coletiva, com vistas a superar as contradições que permeiam a sociabilidade capitalista. Em suma, a possibilidade da passagem da consciência em si a consciência para si é entendida como uma consciência política que possivelmente a classe explorada pode tomar e partir para uma ação revolucionária que vise a superação da ordem do capital (SOBRINHO, 2016)

novas, aquelas que já eram de nosso conhecimento e as que nunca foram vistas anteriormente. O autor elenca algumas dessas formas de violência que no decorrer da história da humanidade vem sendo desenvolvidas: como o sequestro, comércio ilegal de drogas, violência na área urbana, as práticas e ações terroristas adotadas por chefes de Estado como mecanismo de governabilidade (terrorismo de Estado), guerras civis/mundiais, grandes conflitos religiosos e dentre outras.

É reconhecido pela literatura que na passagem do século XX ao início do século XXI, as formas e estratégias de violência passam a adquirir novas especificidades e interfaces, cada vez mais cruéis. Esse período é marcado por grandes e incríveis avanços no campo científico e tecnológico e, simultaneamente, se desenvolvem inovadoras maneiras e estratégias de violência social, sendo reproduzidas através das mais diversas práticas políticas, econômicas, culturais e sociais (IANNI, 2002).

A violência é um fenômeno bastante complexo por isso deve ser analisado profundamente a partir das formas como se manifesta, considerando que as manifestações podem ser de cunho coletivo e individual, histórico e psicológico, objetivo e subjetivo (IANNI, 2002). Nesse sentido, podemos comungar da ideia de Ianni ao considerar a violência como um evento excepcional, que pode ir para além do que as ciências sociais nos mostram, este fenômeno desvela aspectos e circunstâncias da realidade social e/ou do processo histórico que, muitas vezes, não são suspeitados e nem muito menos esperados.

Compreendendo o fenômeno da violência enquanto categoria, podemos considerar a seguinte afirmação:

A violência está presente e evidente, escondida e latente, em muitos lugares, nos mais diversos setores da vida social, envolvendo indivíduos e coletividades, objetividades e subjetividades. É um fenômeno eminentemente histórico, no sentido de que se constitui no curso dos modos de organização social e técnica do trabalho e da produção, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais. Pode atingir um indivíduo isolado ou uma coletividade inteira, selecionar uns e esquecer outros. Possui conotação político-econômica e sócio-cultural, podendo ser principalmente ideológica ou principalmente física. Atinge não somente as ideias, as gentes e as coisas, mas também a natureza. Há toda uma longa história de violência contra a natureza, de permeio à história do Mundo Moderno. (IANNI, 2002, p.13).

Nesta perspectiva, entende-se que a violência sempre esteve presente nos diferentes modelos de sociedade atrelada à produção e reprodução da vida humana, esta se complexifica a cada contexto sócio-histórico, manifestando-se sob diversas formas. É importante reafirmar que as manifestações deste fenômeno se desdobram por fatores do campo político, econômico, social e cultural.

A violência seja no campo da produção ou não sempre tende a ser naturalizada, especialmente no contexto de crise econômica, política e social, quando há um aumento do

desemprego e em consequência disto se aprofunda a miserabilidade, intensificam-se as desigualdades sociais e, sincronicamente, ocorre um processo de disfunção do papel social do Estado.

Realizada essa abordagem da violência a partir de uma perspectiva categorial, agora podemos adentrar no centro da discussão proposta: entender a violência como expressão da questão social. Para tanto é necessário apontar o conceito de “questão social”³⁰, esta categoria fundada na contradição - estabelecida no âmbito do modo capitalista de produção- entre capital x trabalho.

Conforme Yamamoto e Carvalho, a “questão social”, é expressa a partir de um movimento em que a classe operária passa a se formar e se desenvolver enquanto tal, e particularmente quando esta adentra no contexto político, tendo como objetivos a exigência de serem reconhecidas como classe diante do empresariado e do Estado. Complementam afirmando que a categoria da qual nos referimos “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (CARVALHO; YAMAMOTO, 1983, p.77).

Yamamoto e Carvalho (2015) compreendem a questão social como indissociável do processo de acúmulo de riquezas concentradas pelos capitalistas e das suas implicações sobre a classe trabalhadora. A “questão social” é manifestada pela desigualdade social em suas diversas expressões, a qual se engendra no sistema de produção capitalista.

Em suma, como afirma Carvalho e Yamamoto (2015, p.133):

A “questão social”, seu aparecimento, diz respeito diretamente à generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômico-social brasileira. Sem que tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos.

Sob esta perspectiva, Netto comunga da mesma ideia apontando a “questão social” como elemento constitutivo do desenvolvimento do sistema capitalista. O autor apresenta “Cinco notas à propósito da questão social”, mostrando como esta categoria foi sendo compreendida em cada diferente fase do capitalismo .

Netto (2011) afirma que a questão social em sua gênese esteve intrinsecamente associada ao pauperismo, momento no qual se acentuava a pobreza ao modo em que crescia a

³⁰O termo está sempre sendo utilizado entre aspas em conformidade com diversas referências do Serviço Social, isso porque se acredita que seja necessário utilizar a referida expressão de maneira muito cautelosa pelo fato desta estar historicamente ligada a uma gênese conservadora.

capacidade social para a produção de riquezas. Com base na análise marxiana acerca da “lei geral da acumulação capitalista”, o referido autor reforça a ideia de que:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”*; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são *indissociáveis* da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante (NETTO, 2011, p.157).

Diversas/os autoras/es como Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Maria Carmelita Yazbek, Alejandra Pastorini e dentre outras/os, se posicionam contra a ideia de uma “nova questão social”³¹, pelo fato de compreenderem que a “questão social” tem mantidos aquelas características essenciais de sua gênese, ou seja, a base que funda esta categoria ainda é a mesma, sendo sempre atrelada ao trabalho (FREITAS; MESQUITA, 2011). Ressalta-se que não ocorreu a superação dessas características, estas se mantêm até na atualidade, postas de modo muito radicalizado e alienado. A “questão social” apresenta novas expressões considerando as peculiaridades da forma como se deu o processo da formação social de cada país e da implantação do sistema capitalista em cada deles.

Conforme Netto (2011) não existe uma “nova questão social”, o autor enfatiza a necessidade de realizar uma investigação sobre:

a emergência de *novas expressões* da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser”. O problema teórico consiste em determinar concretamente a

³¹ É relevante destacar que diversas/os autoras/es, a exemplo de Pierre Rosavallon (1995) e Robert Castel (1998) tematizam sobre a emergência de uma provável “nova questão social” em virtude das metamorfoses ocorridas no atual estágio do capitalismo (FREITAS & MESQUITA, 2011). As autoras mencionadas anteriormente destacam a ideia de Pastorini em que esta vem apontar sobre o início da construção de um debate em torno da ideia de uma possível “nova questão social”: “a discussão sobre a existência de uma „nova questão social” irrompe na Europa e nos Estados Unidos no final da década de 70 e início dos anos 80, quando alguns dos grandes problemas inerentes à acumulação capitalista (como desemprego, pobreza, exclusão), vistos como residuais e conjunturais, durante os „Trinta Anos Gloriosos” nos países centrais e em alguns periféricos, passam a ser percebidos como problemas que atingem um número não negligenciável de pessoas de forma permanente” (PASTORINI, 2007 apud FREITAS; MESQUITA, 2011, p.6). Conforme Freitas e Mesquita (2011), o autor Rosavallon (1995) revela a existência de uma distinção entre a “nova questão social” e a “velha questão social”, entendendo que as transformações ocorridas no modo de produção capitalista resultaram não apenas numa nova sociedade capitalista, na qual foi superada a antiga questão social, assim como fez emergir novas e diferentes expressões da questão social. Nesta mesma lógica ressaltam a ideia de Castel (1998), na qual afirma que a “questão social” sofreu intensas mudanças e ao longo do tempo passou por transformações, devido ao processo em que o capital foi sendo reestruturado no âmbito internacional. Com isso, provocou-se um enorme quantitativo de problemas, a exemplo do aumento do desemprego estrutural que passa a ser prolongado e em detrimento disso, segundo o autor, surge uma “nova questão social” (FREITAS; MESQUITA, 2011). Essa abordagem gerou o intenso movimento de discussões no campo acadêmico em diversas partes do mundo. No Brasil, esse debate entrou em pauta a partir de 1990, período no qual o tema se torna mais visível e passa a ser entendido como relevante para os estudiosos das ciências sociais, principalmente pelas/os autoras/es referências do Serviço Social que possuem a questão social como seu objeto de estudo e elemento fundante da profissão (FREITAS; MESQUITA, 2011).

relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração. (NETTO, 2011, p.160-161).

Fica compreendido que há apenas novas formas de manifestações ou interfaces da mesma “questão social” e para superá-la é necessário a alteração e superação da ordem social burguesa.

Podemos destacar a análise de Ianni (1991 apud SANTOS, 2014) no que concerne a questão social, ele a enxerga como fruto do modelo mercadológico de sociedade, próprio da forma de sociabilidade capitalista. Para o autor, a questão social é constitutiva de um longínquo processo histórico marcado pela luta de classes, em que a classe dominada busca conquistar melhorias nas suas condições de vida e trabalho.

A questão social é definida por muitos pensadores brasileiros como: desemprego, pobreza, miséria, pauperismo, marginalidade, fome, violência e dentre outras. No entanto, esses problemas não seriam propriamente a questão social, mas sim as suas expressões (IANNI, 1991 apud SANTOS, 2014). Todas essas interfaces da questão social se intensificam a partir da década de 70 quando o capital vivencia uma de suas maiores crises, neste momento foi empreendido o processo de reestruturação produtiva³², provocando assim profundas transformações no mundo do trabalho.

Em decorrência de todo esse processo foram sendo implementadas novas estratégias e formas de exploração do trabalho, acarretando principalmente no crescimento do desemprego estrutural, assim como na precarização do trabalho e conseqüentemente das condições de vida da classe trabalhadora, esse movimento foi conduzido pelo avanço de novas tecnologias e pela evolução econômica do atual estágio do capitalismo. Cabe enfatizar que o aumento do desemprego implica de forma direta na agudização da questão social, uma vez que as/os trabalhadoras/es em situação de desempregadas/os não possuem mais condições de suprirem suas necessidades básicas de sobrevivência, provocando assim um processo de intensificação das expressões da questão social.

Nesta perspectiva, as transformações na organização da produção acontecem concomitantemente a diversas alterações, dentre as quais podemos elucidar as novas formas de trabalho que foram criadas, o barateamento da mão de obra contratada, as crescentes taxas

³² Na década de 1970 iniciou-se um grande período de recessão para o capitalismo devido a queda da sua taxa de lucros, acarretando na diminuição das até então crescentes produção e produtividade. Houve nesse momento a transição do modelo de produção fordista, que adotava o padrão de produção em massa, para o modelo toyotista, o qual prevalece o padrão de acumulação flexível. A partir de então, o capital na tentativa de reestruturar-se empreendeu o processo de reestruturação produtiva, que se deu por meio de profundas mudanças introduzidas nas organizações produtivas, causando assim intensas repercussões no mundo do trabalho. Vale destacar, que no Brasil somente na década de 1990, com implantação do neoliberalismo, é que a chamada reestruturação produtiva foi desenvolvida no país (ANTUNES, 2018)

de desemprego, a forma das/os trabalhadoras/es se organizar, o aumento dos índices de pobreza e das desigualdades sociais, intensificação do processo de retirada de direitos sociais e da desregulamentação das condições e relações de trabalho e dentre outras (PASTORINI, 2004 apud SANTOS, 2014).

Podemos aqui destacar a pobreza, esta é compreendida na visão marxiana como fenômeno essencial ao sistema capitalista, ao modo em que se desenvolve o processo de acumulação da riqueza socialmente produzida, sincronicamente, acaba produzindo e reproduzindo pobreza. Na sociedade do capital a riqueza que se produz não é igualmente distribuída, mas sim concentrada e acumulada nas mãos de poucos, isto é, uma pequena parcela da população se apropria desta por meio da exploração daquelas/es que não a usufruem.

Então, é a partir da relação antagônica entre capital x trabalho existente nessa forma de sociabilidade, que os capitalistas exploram a classe trabalhadora e expropriam da mesma o que Marx denominou de mais-valia³³, resultando num processo que engendra uma face da pobreza jamais vista antes. É nesse contexto que ocorre o agravamento da pobreza.

Segundo Rufino (2017), a pobreza está associada ao desemprego, criando uma população sobrando denominada por Marx de exército industrial de reserva. A pobreza passa a constituir tanto a parcela ativa de trabalhadores que compõe este exército, assim como aquela parte que se encontra inativa. Entretanto, o exército industrial de reserva disponível é fundamental para a sustentação do modo de produção capitalista, ou seja, se torna “condição de existência da produção capitalista, pois quanto maior a pobreza, maior o exército industrial de reserva³⁴ e vice versa.” (RUFINO, 2017, p.6).

³³ Conforme Marx “o trabalhador, durante uma parte do processo de trabalho, produz apenas o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios necessários à sua subsistência. [...] Se o valor de seus meios diários de subsistência representa em média 6 horas de trabalho objetivado, o trabalhador tem de trabalhar, em média, 6 horas diárias para produzi-los. [...] Mas o segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário, custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. A essa parte da jornada de trabalho denomino tempo de trabalho excedente [...], e ao trabalho nela despendido denomino de mais-trabalho.” (MARX, 2013 apud LOURENÇO; ENGELBETCH, 2017, p.2). Portanto, o conceito de mais - valia é apontado pelo filósofo como a diferença entre valor gerado pelo trabalho e o salário que o capitalista paga ao/a trabalhador/a, ou seja, nessa relação há uma enorme desigualdade, levando em consideração que o trabalhador ao produzir uma determinada mercadoria cria um valor pelo tempo da realização de tal produção (pela sua jornada de trabalho), esse valor é em partes devolvido ao/a trabalhador/a como um salário fixo e este salário estabelece também um valor fixo na mercadoria, no entanto, a jornada de trabalho sempre gera um excedente na produção. O excedente produzido é resultado do salário pago pelo/a trabalhador/a com uma parte da sua jornada de trabalho, sendo que a outra parte sobrando desta volta para o capitalista em forma de produção excedente (lucro).

³⁴ Trata-se de um conceito da teoria marxiana, relacionado ao desemprego estrutural nas sociedades do capital, isto é, corresponde ao grande contingente de trabalhadores/as que compõem a população ativa, mas estão desempregados/as. Essa população sobrando é resultado do aumento do incremento de maquinário e inovações tecnológicas na esfera produtiva e ao mesmo tempo da diminuição da compra de força de trabalho, ou seja, o

Todas essas transformações relacionadas às questões da pobreza e do desemprego estrutural, acima elucidadas, se circunscreveram na esfera privada da vida humana, passando a atingir duramente as famílias pauperizadas. O agudizamento da desigualdade social acaba por penalizar as famílias, prejudicando principalmente as crianças e os adolescentes (SANTOS, 2014)

É necessário analisar as expressões da questão social considerando as suas especificidades, já que estas apresentam aspectos amplo, complexo, contraditório e histórico sempre atravessado com conflitos (SANTOS, 2014). Em outros termos, para realizar uma compreensão crítica, aprofundada e precisa dessas expressões, é imprescindível serem entendidas no interior de suas peculiaridades e singularidades.

Conforme Santos (2014), as expressões da questão social são diretamente ligadas com o processo em que se acentuam os desafios e obstáculos postos as famílias no que tange a sua produção e reprodução da vida social, vinculadas a uma acelerada fase de desenvolvimento do sistema capitalista. Em consequência disso, a família não tem sido mais o lugar que oferece e garante proteção, visto que a mesma em muitos casos não possui condições objetivas e nem subjetivas para tal, assim como pelo fato de se encontram nas mais diversas situações de violações dos seus direitos básicos de sobrevivência. Vale salientar que as famílias pobres são as mais afetadas com os problemas causados pela desigualdade social. Diante deste contexto, desenha-se um espaço propício para o surgimento de diversos tipos de violência social.

A histórica desigualdade social existente na sociedade de classes provoca permanentemente sérios impactos na vida dos indivíduos. Tudo isso reflete, negativamente, na rotina diária das famílias, na maioria das vezes repleto de imensas dificuldades e pelas mais diversas formas de violência.

No entanto, cabe pontuar que a violência sexual nas suas duas principais faces não está exclusivamente e nem em todos os casos relacionada aos meios encontrados para sobreviver, apesar de que tem sido comprovado por estudos que este tipo de violência contra crianças e adolescentes vem crescendo desenfreadamente no decorrer dos últimos anos, principalmente em locais do país onde apresentam os maiores índices de vulnerabilidade e risco social, se

homem foi sendo substituído pelas máquinas. Para Marx, esse exército é uma das estratégias do capital para dominar a classe trabalhadora, quanto maior for essa massa de desempregos/as melhor para o sistema, pois é uma forma encontrada pelos capitalistas de ameaçar os/as trabalhadores/as empregados/as, que por ventura venham a se organizar para reivindicar melhorias no tocante, por exemplo, as condições de trabalho e aumento de salários, assim os capitalistas podem ameaçar de dispensá-los e contratar outra pessoa que faz parte do exército industrial de reserva. Então, essa população ativa sobrando de trabalhadores/as desempregados/as cumpre uma importante funcionalidade para o modo de produção capitalista, deixando os/as que vendem sua força de trabalho sem muitas possibilidades de escolhas (TRINDADE, 2017).

tornando um cenário suscetível à ocorrência desta violência. Em função disso, seria oportuno interligar o fenômeno da violência sexual como sendo uma expressão da questão social que também está atrelada à condição de classe social em que o sujeito está inserido, visto que uma significativa parcela das vítimas fazem parte da classe dominada e se encontram nas mais diferentes situações de desigualdade social. É importante ressaltar que apesar deste fato, não se pode desconsiderar que há outros fatores determinantes para a ocorrência desta face da violência, já elucidados no decorrer dessa pesquisa.

Podemos considerar a violência sexual de crianças e adolescentes como uma das expressões da questão social, pois esta é resultante das diversas formas de desigualdades sociais inerentes à sociedade capitalista, especialmente no que diz respeito à questão da desigual distribuição da riqueza socialmente produzida, isso porque todos esses fatos acabam propiciando que o fenômeno da violência possa se manifestar nas suas mais variadas interfaces no decorrer do movimento de reprodução da vida social.

Para Santos (2014, p.97):

Se considerarmos que a violência é uma expressão ou manifestação da questão social, subentende-se que existe uma negação do princípio da democracia. O que temos constatado é a existência de uma política técnica de eficácia e excludente, onde a ideia do Estado é de pouco para muitos, defendendo os interesses e criando privilégios para uma classe social, a burguesa.

Compreende-se que as expressões da questão social tem certa relação com os tipos de exploração e expropriação dos direitos civis, políticos e sociais existentes em nossa sociedade e resguardados em nossa Constituição, ou seja, essas expressões, como é o caso da violência, também estão associadas ao processo de violação desses direitos.

O Estado apesar de atuar como mediador das demandas do capital e do trabalho, sempre tende a atender aos interesses da burguesia, não é a toa que muitos autores consideram-no como o comitê executivo da burguesia³⁵, este concede a classe trabalhadora apenas os mínimos sociais e para resolver, por exemplo, expressões da questão social, como a violência sexual, o poder estatal intervém através de políticas setoriais que muitas das vezes não dão conta de responder a complexidade desse tipo de fenômeno.

Diante desse contexto, em concordância com a ideia de Santos (2014), constata-se que o Estado acaba rompendo com a noção de democracia especialmente no tocante aos direitos civis fundamentais: igualdade e liberdade, o que significa negar a concepção de cidadã/ãos em condição de sujeitos de direitos. Nesse sentido, aqui pode ser enquadrada a questão da

³⁵Expressão criada por Marx e estampada na obra “Manifesto do Partido Comunista”, é um crítica feita pelo filósofo em torno do Estado, pois na visão marxiana o poder estatal tende a atender aos interesses da classe dominante e intervir de forma que sempre possa favorecê-la.

violência sexual uma vez que as vítimas estão tendo seus direitos violados e possivelmente sem receber a plena garantia destes.

É relevante e necessário destacar, que as famílias não podem sozinhas garantir a proteção e o sustento de todas/os as/os suas/es integrantes, o poder estatal também deve assumir e cumprir com sua responsabilidade de dar condições para que estas possam dar conta de suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

No seio familiar as relações estabelecidas vão sendo transformadas constantemente, lembrando que os integrantes passam a mudar suas atitudes de acordo com o aquilo que realmente estão necessitando, assim como por seus problemas de cunho econômico e demais preocupações, dos quais acabam atravessando o campo privado da vida para o campo público da vida social, recebendo influências das intensas metamorfoses no âmbito socioeconômico e ético-político. (SANTOS, 2014).

Os problemas referentes à família ao se tornarem cada vez mais visíveis e públicos, são compreendidos como violação de direitos e necessitam de ser urgentemente enfrentados (SANTOS, 2014). Por meio de políticas deve-se promover a sua prevenção e seu combate, como por exemplo, para a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Portanto, analisamos a violência sexual enquanto uma expressão da questão social, fruto do processo de desigualdade social inerente à sociabilidade burguesa, também influenciada por determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais. Porém, é preciso salientar que a questão da instabilidade econômica de muitas famílias brasileiras não pode ser considerada como um determinante exclusivo e principal para a ocorrência deste tipo de violência, visto que essa violação acontece no seio de qualquer classe social, seja no espaço privado da vida de famílias pobres ou ricas.

3.2 O Abuso Sexual e a Exploração Sexual como violência intrafamiliar e extrafamiliar

A violência intrafamiliar, extrafamiliar e sexual contra crianças e adolescentes tem ganhado mais visibilidade no âmbito da sociedade, e vem sendo intensamente trabalhada no universo midiático e acadêmico através de reportagens, entrevistas e pesquisas científicas. Na cena contemporânea, a violência em suas diversas formas, cada vez mais, tem sido uma das grandes preocupações de governos, pesquisadores e sociedade, especialmente quando se trata de violência contra o público infanto-juvenil.

Embora no decorrer deste estudo já tenhamos relatado, é preciso enfatizar novamente que a violência sempre esteve presente na história da humanidade em seus diferentes modelos

de organização social e por esse fato tende a ser naturalizada, ou seja, ela é vista como uma ação natural do ser humano e das relações.

O Brasil tem uma história fortemente marcada pela violência, um país que teve sua formação social fundada numa cultura escravocrata³⁶, basta lembrarmos como se deu o processo de colonização em nosso território, no qual tivemos fortes ataques ideológicos contra o povo indígena pautados na intolerância. Os verdadeiros donos dessas terras foram obrigados a mudar seu modo vida, costumes e cultura para se adequarem ao padrão de civilidade imposto pelos colonizadores, que passaram a dominar nosso povo de modo a explorá-lo junto das riquezas que aqui encontraram (SIQUEIRA, 2009). Neste processo de dominação, para que de fato acontecesse, foram desenvolvidas diversas formas de violência.

Na longa trajetória histórica desse país podemos destacar o processo de escravidão dos negros, a Ditadura Civil Militar, os inúmeros assassinatos cotidianamente noticiados nos principais meios de comunicação como processos que demonstram o quanto a história brasileira, assim como de outros países, é perpassada pela violência em suas diversas formas (SIQUEIRA, 2009).

É pertinente elucidar que o modo de produção capitalista parece querer ocultar que a violência é produto das relações construídas de forma desigual no seio deste sistema que tem uma lógica bastante destrutiva, sendo expressa através da exploração do homem pelo homem, da banalização e coisificação do ser humano³⁷, do incentivo ao consumo exacerbado, da fome em proporções quase inimagináveis e da violência em suas múltiplas e brutais expressões (SIQUEIRA, 2009).

Fica evidenciado que na contemporaneidade a sociedade tem como marca a violência, de caráter econômico, sexual, moral, simbólico, praticadas nos mais variados setores da vida social. É imprescindível destacar nessa abordagem duas expressões da violência, referimo-nos a violência doméstica e intrafamiliar e a violência urbana. As primeiras geralmente se

³⁶Referimos-nos a continuidade das formas de escravidão existentes no Brasil. Sabemos que mesmo com a aprovação da Lei Aurea em 13 de maio de 1888, na qual foi outorgada o fim do regime escravocrata no país, isso não significou de fato o desfecho dessa questão, na verdade a escravidão se matem viva na sociedade brasileira e se manifesta de maneiras diversas, a exemplo das mais variadas formas de trabalho precarizado.

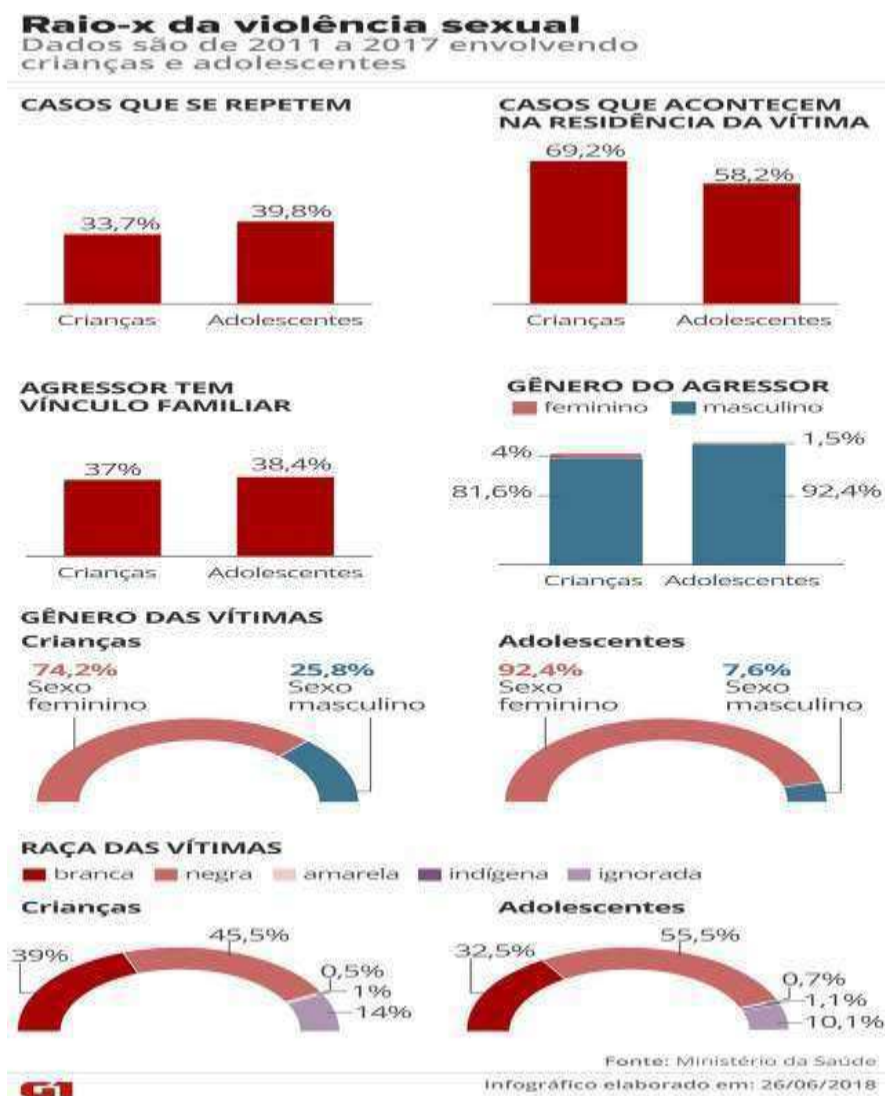
³⁷Compreendemos essa expressão como sendo consequência da forma de sociabilidade em que vivemos, a vida humana vem tornando-se cada vez menos importante, isso porque a prioridade na sociedade do capital é o criar bens materiais para obter lucro, por essa razão o homem tem sofrido esse processo de banalização e coisificação, no qual as coisas se tornam mais importantes do que o próprio homem, o bem material é mais valioso do que a vida do ser humano, esta tem se tornado banal. Há nesse sentido uma inversão de valores em que a pessoa humana é reduzida apenas aquilo que produz ou simplesmente a um objeto de lucro e consumo, já que o homem na forma de organização capitalista é também uma mercadoria. O ser humano ao ser tratado como coisa nos mostra o quanto a humanidade tem construído um presente e futuro desastrosos, que tem provocado à banalização da vida e a perda de valores éticos e morais.

manifestam através das violências de cunho físico, psicológico e sexual e atingem mais as mulheres, crianças e adolescentes, já esta última é cotidianamente sinalizada nas chacinas, assassinatos, homicídios e tráfico de drogas, tendo como alvo prioritário homens majoritariamente pobres, negros e da periferia e que estão nas fases da adolescência e na vida adulta (SIQUEIRA, 2009).

Realizadas essas pertinentes considerações sobre as diversas expressões da violência, agora podemos adentrar numa abordagem em torno da violência sexual contra crianças e adolescentes que é o nosso enfoque dentre tantas outras formas de violência que assolam a vida cotidiana de todos nós.

É necessário ressaltar que embora a violência seja vivenciada por todos, ela afeta mais constantemente determinados grupos sociais como pobres, mulheres, pessoas negras e residentes de zonas periféricas, pelo fato destes grupos estarem mais propensos as situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, por isso não podemos desconsiderar a dimensão de classe/raça/gênero/território que perpassa esta categoria ontológico-social. Vejamos a seguir dados estatísticos publicados pelo Ministério da Saúde que comprovam a nossa afirmação ao revelar as meninas negras como as principais vítimas da violência sexual:

Figura 1- Raio-x da violência sexual. Dados de 2011 a 2017 envolvendo crianças e adolescentes



Fonte: Ministério da Saúde apud Coelho (2018)

Entre os anos de 2011 a 2017 as notificações em torno da violência sexual totalizaram 184.524 casos, havendo um aumento de 64,6% contra crianças e 83,2% deste tipo de violência cometida em adolescentes. De acordo com o levantamento do referido Ministério 43.034 das vítimas eram meninas e 14.996 eram meninos, correspondendo a um percentual de 74,2 % e 25,8%, respectivamente (BRASIL, 2018). A partir de tais dados, podemos comprovar a forte presença da cultura machista na sociedade brasileira, na qual as mulheres acabam por sofrer as mais diversas formas de violência, a exemplo da violência sexual. Os homens ao serem os maiores agressores a partir relações desiguais e abusivas de poder utilizam o uso da força para dominar os corpos das mulheres, retirando destas os direitos de liberdade de escolha, tais práticas tendem a ser naturalizadas. Logo, esse tipo de violência é perpassada pela violência de gênero.

Podemos constatar que essa expressão da violência é também efeito da cultura machista quando verificamos a figura masculina sendo, predominantemente, a principal responsável pela agressão. Nas características notificadas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) no Brasil, entre o período de 2011-2017, o sexo do autor da violência sexual contra crianças e adolescentes é majoritariamente o masculino, sendo contabilizado um total de 47.324 (81,6%) de homens agressores e apenas 2.298 (4,0%) mulheres agressoras.

Nesta avaliação realizada pelo Ministério da Saúde também é considerada a perspectiva racial ao pontuar a respeito das características sócio demográficas do segmento infanto-juvenil, mostrando que crianças e adolescentes da raça/cor negra têm sido mais atingidas por essa expressão da questão social em relação às pessoas brancas, amarelas, indígenas e não informadas. As notificações neste quesito contabilizaram um total de 26.407 crianças negras vítimas de violência sexual, o que corresponde 45,5% dos casos e também predomina no caso de adolescentes da raça/cor da pele negra representando uma porcentagem de 55,5% (BRASIL, 2018). Então, a violência sexual não pode ser analisada sem considerar a dimensão de raça/cor da pele, já que os números comprovam que meninas e meninos pertencentes à população negra têm sido as/os mais atingidas/os, isso significa que a violência sexual infanto-juvenil está permeada pela violência racial contra crianças e adolescentes da raça/cor da pele negra.

É importante destacar os dados estatísticos apresentados neste levantamento feito pelo já mencionado ministério, no que diz respeito às crianças do sexo feminino e da raça/cor da pele negra violentadas sexualmente que respondem por 46,0% dos casos, enquanto que crianças do sexo masculino da raça/cor da pele negra totalizaram 44,2% dos casos, ou seja, as meninas negras também são as maiores vítimas de violência sexual em relação aos meninos negros, prevalecendo também violência de gênero contra as crianças negras, frutos das desigualdades inerentes à sociabilidade capitalista.

A violência contra criança e adolescente sempre fez parte da história da humanidade e se faz presente até nos dias atuais, apresentando uma diversidade de expressões e explicações. Como já registrado anteriormente, a violência que atinge este público expressa-se através das formas de negligência, violência física, psicológica e sexual. Segundo Faleiros (1998), a violência que atinge o público infanto-juvenil em suas diversas formas de manifestação é baseada na teoria do poder, ou seja, na relação de poder há uma conduta de abuso do poder e da força exercida pelo adulto sobre a criança e/ou adolescente. Nessas relações de

superioridade e dominação, crianças e adolescentes acabam não tendo sua liberdade respeitada, sofrendo sérios prejuízos no seu processo de desenvolvimento.

Essa relação desigual de poder e dominação sofrida pelo segmento infanto-juvenil encontra seu pano de fundo na cultura adultocêntrica e patriarcal³⁸ da sociedade brasileira e o sistema capitalista se aproveita dessa relação, utilizando sua estratégia de exploração junto a este processo de dominação para manter-se fortalecido. É importante destacar que esse processo de dominação e exploração é propício para a violência.

No seio dessas relações desiguais e abusivas de poder também se manifesta a violência sexual de crianças e adolescentes, que, para Azevedo e Guerra (1997 apud SOAREAS, 2016), é definida como uma forma de violência doméstica, isto é, quando os pais, familiares ou responsáveis desses sujeitos, ao ter determinadas atitudes e/ou posturas omissas perante as crianças e adolescentes acabam causando qualquer dano à integridade física, psicológica e sexual da vítima, podendo resultar numa ação violadora do poder/dever da pessoa adulta e por outro lado coisificar meninas e meninos (reduzindo a criança e o adolescente a condição de objeto e/ou de coisa). Logo, temos aqui uma violação do direito da criança e do adolescente em que, neste caso, não têm respeitada sua condição peculiar de pessoa em processo de desenvolvimento. As referidas autoras relatam que a violência sexual doméstica se caracteriza como “[...] Todo ato ou jogo sexual, numa relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa.” (AZEVEDO; GUERRA, 1997, apud SOARES, 2016, p.39).

Diante dessa situação a criança e o adolescente devem ser vistos apenas enquanto sujeitos vítimas de uma relação abusiva de poder/dominação e nunca serem culpabilizados nesse processo, haja vista que o agressor para praticar a violência sexual utiliza como principal instrumento seu poder coercitivo sobre a pessoa violentada. Essa coerção é engendrada na histórica cultura de posse estabelecida entre adultos e crianças - denominada

³⁸Concordamos com a ideia de que o patriarcado não apresenta apenas uma fonte de origem. A sua conceituação é diversificada na literatura, podemos considerá-lo como “sistema estruturador de relações sociais, está presente na sociedade de forma multifacetada e se expressa de diferentes maneiras em contextos distintos. Este sistema modela as relações de gênero que se dá tanto entre um homem e uma mulher, como entre homens e entre mulheres” (ALMEIDA, 2010, p.15). A partir da perspectiva da teoria feminista, nesse sistema social os homens dominam o mundo, essa dominação acontece no seio das diferentes instituições sociais, isto é, no âmbito familiar e estatal, no qual os homens tem autoridade em relação às mulheres e crianças e sobre esses sujeitos eles detêm poder político, econômico, social e moral. Compreendemos esse sistema apesar de apresentar multifaces ele tem como elementos basilares de sustentação a dominação e opressão, que são empreendidos pelos homens contra as mulheres, mas que também se reproduzem nos diversos tipos de relações patriarcais de gênero (ALMEIDA, 2010).

de adultocêntrica- na qual os primeiros sujeitos detêm poder de dominação sobre os últimos (SOARES, 2016).

A coerção pode ser entendida como um mecanismo usado na violência, sendo que nessas relações de dominação, as diferenças na sociedade são convertidas em desigualdade hierarquizada, de modo a subordinar a vontade de um em detrimento da vontade do outro, neste caso a do adulto sobre a da criança, envolvendo a perda da autonomia de uma das partes e privando a pessoa dominada de manifestar sua vontade. Nesse tipo de relação desigual a finalidade é a dominação, exploração e opressão. Portanto, como afirma Soares (2016, p.40) a coerção está vinculada:

“[...] ao poder, pois se um domina de um lado, do outro está o sujeito dominado, violentado, ou seja, fica estabelecida uma relação de forças em que um polo se caracteriza pela dominação e o outro pela coisificação. Porém, nem a violência nem o poder são fatores naturais, intrínsecos ao ser humano.

No interior dessas relações pautadas na desigualdade e dominação também está circunscrita a violência sexual de crianças e adolescentes. Em concordância com a ideia de Faleiros (1998), consideramos que a violência sexual atinge todas as classes sociais de maneira conectada com o estágio de desenvolvimento do processo de civilização da sociedade, associando-se com a noção de sexualidade e apontando para um entendimento acerca das relações de gênero, do lugar ocupado pela criança perante aos adultos e o papel social da família nos sistemas de organização da sociedade. Diante disso, a violência deve ser analisada a partir do contexto histórico, econômico, cultural, social e ético.

As discussões referentes à temática da violência sexual contra o segmento infanto-juvenil apresentam divergências e acabam por classificar esta forma de violência em intrafamiliar e extrafamiliar. Segundo Lima & Barbosa (2011), no caso da violência intrafamiliar esta ocorre quando há relação de parentesco entre vítima e agressor, também classificada de abuso sexual intrafamiliar e incesto. Com relação à violência extrafamiliar é considerada quando não se consta a relação de convívio no espaço familiar entre ambas às partes envolvidas, chamada também de abuso sexual extrafamiliar e exploração sexual no caso de qualquer atividade que apresente fins de comercialização (LIMA; BARBOSA, 2011).

Tendo em vista que as expressões da violência sexual, acima mencionadas, geralmente sejam praticadas nas relações de convivência familiar (dentro ou fora do lar), compreendemos que estas estejam de certo modo vinculadas a violência intrafamiliar, por isso acreditamos ser oportuno ponderar algumas questões sobre esse tipo de violência.

A violência intrafamiliar apresenta certa semelhança pelo que se compreende como violência doméstica, mas é preciso explicar a diferença. No primeiro caso, trata-se das

relações construídas e efetivadas entre quem causa a violência e quem é o alvo desta, não se restringindo apenas ao local físico onde ocorre a violência. Por outro lado, a segunda se caracteriza por envolver pessoas que podem ou não ter parentesco, mas que participem do convívio familiar no espaço doméstico (SANTANA, 2016)

De acordo com Saffioti (1999 apud SANTANA, 2016), a violência familiar acontece dentro do lar ou em qualquer outro espaço fora do mesmo, apesar de que geralmente consta-se mais a ocorrência do primeiro caso. A violência intrafamiliar não se limita a residência. A autora afirma que, por exemplo, um avô que não mora na mesma residência que seu neto pode praticar violência contra este. No tocante a violência doméstica, esta pode ser praticada ou recebida por pessoas que não fazem parte de uma família, porém convivem frequentemente no lar com a figura agressora, a exemplo de empregadas (os) domésticas (os).

A violência intrafamiliar praticada contra meninas e meninos revela uma ação ou atitude omissa dos pais, familiares ou responsáveis da vítima, que pode acabar causando danos físico, sexual e/ou psicológico ao sujeito violentado. O ambiente familiar é o local de onde se espera haver proteção, cuidado e preservação de meninas e meninos dos riscos e perigos do mundo externo, porém este ambiente muitas das vezes pode ser um campo repleto de conflitos, “destacando-se o que se referem às relações conjugais, deveres parentais e comunicação intergeracional.” (SANTANA 2016, p.15). Dessa forma, são depositadas expectativas na família para que esta garanta suprir as necessidades básicas de sobrevivência do segmento infanto-juvenil, entretanto, nem sempre isso se cumpre, sendo diversas as razões. Podemos destacar alguns fatores que podem propiciar a não concretização de tais expectativas:

[...] a distribuição desigual de autoridade e poder (conforme papéis de gênero, sociais, sexuais, idade, entre outros atribuídos a seus membros); famílias cujas relações são centradas em papéis e funções rigidamente definidos; famílias em que não há diferenciação de papéis, levando inexistência ou a perda de limites entre seus membros; e famílias com nível de tensão permanente, que se manifesta por meio da dificuldade de diálogo e descontrole da agressividade (SANTANA, 2016, p. 16).

A literatura aponta que na violência intrafamiliar também permeiam as relações de desigualdade e dominação, construídas a partir da tríade sócio-histórica-culturalmente, em que o agressor de crianças e adolescentes aproveita-se da sua histórica posição hierárquica em relação à criança para dominá-la, explorá-la e oprimi-la, retirando da vítima a sua liberdade e igualdade no processo relacional. Vale salientar, as formas de violência intrafamiliar mais conhecidas são as expressas por meio da violência física, psicológica, sexual e negligência.

Em relação à violência sexual intrafamiliar em criança e adolescente, observa-se a preferência dos agressores pelas vítimas do sexo feminino, que sofrem com relações desiguais

de poder e com a condição de submissão frente ao consumidor da violência. O fato dos números apontarem as meninas como alvo prioritário dos agressores, fica constatado que a violência sexual é atravessada pela desigualdade de gênero. Os agressores tomam proveito de sua “superioridade” em termos físico, mental e social para dominar as vítimas e cometer a ação violenta, esses em boa parte dos casos tratam-se da figura do pai que utiliza de seu poder paterno para dominar, manipular e controlar a pessoa violentada (RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004 apud FERREIRA, 2012).

Como já exposto acima, a violência sexual apresenta duas faces: o abuso sexual e a exploração sexual. Agora se faz necessário desenvolver uma compreensão sobre essas formas de violência sexual.

O abuso sexual pode ser caracterizado em intrafamiliar e extrafamiliar, pois tanto pode acontecer no seio familiar que é o mais comum, mas também em outros espaços, nos diversos lugares crianças e adolescentes estão suscetíveis a serem, de alguma maneira, violentados sexualmente. Esse tipo de violência é marcado pelo silêncio e geralmente demora a ser revelada, em virtude da vítima que tomada pelo medo acaba se calando, e isso de certa forma tende a favorecer ao agressor a continuar controlando totalmente a situação (FERREIRA, 2012).

É mais comum o abuso acontecer dentro do próprio lar e, geralmente, o agressor convive com a vítima, ligados por laço de consanguinidade ou não, isto é, o consumidor da violência na maioria dos casos tem bastante proximidade com a criança ou o adolescente, esse fato acaba propiciando a atuação do abusador, pois este é conhecedor de toda a rotina da família e, além disso, detém a confiança de todos, inclusive da própria vítima, o que torna um cenário propício para cometer a ação violenta. Em razão desse tipo de violência ocorrer no interior do próprio espaço familiar as vítimas ficam ainda mais vulneráveis aos abusadores.

Sabemos que a insegurança, o medo e/ou a vergonha de relatar o abuso são os principais inimigos das vítimas, sendo na maioria das vezes resultantes de ameaças feitas pelos praticantes da agressão, isso pode ser um dos motivos das vítimas se silenciarem. O silêncio também é uma forma dos sujeitos violentados protegerem sua família ou até mesmo por se sentirem culpados e receosos de não encontrarem o apoio esperado e, com isso, ficarem passíveis de julgamentos.

As diversas formas de violência deixam profundas sequelas na pessoa violentada, principalmente quando se trata de abuso sexual contra crianças e adolescentes, tendo em vista que esse tipo de violência causa danos muita das vezes irreparáveis nesses sujeitos, sejam estes de cunho físico e/ou psicológico, podendo afetar o processo de desenvolvimento sadio

deste público. De acordo com relata a literatura, há certa probabilidade de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual se tornar futuros agressores sexuais (FERREIRA, 2012).

O abuso sexual devido ser coberto pelo segredo e sigilo tanto das vítimas, como em boa parte dos casos pelos familiares e/ou pessoas próximas que não têm coragem de denunciar por razões diversas, acabam dificultando o processo de enfrentamento desta questão. É importante evidenciar que as pessoas conhecedoras da violência sofrida pela criança ou adolescente - mas não tomam as medidas e providências cabíveis - acabam permanecendo em silêncio devido serem ameaçadas pelo agressor ou também para protegê-lo, isso porque geralmente o agressor é alguém da própria família (pai, tio, avô, primo, irmão).

Compreender os fios invisíveis que perpassam essa delicada face da violência sexual é de extrema necessidade, para assim encontrar as estratégias mais adequadas e enfrentar a referida questão presente em nosso país e também na cidade Sousa-PB. O medo da denúncia e a imprecisão dos números são fatos bastante preocupantes em torno da temática, isso porque continuam enrustidos e as vítimas permanecem na maioria das vezes sofrendo com a violência.

A discussão em relação ao abuso sexual é nova, pois somente a partir das conquistas na perspectiva dos direitos de crianças e adolescentes foi que ampliou-se o debate em torno do assunto. No espaço familiar por muito tempo a temática era considerada um tabu, não que isso tenha sido mudado totalmente na atualidade, infelizmente em muitas famílias o assunto ainda continua sendo tratado dessa forma, o que também tem dificultado o seu enfrentamento, tendo em conta que é no seio familiar onde ocorre considerável parte dos casos deste tipo de violência (FERREIRA, 2012). Todavia, ao enfatizar essa questão, não temos como intenção culpabilizar as famílias por esse fato.

É necessário salientar que as diversas formas da prática do abuso sexual acontecem nas diferentes classes sociais, isto é, nas famílias ricas e pobres, com isso fica compreendido que o quesito financeiro não seria o único fator determinante para a ocorrência desta violência (FERREIRA, 2012).

A partir do elucidado, o nosso direcionamento está voltado a entender que as ações e práticas violentas acabam reproduzindo-se em mais violência. Portanto, fica atestado que não se deve analisar o abuso sexual de maneira dissociada das outras formas de violência cometidas por pessoas adultas em crianças e adolescentes.

Desse modo, o abuso sexual é compreendido como toda e qualquer ação em que um adulto ou uma pessoa mais velha use uma criança ou adolescente para se satisfazer

sexualmente, o agressor através do abuso de poder e de confiança, pratica a violação sexual de diversas formas, sejam estas por meio do contato físico (toque nas genitálias da vítima, mama, sexo oral, anal ou vaginal) e sem o contato físico (assédio sexual, telefonemas obscenos, exposição dos genitais, voyeurismo e pornografia) (BRASIL, 2015).

Para Faleiros e Campos (2000) essa interface da violência sexual é entendida da seguinte forma:

em síntese, o abuso sexual deve ser entendido como uma situação de ultrapassagem (além, excessiva) de limites: de direitos humanos, legais, de poder, de papéis, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe e compreende, do que o abusado pode consentir, fazer e viver, de regras sociais e familiares e de tabus. É que as situações de abuso infringem maus tratos às vítimas (FALEIROS; CAMPOS, 2000, p.44 apud JUCEMAR, 2016).

Esse tipo de violência é praticado através de ações perpetradas na coerção, na dominação e no abuso de poder, sendo crianças e adolescentes principais alvos de abusadores devido às fragilidades desses sujeitos que ainda estão em processo de desenvolvimento. Em muitas situações o abuso sexual não revela marcas físicas, dificultando mais ainda a constatação da violência, pois o/a agressor/a utiliza atitudes carinhosas e palavras amorosas a fim de seduzir a vítima e assim conquistar a sua confiança. Essa é a estratégia mais usada pela figura agressora, camuflando essa terrível violência nas relações de proteção.

A outra face da violência sexual trata-se da exploração sexual que, normalmente, está associada à violência extrafamiliar, mas também pode ser intrafamiliar, isso pelo fato de geralmente o perpetrador não ter laços parentais com as crianças e adolescentes vítimas, às vezes pode ser alguém conhecido da família ou não. Conforme aponta a literatura, para analisar a exploração sexual contra o público infanto-juvenil com criticidade é indispensável considerar as dimensões históricas, sociais, culturais, psicossociais, econômicas, éticas e jurídicas. A referida forma de violência diz respeito ao uso sexual de crianças e adolescentes, apresentando como principal finalidade a obtenção de lucros, assim a exploração sexual é definida nas palavras de Faleiros: “Ela se constitui em rede, na busca de clientes para um mercado do corpo, sem a opção de quem é usado, na busca do lucro, com a sedução do prazer.” (FALEIROS, 1998, p.46).

A exploração sexual se configura como uma forma de abuso sexual praticada por adultos, concedendo pagamento em dinheiro ou sob outras formas a criança ou o adolescente e a terceiro(s). A/O menina/o explorada/o passa por um processo de coisificação, sendo tratada/o como um objeto para fins sexuais e mercantis. Esse tipo de violência é considerado como uma forma de coerção para esses sujeitos se prostituírem, configurando-se enquanto um

trabalho realizado de maneira forçada e uma forma atualizada de escravizar meninas e meninos (SOARES, 2016).

Segundo a autora Faleiros (2000 apud LIMA; BARBOSA, 2011), a exploração sexual do segmento infantil e juvenil caracteriza-se como um tipo de comercialização e aqueles que exploram em geral representam a figura masculina e suas vítimas, preferencialmente, são mulheres/meninas. Esse tipo de violência é considerado crime, no entanto, mesmo com todos os aparatos normatizo-legais de proteção a integridade física, psicológica e moral e a dignidade de crianças e adolescentes, esses sujeitos continuam não sendo respeitados e permanecem sofrendo com essa questão e tantas outras formas de violação de seus direitos.

Podemos destacar que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes também é atravessada pelas relações abusivas de poder e de sexualidade, nas quais temos adultos comercializando os corpos desses sujeitos através de ações coercitivas e de recursos de persuasão. As principais formas desta exploração são a prostituição, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais (LIMA; BARBOSA, 2011).

Na contemporaneidade, especialmente com a globalização, a internet é o principal mecanismo para disseminar materiais audiovisuais de conteúdo pornográfico envolvendo o público infanto-juvenil, sendo também um meio de divulgação a fim de despertar o interesse de turistas e pedófilos ao mercado sexual de crianças e adolescentes.

Portanto, a mercantilização da sexualidade de crianças e adolescentes é também um mecanismo encontrado pelo grande capital – e nesse caso geralmente está representado através da indústria pornográfica – para tão somente buscar a obtenção de lucros. Nesse comércio do sexo, vislumbra-se uma forte erotização da imagem da criança e do adolescente, que se tornam um produto midiático em favor do mercado.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu Art.5º que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” Apesar disso, constatamos que meninas e meninos são frequentemente vítimas de violência sexual, seja esta de caráter intrafamiliar e/ou extrafamiliar, ou seja, mesmo com toda a legislação voltada para a proteção desses sujeitos estes continuam sofrendo diversos tipos de violações de seus direitos.

A legislação existente no Brasil considera a violência sexual contra a população infanto-juvenil como um crime hediondo e prevê punição ao agressor, pelo fato de ser cometida contra sujeitos que estão em processo de desenvolvimento biopsicossocial e ainda por não respeitar a liberdade desses sujeitos decidirem qual o momento mais adequado para

usufruírem sua sexualidade, considerando que toda pessoa tem o direito de exercer o seu poder de escolha, podendo assim optar por aquilo que entende como melhor para si (FERREIRA, 2012).

Esse público devido sua condição de seres que estão em desenvolvimento precisam receber um olhar diferenciado, atenção e cuidados especiais tanto da família, como da sociedade e do Estado, de acordo com o que determina os aparatos normativo-legais voltados para a infância e adolescência.

A nossa preocupação está relacionada com a quantidade de casos de violência sexual infanto-juvenil na cidade de Sousa-PB. É uma perversa realidade vivenciada por crianças e adolescentes, pois não estamos falando de qualquer tipo de violação de direito, mas sim de um ato que provoca estragos irreversíveis na vida da maioria das vítimas. Por isso, a tamanha relevância de refletir acerca de como tem sido realizado o trabalho das/os profissionais do CREAS deste município para o enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e aos adolescentes, enfoque desta pesquisa. Quais as principais estratégias de intervenção são desenvolvidas pelos órgãos e serviços da rede de proteção da infância e adolescência para combater e enfrentar de forma eficaz a violência sexual em crianças e adolescentes? O que tem sido feito para que a prestação de atendimento, acolhimento e acompanhamento das vítimas possa amenizar as sequelas e consequências provocadas pela violência? O CREAS juntamente com os demais órgãos que compõem a rede de proteção de crianças e adolescentes deste município, tem conseguido enfrentar a violência sexual de forma eficaz?

A partir desses questionamentos podemos ainda desvelar o que vem sendo realizado, em especial por parte do Estado, para possibilitar a prevenção e o combate da violência sexual contra a população infanto-juvenil.

Como já sabemos, a violência sexual ocorre em diversos setores da vida social, considerando isso, fica esclarecido à necessidade de trabalhar esse assunto em todas as instituições de modo a intensificar cada vez mais a discussão e assim proporcionar a sociedade em geral, juntamente com o poder estatal, um maior engajamento no enfrentamento desta expressão da questão social. Desse modo, Estado e sociedade devem atuar de “mãos dadas” em busca da solução da violência sexual, contribuindo para a proteção de crianças e adolescentes, pois esses sujeitos precisam ter respeitado o seu direito de gozar de forma digna e isenta de violências às fases da infância e da adolescência que lhes são próprias da vida, assim como aponta o ECA no Art. 18 “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório e constrangedor.”

Portanto, consideramos de extrema necessidade e importância o desenvolvimento de um trabalho articulado entre as diferentes políticas públicas e sociais, como a Educação, Saúde e Assistência Social, e conseqüentemente dos diferentes campos do saber, envolvendo assim profissionais das mais diversas áreas do conhecimento para atuarem no enfrentamento, combate e prevenção da violência sexual em crianças e adolescentes. Nesta pesquisa, optamos por buscar compreender como ocorre o trabalho da equipe multiprofissional do CREAS de Sousa-PB frente a essa demanda, incluindo dentro dessa discussão, como tem sido realizado o atendimento as vítimas e as famílias, bem como sobre a articulação feita entre a própria equipe do referido órgão e com rede de proteção da infância e da adolescência para enfrentar essa questão.

3.3 O surgimento da política de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes e o papel do CREAS nesse contexto

A violência sexual causa sérios danos na vida de crianças e adolescentes, sejam estes de caráter físico, psicológico e comportamental, o que de certa forma acaba dificultando que o referido público tenha um desenvolvimento sadio. A partir disso, entende-se que a violência sexual devido sua tamanha complexidade cria a necessidade de intervenções entre as mais diferentes áreas, nas diversas instâncias da sociedade e do Estado, a fim de que esta questão seja enfrentada de forma eficaz.

Somente a partir do final do século XIX e início do século XX é que vimos surgir uma noção de promover a proteção à infância. Por outro lado, com relação aos direitos do ser humano à condição da infância só começaram a ser executados durante as últimas duas décadas do século XX.

Segundo Paixão e Deslandes (2010), é por volta das três últimas décadas que as discussões sobre a violência sexual de crianças e adolescentes são intensificadas e aprofundadas pelos órgãos de governo, entidades civis e organizações não governamentais, tanto no Brasil como em âmbito internacional.

A busca por enfrentar e prevenir essa expressão da questão social foi ganhando maior força e visibilidade a partir de 1996, momento em que se tem no centro das discussões a questão sobre o combate a exploração sexual para fins comerciais. No mesmo ano ocorreu a realização do “I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” na cidade de Estocolmo (Suécia), lembrando que o Brasil assinou e selou compromisso com o que foi abordado no evento (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

Esse congresso teve tamanha importância, pois possibilitou a formulação de diretrizes, programas de ação e cooperação empreendidas por diversos países do mundo, inclusive o Brasil, visando à erradicação desta grave face da violência (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

As referidas autoras afirmaram que o debate em torno do enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes passa a ter tamanha relevância no campo político nacional, a partir da aprovação do ECA em 1990. Nesse momento, via-se a sociedade brasileira bastante engajada em defesa dos direitos do segmento infanto-juvenil e em decorrência disso foram criados Fóruns, Conselhos e intensificaram-se ainda mais os trabalhos desenvolvidos pelas Organizações não governamentais (ONGs) (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

Podemos ressaltar enquanto uma importante conquista concedida pela luta dos movimentos sociais e políticos que defendiam os direitos da infância e da adolescência, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente ³⁹ (CONANDA), o qual ficou a cargo de implantar conselhos municipais e estaduais por todo país, ou seja, estes seriam os Conselhos de Direito que passam a ter como uma de suas funções fiscalizar os Conselhos Tutelares (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

No Brasil, a incorporação da violência sexual de crianças e adolescentes no campo das políticas públicas é fortalecida devido às reivindicações da sociedade civil brasileira que de certo modo pressionaram o Estado, principalmente por intermédio dos Fóruns, ONGs e Conselhos (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

Vale destacar as primeiras iniciativas que visavam possibilitar o enfrentamento da violência sexual contra a população infanto-juvenil no país, se deram a partir de 1993 com a elaboração do relatório sobre a primeira Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). Nesta comissão, determinaram dar início a um processo de investigação a respeito dos principais espaços de exploração sexual contra meninas e meninos, buscando assim revelar as diversas situações envolvendo a violação dos direitos destes sujeitos, para, a partir de um levantamento, apresentar comprovadamente a escassez de políticas que atuassem frente a esta violência e oferecessem atendimento especializado destinado a atender crianças e adolescentes violentados sexualmente (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

³⁹O referido conselho foi criado através da lei 8.242 de 12 de outubro de 1991, este é considerado a instância máxima encarregada de formular, deliberar, e controlar as políticas públicas destinadas ao público infanto-juvenil no âmbito federal. É responsabilidade do Conanda fazer com que os direitos, princípios e diretrizes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) possam ser efetivados. Este órgão é composto por um total de 28 conselheiros, divididos em 14 representantes do governo federal e os outros 14 são representantes da sociedade civil organizada.

Nesse período, houve a criação, em inúmeros municípios brasileiros, dos denominados Centros de Defesa da Criança e do Adolescente⁴⁰ (CEDECA), apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância⁴¹ (UNICEF), apresentando como objetivo principal o desenvolvimento de estratégias que pudessem proteger, prevenir e atender ao segmento infanto-juvenil e as famílias que sofrem com as consequências deste tipo de violência (DESLANDES; PAIXÃO, 2010). A criação do CEDECA e sua finalidade trouxeram avanços significativos no que tange as atuais políticas de enfrentamento a violência sexual contra o referido público.

Em 1997 foi realizado no Brasil outro importante evento sobre as causas pertinentes à infância e adolescência, nos referimos à realização da II Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.⁴² Nesta conferência propuseram que fosse desenvolvido nos municípios, estados e em âmbito nacional, um processo de avaliação, no qual fosse constatado se os direitos infanto-juvenis estavam sendo efetivamente implementados e priorizados, principalmente no que diz respeito à base temática do Conanda, a exemplo das questões relacionadas à violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

⁴⁰Esses centros são organizações não governamentais da sociedade civil que visam fortalecer o controle social sobre as políticas públicas que promovem direitos para o segmento infanto-juvenil, assim como atuam na busca da proteção e defesa jurídico social de situações de violência sexual vivenciadas por esses sujeitos. Os referidos centros desenvolvem uma atuação para além do viés técnico, pois as suas ações contêm uma perspectiva político-ideológica daqueles/as que estão engajados/as nas lutas pela defesa dos direitos humanos de meninas e meninos. O papel dessas instituições representativas é também de possibilitar que a sociedade tenha um mecanismo de controle das esferas do poder estatal, promover a realização de encontros para formações políticas, organizar momentos para o desenvolvimento de ações de cunho educativo voltadas a população e dar suas contribuições no processo de construção e consolidação de país democrático.

⁴¹É um órgão das nações unidas fundado em 11 de dezembro de 1946 nos Estados Unidos. A Organização das Nações Unidas (ONU) através de uma Assembleia geral destinou ao Unicef o papel de atuar na defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, de modo a contribuir com o atendimento das necessidades básicas de sobrevivência deste público e por meio de suas ações possa proporcionar a ampliação das oportunidades de vida de ,meninas e meninos, assim como para o pleno desenvolvimento das potencialidades e capacidades desses sujeitos. Portanto, o referido órgão é o principal defensor a nível mundial da população infanto-juvenil.

⁴²A referida conferência continuou com tema da anterior “Crianças e Adolescentes – Prioridade Absoluta”, dando assim continuidade às discussões iniciadas na primeira, só que de forma mais aprofundada e complementar. A referida Conferência apresentou como seu principal objetivo “promover uma ampla mobilização social nas esferas municipal, estadual e nacional para avaliar a situação de implementação dos direitos da população infanto-juvenil, como prioridade absoluta” (BRASIL, 2010, p.26).É necessário apontar alguns avanços da II Conferência em relação à primeira: o aumento significativo do número de participantes, mostrando um maior interesse pelas questões em torno da infância e da adolescência; melhor proximidade do Conanda com os Conselhos municipais e estaduais; o fato do Conanda ter se fortalecido em relação a sua função de formular políticas públicas; e dentre outros. Ver “Um Balanço das **Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente**: Elementos para uma reflexão”.

Foi também no ano de 1997 que, após as recomendações do referido evento, a Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente⁴³ (ABRAPIA) implantou no país uma Rede de Informações sobre Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, com o objetivo de alimentar o sistema de dados que já funcionava e também contribuir com aqueles que ainda seriam criados em âmbito regional, com vistas a oferecer subsídios às políticas públicas, pesquisas e capacitação (PAIXÃO; DESLANDES, 2010).

A ABRAPIA foi criadora do primeiro serviço de Disque denúncias de abuso sexual e exploração sexual contra crianças e adolescentes, assim como para denunciar outros tipos de violência contra este público. Nesse sentido, o Brasil desenvolveu alguns mecanismos que pudessem facilitar a divulgação do serviço de denúncias, as quais se deram principalmente através de palestras, informações propagadas pela imprensa, bem como por distribuição de cartilhas, livros, folders e placas expostas em ambientes públicos e privados (SANTOS, 2014). Para isso, a referida associação contou com total apoio e auxílio do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Ministério da Saúde em um trabalho articulado com a Secretaria de Direitos Humanos.

O serviço de Disque denúncias passou a ser responsabilidade do Poder Executivo, em razão do governo federal ter optado em dar prioridade ao enfrentamento da exploração sexual contra a população infanto-juvenil. É no ano de 2003, que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) fica a cargo de coordenar e operacionalizar o referido serviço, o que foi um fator estratégico para implementar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. No ano de 2004, o referido serviço passa por significativas alterações, com a finalidade de aperfeiçoá-lo e expandi-lo, tornando-o mais seguro e confiável. É apenas a partir de maio de 2006 que o Disque 100 passou a ser utilizado (SANTOS, 2014).

Conforme Santos (2014), foi a partir deste cenário que se intensificou a busca por estratégias de enfrentamento a violência sexual que atinge a população infanto-juvenil, propondo-se que os municípios brasileiros sejam os responsáveis pela fiscalização e pelo

⁴³A associação é uma organização não governamental criada em 1988 e coordenou por um tempo o serviço Disque Denúncias. Foram diversos os motivos de sua criação, mas um dos principais tratou-se de um acontecimento lamentável em que um bebê de três meses de idade foi vítima de agressão física. O bebê foi encaminhado para o Hospital Souza Aguiar, localizado no Rio de Janeiro, sendo submetido a passar por um tratamento de fratura no fêmur esquerdo. Três meses depois a mesma criança retornou ao hospital para novamente se submeter ao mesmo procedimento, só que no fêmur direito. Este fato acabou levando o Dr. Lauro Monteiro a montar uma equipe multiprofissional encarregada de desenvolver uma atuação articulada com profissionais de diferentes áreas (Educação, Direito e Serviço Social) objetivando construir um centro de referência que pudesse realizar ações e pesquisas destinadas a defender o público infanto-juvenil que sofresse violência intrafamiliar.

controle das políticas públicas, enquanto os Conselhos Tutelares⁴⁴ em defesa dos direitos desses sujeitos possam auxiliar nesse processo, averiguando se os direitos estão sendo garantidos por meio de um trabalho articulado desenvolvido com a rede de proteção.

Para Santos, a violência pode ser um fenômeno complexo e provocador de drásticas consequências para as vítimas, por esse motivo se:

[...] pressupõe que atendimento voltado para crianças e adolescentes em situação de violência sexual deva responder às suas necessidades, assim como envolver outros serviços, outras organizações e, de acordo com o Plano de Atendimento, outras políticas públicas setoriais. O envolvimento das demais políticas públicas, serviços e organizações deve ocorrer na perspectiva da construção e da consolidação de uma rede de proteção social. (SANTOS, 2014, p.110).

Sob esta lógica, as iniciativas do governo brasileiro, que resultaram na definição de uma política de enfrentamento a situação de violência sexual vivenciada por crianças e adolescentes, foram reforçadas e avançaram através da elaboração do 1º Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCA) no ano de 2000 (PAIXÃO; DESLANDES, 2010). Visando garantir a proteção integral às crianças e adolescentes expostas/os a situação de violência sexual, este Plano apresenta como principal objetivo “estabelecer um conjunto de ações articuladas que permita a intervenção técnico-política e financeira para o enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente” (BRASIL, 2002, p.14 apud FARAJ; SIQUEIRA, 2012, p.71). O primeiro PNEVSCA se estrutura a partir de seis eixos estratégicos: Análise da Situação; Mobilização e Articulação; Defesa e Responsabilização; Atendimento; Prevenção e Protagonismo Infanto-juvenil.

A aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência sexual contra Crianças e Adolescentes tornou-a uma temática de conhecimento e interesse público, propiciando a sua materialização na agenda governamental.

Com o intuito de possibilitar o avanço dessa elaboração, líderes e autoridades governamentais, junto às frentes organizadas da sociedade civil, intensificaram o engajamento e as mobilizações na luta em busca de combater e enfrentar às diversas formas violências, apresentando a proposta de criar o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual

⁴⁴O Conselho Tutelar foi instaurado junto com o ECA em 13 de julho de 1990 pela lei 8.069. A criação deste relevante conselho se deu em razão da necessidade de que tivesse um órgão fiscalizador e atuante na esfera municipal e pudesse proteger e garantir a efetividade dos direitos de crianças e adolescentes. Os conselhos tutelares devem tomar as providências e medidas cabíveis sempre que uma criança ou adolescente estiver em situações de ameaça dos seus direitos e também no caso de violação destes, seja por determinadas ações da sociedade, Estado, pais, responsável ou em virtude de algum ato praticado pelos próprios sujeitos. O referido órgão é composto por cinco conselheiros tutelares a partir de eleições, nas quais a população de cada município os escolhem, visando promover a garantia dos direitos infanto-juvenis (SANTOS, 2014).

contra Crianças e Adolescentes⁴⁵, a fim de contribuir na implementação de forma efetiva do referido Plano Nacional e consequentemente favorecer no processo de sua avaliação (BIDARRA et al., 2014).

Em 2000, o governo brasileiro aprova a Lei N° 9970/2000 e através dela ocorre a instituição do dia 18 de maio como “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes⁴⁶ (BIDARRA et al., 2014). Desse modo, é inaugurada uma data alusiva a questão da violência sexual, provocando um momento mais específico para a sociedade se mobilizar e discutir esta problemática, abrindo um espaço que proporciona maior esclarecimento sobre a temática.

É inegável a relevância da mobilização desenvolvida no mês de maio, percebendo-se o intuito de fomentar cada vez mais esse debate no âmbito dos municípios, e tornar a sociedade civil mais informada sobre as principais questões envolvendo a violência sexual contra o segmento infanto-juvenil. A luta dos diversos profissionais que atuam no enfrentamento deste tipo de violência é de tornar as discussões assíduas durante o ano inteiro e assim incentivar a realização de mais pesquisas científicas sobre o assunto que possam subsidiar as suas intervenções nas políticas setoriais, assim como causar uma preocupação maior ao Estado para que este possa aumentar os investimentos públicos que visem melhorar o atendimento frente à questão em tela.

No primeiro PNEVSCA foram estabelecidas algumas metas, dentre estas destacamos a que exigia implementar programas de acompanhamento para as vítimas e suas famílias. Nesse sentido, o governo federal empreende sua primeira ação, cumprindo uma das metas pré-estabelecidas, a partir da criação do Programa Sentinela em 2001, implantado apenas no ano seguinte. O referido programa determina dentre os seus objetivos gerais “atender, no âmbito da política de assistência, através de um conjunto articulado de ações, crianças e adolescentes

⁴⁵ O referido Comitê iniciou o processo de sua institucionalização no ano de 2000 a partir de uma proposta apresentada em um Encontro na cidade de Natal- RN. Neste encontro tivemos a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, onde ficou decidido que o referido Comitê ficaria encarregado por desenvolver a articulação e o monitoramento com o propósito de que o plano realmente fosse implementado (BRASIL, 2013).

⁴⁶ É a data alusiva a um fato bastante marcante ocorrido em 18 de maio de 1973 no município de Vitória (ES), onde uma menina, por nome de Araceli, com oito anos de idade foi sequestrada, sendo que o sequestrador a obrigou usar substâncias entorpecentes, a estuprou, espancou, mordeu sua parte genital e a queimou com ácido, ela foi assassinada e o seu corpo foi encontrado apenas seis dias após o sequestro. O caso chocou todo o país provocando forte repercussão, a partir disso entrou em cena os defensores dos Direitos humanos. O caso Araceli como assim ficou popularmente conhecido, se transformou em uma data simbólica e representativa no Brasil para intensificar cada vez mais a luta do combate e enfrentamento ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Por essa razão, todo dia 18 de maio é lembrado no país através de mobilizações e manifestações contra a violência sexual do público infanto-juvenil (SOARES, 2016).

vitimados pela violência, enfatizando o abuso e a exploração sexual” (BRASIL, 2001 apud PAIXÃO; DESLANDES, 2010, p.118).

O Brasil deu passos largos no campo da construção de estratégias para reconhecer e enfrentar a violência sexual de crianças e adolescentes, isto se comprova a partir do momento que o Plano Nacional é instituído. Dessa forma, esse plano vira o principal documento norteador para desenvolver o processo de enfrentamento desta complexa expressão da questão social e passa a fornecer, resumidamente, métodos para estruturar políticas, programas e serviços que atuem frente a essa demanda (BRASIL, 2013).

No ano de 2008, foi realizado no país o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes⁴⁷. Os debates travados no evento deliberaram para que o referido Plano Nacional fosse atualizado e revisado, isso porque havia uma preocupação no que tange ao atendimento dos novos tipos de violência sexual que estão se manifestando na contemporaneidade (BRASIL, 2013).

A partir de então o Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes teve que ser revisado, levando em consideração as diferentes realidades das regiões do Brasil e o fato do país apresentar uma enorme extensão territorial, o que determinou na ampliação e no detalhamento de mobilizações e discussões sobre o assunto, visando “[...] garantir a legitimidade das ações previstas e facilitar o monitoramento de sua implementação e para a formatação conjunta de ações que demandam execução transversal.” (BRASIL, 2013, p.10). Para alcançar tais objetivos foi definido traçar estratégias durante os debates que deveriam acontecer nos diversos eventos realizados em nível nacional e regional, ou seja, através da realização de seminários e colóquios tratar de forma mais aprofundada sobre os diversos tipos de manifestações da violência sexual, assim como debater, planejar e definir através de encontros entre diferentes instituições os mecanismos interventivos para enfrentar esse tipo de violência a partir de ações conjuntas, articuladas e intersectorizadas.

⁴⁷ O Congresso aconteceu no Rio de Janeiro entre os dias 25 e 28 de Novembro de 2008, foram aprofundadas discussões referentes às temáticas das quais podemos destacar: Formas de exploração e seus novos cenários; Marco legal e responsabilização; Políticas intersectoriais integradas; Iniciativas de responsabilidade social; e Estratégias de cooperação internacional. Um fato que chamou bastante atenção e pode ser considerado relevante foi a ideia de abrir espaço para a participação de 282 adolescentes, sendo estes brasileiros e estrangeiros, durante todo o evento. Proporcionar aos adolescentes participarem de forma massiva no congresso também se configurou como uma forma de torna-los protagonistas no processo de combate e enfrentamento da violência sexual, tendo uma participação mais efetiva em eventos deste porte, assim como dando possibilidades para esses sujeitos terem voz ativa nas decisões governamentais, da sociedade civil organizada e na esfera privada.

O Conanda teve uma participação efetiva e importante no processo de revisão do Plano Nacional, proporcionando que este instrumento fosse visto como responsável por direcionar as políticas públicas neste setor (BRASIL, 2013).

O processo de revisão do referido Plano iniciou-se a partir do período entre os anos de 2003/2004 por meio da primeira atividade com fins a monitorar este documento, sendo retomada com maior intensidade em 2010 através da realização de encontros regionais e nacionais onde se discutiam questões pertinentes acerca desta revisão e a respeito do enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes. Neste mesmo ano, no seio do Conanda foi elaborado o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescente⁴⁸. Vale salientar que propuseram estabelecer uma ligação entre as diretrizes do Plano Decenal com as do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2013).

Essa revisão/avaliação do 1º PNEVSCA resultou na aprovação daquilo que poderíamos denominar de 2º Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no ano de 2013, no qual foi proposto incluir, no seio da política de enfrentamento, o atendimento aos violentadores e a destinação de verbas como despesa em orçamento público para serem utilizadas no co-financiamento das medidas e estratégias que objetivem operacionalizar este Plano (BIDARRA et al., 2014).

Apesar de não apresentar tanta diferença em relação ao primeiro Plano, o 2º PNEVSCA avançou sob três aspectos. Em primeiro lugar, pelo fato de levar em consideração que, para executar o plano é necessário identificar se as ações esperadas podem ser arcadas com as verbas disponíveis nos orçamentos públicos dos três entes federados. Isso significa um avanço incontestável, pois se percebe que esta precaução com os recursos públicos é um amadurecimento político no processo de formulação de políticas públicas, pois para tal exige-se ter recursos suficientes e assim dar viabilidade de executá-las. Pode-se destacar outro avanço, se trata do documento conceituar violência sexual e destacar as suas duas expressões, estabelecendo diretrizes e orientações para o processo de execução das ações de enfrentamento (BIDARRA et al., 2014).

Nos últimos vinte anos, no campo legal, nota-se a busca pelo aprimoramento dos dispositivos legais para a proibição e punição de práticas que se enquadrem na conceituação

⁴⁸ O Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescente foi aprovado pelo Conanda no ano de 2011, visando a criação e implementação de políticas protetivas para meninas e meninos, sugerindo que os estados e municípios também elaborassem planos decenais próprios, obviamente sem desconsiderar o que prevê a Constituição Federal de 1988, o ECA e o plano principal (BRASIL, 2013)

de violência. Porém, isso se torna insuficiente caso não esteja associado a um trabalho preventivo e que proporcione um olhar mais cauteloso e, ainda, possa atender as pessoas envolvidas em situações de violências, incluído as pessoas violentadas e também aquelas que cometem a agressão. Ao propor o atendimento aos agressores, constata-se o terceiro avanço do 2º PVEVCA. Então, para a construção de uma política pública eficiente no enfrentamento à violência sexual, é fundamental também atender aos violentadores, não apenas desenvolvendo ações de caráter punitivo, mas sim realizar intervenções sobre os elementos de cunho comportamental, cultural e circunstancial (BIDARRA et al., 2014).

As duas fases do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes tiveram tamanha importância, entretanto não se pode negar as fragilidades deste Plano, isso porque é percebido a ausência de estudos e pesquisas mais aprofundadas e com maior fundamentação que pudessem dar conta de revelar todas as direções por onde se deveria analisar a questão da violência sexual, considerando as formas de enfrentar, combater e atender esta grave violação, para que assim também fosse possível estabelecer diferentes maneiras de intervir entre as duas faces (abuso e exploração sexual) deste tipo e violência.

No processo de revisão do 1º Plano Nacional as correções realizadas não foram tão precisas ao ponto de conseguir promover a garantia de atender e proteger os principais direitos estabelecidos no ECA. Em decorrência disso, o 2º PNEVSCA permaneceu com os mesmos deslizes em comparação ao primeiro, principalmente a respeito da falta “de dados objetivos sobre a realidade da vitimização; bem como sobre as formas de atendimento ensaiadas no âmbito da PNAS e da PNS. Dados que precisariam advir de um efetivo trabalho de estudo/ pesquisa de avaliação (de política, programa ou projeto social).” (BIDARRA et al., 2014, p.14).

Sabe-se que o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual ocorre principalmente no âmbito da política de Assistência Social, nesse sentido cabe ponderar algumas questões acerca desta política. A Assistência Social por um longo lapso temporal foi marcada pelo assistencialismo clientelista, no Brasil, efetivando-se enquanto política pública de direito somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, compondo assim, junto às políticas de Saúde e Previdência Social, o tripé da Seguridade Social⁴⁹ para garantir a todos a possibilidade de receberem proteção social. As ações que antes

⁴⁹ A Seguridade Social foi instituída no Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo resultado de intensas lutas reivindicativas da classe trabalhadora por melhorias nas suas condições de vida e consequentemente pela ampliação de seus direitos. No Art.194 da carta magna a seguridade é definida como

eram de caráter eventual e paliativo tornaram-se ações de direitos sociais, isto é, a referida política passa a ser responsabilidade do Estado e direito da população.

A política de Assistência social brasileira não é universal e inexistente a contra-prestação, ou seja, nem todo mundo pode acessar a rede de proteção socioassistencial, sendo assim destinada apenas aqueles que dela necessitam. Com isso, fica evidente que esta política é seletivista, devido apresentar o caráter da necessidade para poder acessá-la. Essa necessidade da ação socioassistencial seria a pobreza e suas diversas expressões, interconectadas as situações de vulnerabilidade social, risco social e a violação de direitos. Há críticas sobre essa concepção de usuário/o da Assistência Social, isto é, ao termo “necessitados”, compreende-se, esse fator, enquanto um retrocesso no âmbito desta política, pois desconsidera que a condição desses sujeitos é resultado de uma questão macroestrutural.

Após a instauração da Carta Magna tivemos a aprovação de importantes aparatos normativos legais da Assistência Social, como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)⁵⁰ em 1993, a Política Nacional de Assistência Social⁵¹ (PNAS) em 2004 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁵² em 2005, responsável por organizar e aplicar a LOAS em todos os municípios do país, possibilitando ser implementado e consolidado por meio da Norma

“um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Ela é um sistema de proteção social, no qual prevalece tanto o modelo Bismarckiano (1883) como o Beveridgiano (1942), o primeiro pautado pela lógica do seguro (contribuição prévia para acessar os direitos) e o segundo pela lógica do social (caráter universal para acessar direitos, independente de contribuição), em razão dessa mistura dos dois modelos no âmbito da seguridade a autora Ivanete Boschetti definia-a como um sistema híbrido. O acesso aos direitos da seguridade social está, historicamente, atrelado ao acesso do trabalho, pois esses tinham a finalidade de possibilitar a garantia de benefícios provenientes do trabalho para a parcela de trabalhadores/as que perdessem sua capacidade laborativa seja de forma temporária ou definitiva (BOSCHETTI, 2009).

⁵⁰ A Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS foi promulgada pela lei nº 8.742 do ano de 1993. Somente a partir da sua aprovação é que tivemos a regulamentação e consolidação da Assistência Social enquanto uma política pública de direito. Em suma, a LOAS tem como principal objetivo detalhar os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 e estabelece as normas e critérios para a organização da referida política pública (BRASIL, 2005).

⁵¹ A Política Nacional de Assistência Social foi aprovada no ano de 2004, a partir das deliberações estabelecidas na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003. Nesse sentido, fica evidenciado que a referida conferência teve um papel decisivo para a aprovação da PNAS, na qual foram discutidos os principais problemas que giravam em torno da LOAS. A PNAS é, portanto, um documento teórico que veio materializar a LOAS, esclarecendo os princípios e diretrizes estabelecidos pela referida lei, detalhando como deve ser a organização das ações e serviços no âmbito da Assistência Social. Vale lembrar que a PNAS foi atualizada em 2011 (BRASIL, 2005).

⁵² O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi criado logo após a elaboração da PNAS. O SUAS vem organizar em todo território nacional as ações socioassistenciais, sendo definido como um sistema descentralizado de gestão que permite a participação da população, responsável pela organização e regulamentação de um comando único padrão das referidas ações (programas, projetos, serviços e benefícios) em todo o país. Esse sistema visa possibilitar a promoção de proteção social especialmente à família, à maternidade, à infância e à velhice, sendo que as ações socioassistenciais materializam a Assistência social focalizando sua atenção neste público. Além disso, o SUAS apresenta dentre suas principais características a vigilância social e a defesa de direitos socioassistenciais (BRASIL, 2005).

Operacional Básica (NOB/SUAS)⁵³ no ano de 2005. Logo, é somente no marco regulatório do SUAS, que esta política ganha a dimensão de proteção social.

A política pública de Assistência Social, segundo a PNAS, apresenta como principal objetivo enfrentar as desigualdades sociais, garantindo os mínimos sociais, assim como possibilitar condições para que as/os usuárias/os possam vencer suas vicissitudes sociais e ainda universalizar os direitos sociais daquelas/es que a acessam. No entanto, desconsideram que as condições das/os usuárias/os são determinadas por fatores históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais, e nesse sentido as diversas expressões da questão social são fruto da desigualdade social inerente à sociabilidade burguesa. Então, a política de Assistência social por si só não dará conta de enfrentar, de forma definitiva, questões tão complexas.

No marco regulatório do SUAS há uma reorganização dos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência social por graus de proteção social e em decorrência disso foram criados aparelhos institucionais públicos no âmbito desta política, em boa parte dos municípios brasileiros. Tratam-se dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) responsáveis por oferecer a proteção social básica e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que ficam a cargo de conceder proteção social especial de média e alta complexidade. O objetivo principal desses aparelhos é proteger as famílias das situações de violação de seus direitos, lembrando que cada um destes órgãos públicos possuem suas responsabilidades diferenciadas e específicas (MEDEIROS, 2018).

De acordo com o que determina a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, no CRAS se objetiva a prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidade social e risco nos territórios, enquanto no CREAS trabalha com as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos. Em suma, o CRAS deve prevenir situações de vulnerabilidade social e risco, já o CREAS é responsável por intervir nos efeitos causados pela vulnerabilidade e risco social. (MEDEIROS, 2018)

As famílias brasileiras que se encontrem nas situações acima descritas podem acessar os serviços de referência. Para isso, devem procurar o CRAS e/ou CREAS mais próximo de onde residem. Nestes centros, inicialmente o atendimento ocorre com a acolhida, seguida do cadastramento, no qual, devem constar os dados da mulher responsável pela família, bem

⁵³ A NOB/SUAS teve sua aprovação, no ano de 2006, baseada no aprimoramento da gestão do trabalho, caracterizando-se como um importante marco político e institucional no tocante à gestão, isso porque a partir deste fato o trabalho no seio da política de Assistência Social adquiriu o status de profissionalização, proporcionando aos/as usuários/as a garantia de serviços públicos dignos e de qualidade. As diretrizes da NOB/SUAS reconhecem o traço público que perpassa os serviços socioassistenciais, mostrando com isso a tamanha necessidade de servidores públicos para executá-la, bem como da realização de concursos públicos a fim de preencher as vagas para atuarem no âmbito dos serviços ofertados pelo SUAS (BRASIL, 2013).

como dos demais membros. Durante o processo do atendimento após a realização da acolhida, dar-se continuidade com a entrevista, através da escuta qualificada, visando compreender as demandas da população usuária, e assim tomar as medidas interventivas necessárias para responder as questões apresentadas.

O foco da nossa abordagem se dá sobre os CREAS, pois é no campo da Proteção Social Especial de Média Complexidade que ocorrem os atendimentos às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, resultado da violação de direitos, de acordo com as diversas demandas constatadas no território, como por exemplo, violências intrafamiliar, física ou psicológica; violência sexual (abuso e/ou exploração sexual); negligência e abandono; afastamento do convívio familiar e à aplicação de medida de proteção; situação de trabalho infantil; discriminação devida orientação sexual e/ou raça/etnia e dentre outras.

Em decorrência da criação de Serviços e dos Centros de referência, o programa Sentinela, já mencionado anteriormente, sofreu uma modificação especialmente na sua nomenclatura a partir de novas determinações do ministério de Desenvolvimento Social e Combate a fome, se tornando em um serviço denominado de Serviço de Enfrentamento a Violência, Abuso e Exploração sexual contra crianças e adolescentes, o que de certa forma podemos considerar como a extinção deste programa.

Cabe esclarecer que com a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no ano de 2006, o referido serviço é inserido no âmbito dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS configurando-se como um dos serviços desses órgãos. Os mesmos apresentaram uma estrutura física e um suporte de profissionais para executarem ações que visam oferecer o atendimento especializado as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e também as suas famílias.

Os CREAS são, portanto “Responsáveis pelo acompanhamento técnico desenvolvido por uma equipe multiprofissional, de modo a potencializar a capacidade de proteção da família e do indivíduo e favorecer a reparação da situação de violência vivida [...]” (BRASIL, 2008, p.13). Dessa forma, no âmbito da proteção social especial devem ser oferecidos os serviços de orientação e atendimento especializado e continuado aos indivíduos que tenham seus direitos violados e as suas famílias, sendo importante enfatizar que este serviço destina o atendimento psicossocial às crianças e adolescentes em situação de violência (BRASIL, 2008).

Na política de Assistência social requisita-se a atuação de equipes multiprofissionais tanto na proteção social básica e quanto na especial. Nos CREAS há equipes de profissionais

de diferentes áreas, os quais partilham seus conhecimentos e ações, traçando em conjunto uma forma de intervenção frente a situações de vulnerabilidade e risco social vivenciada pelas/os usuárias/os. Nesse sentido, a equipe multiprofissional atua de forma interdisciplinar para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes.

É necessário enfatizar que os CREAS atuam de forma articulada com instituições e organizações que também trabalham na defesa de direitos infanto-juvenis, bem como, com as demais políticas públicas. Essa articulação se dá através de parcerias estabelecidas com as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos- SGD (Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os Conselhos Tutelares e órgãos e ações do Poder Executivo, Vara da infância e da juventude, promotoria da infância e juventude, delegacia de proteção à criança e ao adolescente (FARAJ; SIQUEIRA, 2012).

A literatura aponta que para enfrentar as mais diversas formas de violação de direitos é imprescindível um trabalho em rede, especialmente quando se trata de casos de violência. Com isso, exige-se por parte das diferentes instâncias do poder, das instituições e dos seus atores o desenvolvimento de ações articuladas e integradas, para assim proporcionar maior eficácia no enfrentamento das demandas que são apresentadas nos diversos espaços do serviço público.

De acordo com Baptista (2012), o SGD norteado pelo princípio da transversalidade das ações, propõe essa mesma perspectiva da articulação em rede, na qual a ação que visa a garantia de direitos necessita de uma intervenção entre as mais diferentes áreas, nas diversas instâncias da sociedade e do Estado. Em outras palavras: para que essa ação obtenha êxito e seja eficaz é preciso realizar uma articulação entre setores (intersetorial), entre instituições (interinstitucional), entre secretarias (intersecretarial) e ainda intermunicipal (BAPTISTA, 2012).

A autora ainda aborda sobre a estruturação de um sistema de garantia de direitos, na área da criança e do adolescente. Segundo Baptista (2012), o objetivo de estruturar esse sistema seria o de tornar a política de garantia de direitos de crianças e adolescentes cada vez mais específica. A referida estruturação não favoreceria uma política de forma separada, pelo contrário, reforçaria a perspectiva de ações integradas, que teria de atravessar transversalmente todas as políticas públicas.

Para atuar no enfrentamento da violência sexual contra a população infanto-juvenil o CREAS juntamente com toda a rede de proteção de crianças e adolescentes, devem atuar de forma articulada e conjunta, desenvolvendo ações integradas e complementares para dar conta de responder eficazmente a esta complexa expressão da questão social. No capítulo seguinte

através de uma análise mais aprofundada sobre o trabalho desenvolvido pelas/os profissionais do CREAS do município de Sousa-PB frente à demanda de violência sexual, poderemos constatar se está acontecendo de forma efetiva a articulação em rede, quais os instrumentos interventivos a equipe tem utilizado para intervir nessa questão e o que tem limitado e possibilitado o trabalho dessas/es profissionais nesse processo.

4. O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) DE SOUSA-PB NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

4.1 Aspectos metodológicos do estudo

Em primeiro lugar, antes de iniciar a discussão proposta neste último capítulo é imprescindível traçar o percurso metodológico do qual nos propomos direcionar a pesquisa em tela.

A presente pesquisa tem na vivência de estágio, supervisionado em Serviço Social, sua razão de ser e a pretensão de abordar esta temática foi iniciada a partir da indagação sobre o trabalho realizado pelas/os profissionais do CREAS frente à violência sexual contra crianças e adolescentes do município de Sousa-PB, ou seja, como essas/es profissionais tem realizado o seu trabalho frente a esta complexa demanda.

A violência sexual, como já dissemos, é uma das mais cruéis expressões da questão social, que reflete a desumanização do homem através de relações sociais não mais entre sujeitos e sim entre coisas, constatadas também nas abusivas e desiguais relações de poder nas quais se têm um sujeito dominador e outro dominado. Por essa razão, enfrentar essa interface da violência pode ser considerado um enorme desafio político, econômico, cultural e social para sociedade em geral, isto é, para aquelas/es que realmente enxergam essa expressão da violência como um ato desumano cometido contra nossas (os) meninas e meninos.

Com isso, pretendemos evidenciar o que as/os profissionais entrevistadas/os têm a dizer acerca do tema pesquisado, instigando, a partir do diálogo, esses sujeitos e consequentemente a própria pesquisadora a refletirem a respeito das mais diversas situações vivenciadas na rotina institucional dessas/es profissionais e, especialmente, no processo de enfrentamento da violência sexual. A referida demanda exige da equipe multiprofissional intervenções pautadas em respostas complexas, criativas, imediatas, contínuas e que assim possam contribuir, de alguma forma, para que as vítimas gozem da liberdade e dos direitos humanos.

A produção desse estudo se dá a partir de uma pesquisa social, compreendendo que o processo investigativo nos exige desenvolver procedimentos metodológicos e técnicos adequados durante o seu percurso. A pesquisa social é então definida por Gil (2008, p.26) “[...] como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”.

O principal objetivo de qualquer pesquisa é busca incessante do sujeito-pesquisador em encontrar respostas para problemas que são apresentados pela realidade social. É exatamente a partir desse processo, que realizamos no decorrer desse estudo uma investigação e análise de forma crítica como as/os profissionais do CREAS tem desenvolvido o seu trabalho frente à violência sexual de crianças e adolescentes em Sousa-PB, assim como, desenvolvemos um levantamento bibliográfico das principais temáticas relacionadas a essa pesquisa, como literaturas que abordam sobre os seguintes assuntos: a história da infância e a adolescência no Brasil; o processo de efetivação dos direitos de crianças e adolescentes; os trabalhos científicos a respeito da violência sexual contra este público; o processo de enfrentamento desse tipo de violência e dentre outras questões aqui trabalhadas.

O tipo de pesquisa social que optamos aplicar neste estudo foi a de caráter exploratório, visto que as pesquisas exploratórias são as mais aplicáveis para temáticas pouco abordadas, como é o caso da que estamos propondo investigar. Segundo Gil (2008, p.27), as pesquisas exploratórias buscam principalmente “[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos”.

Dessa forma, é preciso esclarecer outro motivo que nos leva a escolha pela pesquisa exploratória, se deu pelo fato da mesma abranger instrumentos de coleta de dados e técnicas de natureza qualitativa, a exemplo do levantamento bibliográfico e entrevistas que também fazem parte dos instrumentos usados para a construção de dados.

Utilizamos também a pesquisa documental para fundamentar este trabalho através de uma série de documentos oficiais abordados e a apresentação de dados estatísticos. Podemos destacar dentre os principais documentos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Constituição Federal de 1988, Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social– NOB-RH/SUAS, Revista CREAS, Caderno de Perguntas e Respostas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, orientações técnicas do CREAS e dentre outros.

É evidente que as ciências sociais apresentam um viés primordialmente qualitativo. Com isso, propusemos neste trabalho, realizar uma abordagem de natureza qualitativa, entendendo que a mesma nos permite uma compreensão mais aprofundada e um maior rigor crítico sobre a temática que está sendo estudada. A pesquisa qualitativa é considerada por Richardson (2014, p.90) “[...] como a tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentado pelos entrevistados [...]”.

Ao optar pela pesquisa qualitativa para desenvolver o estudo apresentado, objetivamos analisar os dados colhidos na intenção de apreender como as/os profissionais do CREAS de Sousa-PB têm realizado o seu trabalho no processo de enfrentamento da violência sexual do segmento infanto-juvenil, e conseqüentemente buscando também entender a partir da fala destes sujeitos, via entrevista, como eles têm feito o atendimento as vítimas e suas famílias.

Os sujeitos desta pesquisa foram aquelas/es que compõem a equipe de referência do CREAS: a Assistente social, o Advogado, a Coordenadora, três Educadores sociais e o Psicólogo, contabilizando um total de sete profissionais. Porém, apenas seis foram entrevistados, pois não conseguimos entrevistar o psicólogo, visto que o mesmo encontrava-se de licença e no dia da realização da entrevista recebemos a informação de que o referido profissional havia pedido exoneração do cargo. Com isso, buscou-se, a partir de uma série de perguntas abertas, analisar as percepções destes profissionais que atuam realizando a avaliação e o atendimento especializado e continuado às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual no município acima citado. É importante destacar que nas perguntas procuramos não somente entender como é realizado o trabalho dessas/es profissionais perante a referida demanda e como de fato ocorre o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, mas também buscamos compreender como o CREAS, junto à rede proteção da infância e adolescência, tem atuado frente essa expressão da questão social e os principais desafios e possibilidades de atuação postos aos sujeitos entrevistados no seu cotidiano profissional.

A fim de manter total sigilo e confidencialidade sobre a identidade dos sujeitos entrevistados estes serão denominados de profissionais A, B, C, D, E e F. O caráter sigiloso em torno dos sujeitos envolvidos na pesquisa deve ser mantido na pesquisa e está assegurado por meio do Termo de Livre Consentimento Esclarecido (TCLE), sendo apresentado antes da realização da entrevista aos entrevistados, para deixa-los assegurados de forma documental, e mais confortáveis durante o processo de entrevista.

A execução da pesquisa se deu através de entrevista com roteiro semiestruturado, visto que a técnica escolhida é a mais utilizada no percurso do trabalho de campo. Esse tipo de entrevista é considerado como sendo um procedimento facilitador para os sujeitos participantes, pelo fato de abarcar tanto perguntas abertas, como também, fechadas.

De acordo com Minayo, a entrevista “não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatos pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.” (MINAYO, 1994, p.57). É por meio da entrevista que o pesquisador tema

intenção de buscar na fala dos participantes informações necessárias para problematizar cada vez mais a temática abordada em seu estudo.

Utilizamos como instrumento técnico, um gravador de voz durante o processo da entrevista, pois através da captação de áudio além de coletarmos os dados por meio da fala, conseguimos vislumbrar as reações e expressões dos atores sociais participantes, o que possibilitou ao sujeito-pesquisador uma melhor compreensão sobre as percepções dos sujeitos entrevistados na proposta investigativa apresentada. É necessário ressaltar que a gravação da entrevista ocorreu, somente, a partir de uma prévia autorização por parte dos sujeitos entrevistados, que se deu mediante o Termo de Autorização de Para Gravação de Voz.

O processo de amostragem proposto nessa investigação foi uma amostra de caráter intencional, considerando que esta é o tipo de amostra mais usada em pesquisa de natureza qualitativa, a qual não toma como base critério probabilístico em sua representação. Com base em Gil, a amostra de tipo intencional:

[...] consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo população. A principal vantagem da amostragem por tipicidade está nos baixos custos de sua seleção. Entretanto, requer considerável conhecimento da população e dos subgrupo selecionado (GIL, 2008, p.94). Grifo nosso

Nesse sentido, conforme Minayo, “A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.” (MINAYO, 1994, p.43).

O momento de analisar os dados nem sempre significa o fim de uma pesquisa (MINAYO, 1994). Nós pesquisadores muitas vezes nos enganamos com essa fase da pesquisa, isso porque acabamos por esquecer que outras etapas a antecedem (MINAYO, 1994). Nas etapas precedentes a referida fase, possivelmente, durante a elaboração da pesquisa deixamos a desejar, seja por insuficiência de dados e de informações necessárias ou por ter cometido erros metodológicos e técnicos e dentre outras suposições.

É a partir da implementação dos procedimentos metodológicos e técnicos anteriormente descritos, que optamos por utilizar como instrumento de análise e sistematização de dados a técnica de análise de conteúdo.

De acordo com Minayo (1994), esse tipo de técnica apresenta duas importantes funções, são estas: “a verificação de hipóteses e/ou questões” e “a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos” (MINAYO, 1994, p.74). A autora ainda apresenta a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação como

sendo as fases que perpassam o processo da análise de conteúdo, fases essas imprescindíveis para realizar uma análise de dados crítica, detalhada e completa.

A técnica de análise de conteúdo possibilita que o pesquisador, após a coleta dos dados, realize sua interpretação e aplique instrumentos metodológicos nos discursos. A escolha pela referida análise pode, também, ser explicada pelo fato de entendermos que a mesma consegue dar conta de atender as necessidades do pesquisador durante essa fase da pesquisa.

Para o desenvolvimento desse percurso metodológico é necessário apropriar-se de um método. Sabe-se, que no interior das ciências sociais temos diferentes métodos, resultando assim em diversas teorias, as quais apresentam compreensões e análises divergentes acerca da realidade social. Dentre tantos métodos apresentados, optamos por utilizar em nossa pesquisa o método crítico - dialético da teoria social de Marx.

A teoria social marxiana, através de uma abordagem crítico-dialética da realidade, nos permite analisar o objeto de pesquisa a partir de uma perspectiva dinâmica e totalizante, sem desconsiderar em nenhum momento da investigação as influências dos fatores históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade capitalista, assim como, suas contradições.

O método crítico-dialético pressupõe uma perspectiva do sujeito-pesquisador, em que na sua relação com o objeto, o sujeito é colocado para retirar deste as suas múltiplas determinações (NETTO, 2009).

Nesse sentido, conforme Marx (1968 apud NETTO, 2009), o ponto de partida do conhecimento seria a aparência do fenômeno, sem ela não existiria conhecimento, isso porque o aparente não é algo secundário e nem muito menos pode ser descartado. Porém, a aparência não consegue dar conta de compreender o objeto estudado em sua totalidade, por essa razão se faz necessário partir do aparente (daquilo que é imediato / singular) e buscar a sua essência (NETTO, 2009).

Portanto, fazendo uso do método marxiano, que está sendo analisado e compreendido o objeto de pesquisa aqui apresentado. Consideramos que somente com base na teoria crítica marxiana, associada ao método dialético, é que conseguimos dar conta de explicar criticamente a complexidade do trabalho que a equipe multiprofissional do CREAS tem realizado para prevenir, enfrentar e combater a violência sexual de crianças e adolescentes neste município, pois esta teoria nos possibilita apreender a essência do objeto estudado através das informações, permeadas de detalhes, as quais são colhidas a partir da análise sobre o próprio objeto, desse modo, propiciando a construção da pesquisa.

É preciso enfatizar, ainda, que serão devolvidos os resultados desta pesquisa aos sujeitos participantes, a fim de contribuir com melhorias no processo de intervenção desenvolvidos pelas/os profissionais do CREAS e de toda a rede de proteção frente à violência sexual contra o público infanto-juvenil, de modo que possam ser revistas as possíveis falhas e os equívocos cometidos nesse processo, assim como, também constatem os acertos e avanços conquistados, fazendo crescer cada vez mais um trabalho qualificado e eficaz no âmbito do referido aparelho institucional.

Essa pesquisa também visa através dos requisitos metodológicos aqui elucidados, oferecer significativas contribuições para que as/os possíveis leitoras/es deste trabalho tenham uma melhor compreensão sobre a temática discutida. Além disso, ao final desse percurso, o nosso desejo é de que tenhamos conseguido ampliar e estimular o debate sobre o trabalho realizado pelas/os profissionais do CREAS frente à violência sexual de crianças e adolescentes e, principalmente, que possamos ter contribuído para que esses sujeitos sejam profissionais cada vez mais preparados e capacitados a atuarem frente a essa demanda.

Visando trabalhar esse capítulo de maneira didática e facilitar o processo analítico preferimos dividi-lo em três tópicos, sendo que as perguntas da entrevista serão adequadas de acordo com o que foi proposto abordar em cada um destes. No primeiro abordaremos sobre o trabalho desenvolvido pela equipe multiprofissional no processo de enfrentamento da violência sexual em crianças e adolescentes. Para o segundo tópico, optamos desvelar como tem sido a articulação do CREAS com os órgãos da rede de proteção dos direitos da população infanto-juvenil e o que o precisa ser melhorado nesse aspecto. Por fim, buscaremos identificar nas falas das/os profissionais quais as principais possibilidades e dificuldades postas para as/os mesmas/os no enfrentamento desses casos.

4.2 O trabalho multiprofissional no CREAS de Sousa-PB frente à violência sexual de crianças e adolescentes

No âmbito dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), como já relatamos em outro momento, são prestados serviços especializados voltados para famílias e indivíduos que sofrem as mais diversas formas de violação de direitos, com a finalidade de viabilizar a garantia e a defesa de direitos dos indivíduos, assim como a promover a proteção daquelas/es que vivenciam as situações com as mais diferentes expressões da violência, vitimizações e riscos sociais (BRASIL, 2008).

Os referidos aparelhos institucionais públicos trabalham com a demanda de violência sexual e, historicamente, tem desempenhado um papel relevante para os municípios

brasileiros no processo de enfrentamento desse tipo de violência cometido contra crianças e adolescentes, ao oferecer atendimento especializado e continuado para as vítimas e suas famílias. Essa importância se dá pelo fato do programa Sentinela, criado no ano de 2001, ter sido implantado exatamente no seio dos CREAS. Lembrando que o extinto programa governamental emergiu da necessidade de enfrentar os altos índices de violência sexual que vinha sendo praticado contra a população infanto-juvenil, o que na época passava a exigir novas técnicas e estratégias para intervir nesses casos (SANTI, 2013).

Para a realização do atendimento as demandas apresentadas pela população usuária, a exemplo dos casos de violência sexual, foi requisitado a composição de uma equipe de profissionais de diferentes áreas do saber para executar os serviços ofertados nos CREAS, são estas/es: Assistente social, Coordenador, Psicólogo, Advogado, Profissionais de nível médio e Auxiliar (es) administrativo (s). Essas/es profissionais, de forma mais específica a/o Assistente social, desenvolvem suas atuações executando os serviços do referido órgão e participam do processo de enfrentamento das diversas expressões da questão social provenientes da relação antagônica entre capital e trabalho.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Sousa-PB é, portanto, adequado ao modelo de parâmetro nacional de proteção social especial, apresentando também uma equipe multiprofissional, da qual já a elencamos anteriormente. Agora, cabe-nos analisar de forma crítica as falas das/os profissionais do referido aparelho institucional para compreendermos como, de fato, estes desenvolvem o seu trabalho no processo de enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes nesta cidade.

Em primeiro lugar, é importante destacarmos a estrutura física na qual trabalham as/os profissionais do CREAS. Sobre esse aspecto foi possível verificar na pesquisa de campo que o espaço é, aparentemente, confortável e bem dividido, com três salas climatizadas e computadores, sendo uma sala de reunião bastante ampla e outras duas onde ficam, de maneira dividida, Educadores sociais, Psicólogo, Assistente Social, Advogado e Coordenadora. Além dessas salas, há um banheiro, uma mini cozinha e um espaço na entrada que serve de sala de espera para as/os usuárias/os.

Através do nosso roteiro semiestruturado de perguntas, iniciamos a nossa entrevista buscando compreender o que tem sido feito, no âmbito do CREAS, para enfrentar a violência sexual em crianças e adolescentes, assim como, a respeito do atendimento que as/os profissionais deste órgão têm prestado as vítimas e suas famílias. Vejamos, a seguir, as falas das/os profissionais A, B, C, D, E e F com relação as questões mencionadas acima:

Durante o ano existem algumas mobilizações que são recomendadas pelo governo federal e outras que são feitas em âmbito da Secretaria municipal de Assistência social. Em que sentido? São realizadas visitas em algumas escolas e são efetuadas palestras, rodas de conversa aonde é ejetado esse tipo de diálogo para a questão da prevenção da violência sexual, de como lidar com o caso em andamento e outros (Profissional A).

Bem [...], a gente faz também um trabalho de prevenção, então a gente fala sobre, faz palestras nas escolas, encontros, sempre tem as campanhas e quando chega um caso desses que vai diretamente pro Conselho Tutelar, a gente atende, o psicólogo faz a escuta e a gente faz o acompanhamento né.

[...] a gente primeiramente a escuta né, essa acolhida, essa conversa com o Conselho né. Ainda é insuficiente, a gente já teve reuniões [...] a última campanha contra a violência, a rede discutiu e pensou na possibilidade de ter uma equipe própria para atender essas crianças, porque a gente sabe que elas sempre são, vai pra delegacia, vai pro conselho, vai pro CREAS, vai num sei pra onde, vai pro fórum. Então assim, a gente sabe que é uma violência atrás de violência e o caso em si fica descoberto, porque a criança que foi abusada ou que é vítima de violência ela fica acuada, ela fica com medo, [...] fica introspectiva, então assim, a gente precisa avançar muito nesse ponto [...] (Profissional B).

Olha, enfrentamento começa quando a gente visita as escolas quando a gente faz panfletagem nas ruas e quando a gente tem um evento, por exemplo, como 18 de Maio que é o dia de combate à exploração do abuso sexual infantil, então, principalmente nessas datas ou quando o CREAS faz uma ação efetiva é a gente consegue de maneira impositiva pelo menos combater esse, que é, na minha opinião, um gravíssimo drama brasileiro, a gente consegue dessa forma pelo menos tentar amenizar a dor dessas famílias que têm suas vítimas dentro das suas próprias residências. Geralmente essa demanda a porta de entrada principal dela é o Conselho Tutelar, nós recebemos a denúncia via Conselho Tutelar e a Assistente Social e os Educadores sociais atendem a família porque a vítima geralmente não é apenas a criança ou o adolescente que sofreu o abuso, é a família inteira, então, de educadores e assistente sociais acompanham a família enquanto o psicólogo atende efetivamente a criança encaminhada pelo conselho tutelar e nós fazemos o acolhimento, o psicólogo faz escuta e depois a gente continua acompanhando essa família, porque é um caso ou nestes casos perduram por vários meses a dor dessas famílias (Profissional C).

[...] o que eu posso informar é que o atendimento feito é o correlato aos demais atendimentos, a exemplo dos idosos e nós contamos nesse caso especificamente do abuso sexual com ajuda muito forte do Conselho Tutelar (Profissional D).

[...] existem campanhas durante alguns períodos dos anos de acordo com a necessidade de atuação, quando a gente ver que está sendo preciso uma intervenção, uma orientação, é um caso é um uma problemática muito difícil de lidar, inclusive para quem sabe e tem medo de denunciar. Então, são feitas intervenções de encorajamento para que as pessoas denuncie [...] após essas campanhas que faz geralmente atuando nos órgãos que são parceiros do CREAS faz parte da rede de proteção, que é escolas da rede de educação, postos de saúde na rede de saúde e enfim todos os órgãos que a gente vê que ali precisa que tem os profissionais que possam nos ajudar e que eles também podem identificar ou conhecer tem uma certa intimidade na localidade e conhece o pessoal daquela localidade e identificar os casos né. [...] primeiramente a gente intervém para encorajar as pessoas a denunciar, como a gente sabe que é muito difícil de quem sofre esse tipo de violência ou quem sabe, que quem sofre geralmente são pessoas indefesas que não tem um amadurecimento e entendimento das coisas [...]. O primeiro passo é esse: intervenção para o encorajamento da denúncia, aí o segundo passo [...] quando é identificado que existe aquela violência a Equipe técnica junto com a rede de proteção, primeiro a equipe a nível CREAS, a equipe técnica faz um estudo social, psicossocial e assim como os técnicos e todos os profissionais para fazer um

atendimento, existe uma logística de atendimento porque, até, é uma questão muito específica quando fala de violência sexual. Após esse levantamento de dados, estudo que é para a gente ter certeza se realmente aconteceu se ocorreu, aí é acionado o Ministério Público, 7ª vara que são da área judicial né, que faz parte da rede de proteção de criança e adolescente [...] (Profissional E).

O CREAS trabalha com a conscientização, hoje, desde que nós começamos a trabalhar o 18 de Maio né, que é o dia de enfrentamento, a gente percebeu que [...] a demanda teria mais êxitos quando se é trabalhado com os profissionais, porque são realmente eles que percebem profissionais de saúde, da educação principalmente [...]. Nós trabalhamos na conscientização sobre o que é quais os sinais, como perceber, como trazer a criança e o adolescente para que ela realmente conte, porque muitas vezes ela não acha uma coisa diferente, ela acha que é normal que ela está passando e realmente a conscientizar sobre do que é, orientar para que a criança possa saber que aquilo que tá ocorrendo com ela não é normal e ela possa procurar o profissional e principalmente os que tem mais acesso as crianças que é na rede saúde e na educação.

Geralmente o atendimento é encaminhado pelo Conselho Tutelar aos profissionais que identificam ou os pais, familiares buscam o Conselho Tutelar e o Conselho Tutelar encaminha para a gente pra acompanhar principalmente no âmbito psicológico, com o psicólogo (Profissional F).

Detectamos algo em comum nas falas das/os seis profissionais entrevistadas/os, que geralmente elas/es recebem a denúncia através do Conselho Tutelar e os dois órgãos, de forma articulada, se unem para atender as crianças e adolescentes vítimas desta violência e as famílias. Ficou evidenciado nas respostas de quase todas/os as/os profissionais que o CREAS foca bastante na prevenção da violência sexual, principalmente por meio de campanhas e trabalhos educativos em instituições que lidam cotidianamente com o público infanto-juvenil, a exemplo das escolas. No entanto, percebe-se uma certa desarticulação com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, isso porque os CRAS são os responsáveis por desenvolver ações preventivas, enquanto o CREAS tem a função de intervir em casos de violação de direitos, ou seja, quando de fato há a constatação de violência. Desse modo, podemos entender que o CREAS está focando numa questão que não é exclusivamente uma função deste, este órgão poderia apenas complementar a prevenção que deve ser desenvolvida pelos CRAS e não assumi-las como uma responsabilidade inteiramente sua, por isso a importância de um trabalho articulado entres os referidos aparelhos institucionais. Podemos visualizar a falta de compreensão dessas/es profissionais acerca das competências deste órgão.

Precisamos esclarecer que o Estado deve desenvolver ações concretas e permanentes no processo preventivo a violência sexual em crianças e adolescentes, porém não pode restringir-se a ações focalizadas apenas durante uma parte do ano. O poder estatal tem por obrigação abordar esse tema de modo a fazer com que alcance todos os setores da sociedade, levando em consideração o fato desse tipo de violência ocorrer nos mais inimagináveis espaços.

No relato, as/os Profissionais B, C e F destacaram que o atendimento as vítimas é realizado pelo Psicólogo, inicialmente, através da escuta qualificada e o restante da equipe acompanha mais a família, devido à delicadeza desse tipo de caso, o que de certa forma demonstra cautela e cuidado por parte da equipe em não revitimizar as vítimas e nem expô-la tanto, tendo em vista que é algo muito doloroso, constrangedor e difícil para a criança e/ou adolescente revelar o cruel ato cometido contra esses sujeitos indefesos. Percebemos a falta de planejamento da equipe para desenvolver ações bem elaboradas e pontuais que possam proporcionar um enfrentamento cada vez mais resolutivo, fato este que também pode ser uma das razões da desorganização referente a forma como as/os profissionais do órgão tem realizado o processo de atendimento das vítimas.

É preciso destacar a fala da/o Profissional B, que além de ter explicado como é realizado o trabalho de enfrentamento dessa demanda, frisou também sobre o processo de atendimento as vítimas e revelou uma ideia pensada pelas/os profissionais da rede de proteção da infância e da adolescência: a formulação de uma equipe de profissionais destinada a atender exclusivamente os casos de violência sexual contra o referido segmento. Essa sugestão é de extrema necessidade, considerando que esta é uma demanda de uma complexidade tamanha e exige um grau maior de atenção e tempo, e também pelo fato do CREAS e demais órgãos da rede de proteção estarem sobrecarregados de demandas. Uma equipe própria e especializada para prestar o atendimento às crianças e aos adolescentes atingidos pelo crime da violência sexual proporcionaria, sem dúvidas, mais eficácia no processo de enfrentamento desta expressão da questão social, evitando esse deslocamento das vítimas de um órgão para outro e diminuiria a exposição destas.

O Profissional E, trouxe em sua fala um detalhe que merece destaque, referimo-nos ao ato de denunciar este crime, que continua sendo um dos grandes desafios para as famílias e vítimas, devido ao medo, muita vezes em razão de ameaças feitas pelos agressores ou até mesmo pela questão da vergonha, principalmente se tratando de município relativamente pequeno como o de Sousa-PB. A denúncia talvez seja o passo mais importante para o enfrentamento desse tipo de violência, pois sem a sua efetuação, fica muito difícil para a rede de proteção conseguir detectar que está ocorrendo o crime no seio de determinada família, inviabilizando a intervenção dessas/es profissionais para enfrentar a violência. Sem a denúncia a propensão é de que crianças e adolescentes continuem, por muito tempo, sofrendo essa violação.

A denúncia embora não seja preventiva, é um mecanismo imprescindível para o processo de enfrentamento e tem feito a diferença, haja vista que pode ser entendida como

uma forma de encorajar a sociedade, pelo fato de poder ser efetuada através do anonimato. Ela acaba contribuindo para despertar a sensibilização das pessoas a também estarem mais atentas aos riscos a que estão expostas crianças e adolescentes. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art.70 diz que “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”. Sabemos que a denúncia geralmente só ocorre quando de fato a violação já aconteceu, mesmo assim ao realiza-la estamos procurando, de certa forma, prevenir a continuação da violência.

No entanto é válido reforçar que a denúncia não possui caráter preventivo e sim paliativo, ainda assim ela tem sido bastante importante no processo de enfrentamento dos mais diversos tipos de violação dos direitos infanto-juvenis. Apesar de o Estado ter disponibilizado instrumentos de denúncia anônima, a exemplo do “Disque 100”, as vítimas e suas famílias sofrem com a burocratização nos espaços responsáveis pelo atendimento, reflexo do processo de sucateamento das políticas públicas, que é uma das propostas típicas da cartilha neoliberal implementada no Brasil desde a década de 1990.

Basta recordamos que recentemente, em 2016, no governo do Ex- Presidente Michel Temer, tramitou e foi aprovada na Câmara dos Deputados e do Senado, a Proposta de Emenda Constitucional PEC 241 ou PEC 55, congelando os “gastos” do governo federal durante vinte anos, alegando que esta seria uma estratégia para conter o rombo nos cofres públicos e controlar a economia do país. As políticas alvo desta proposta são a de Saúde e Educação, ficando explícito que o Estado sempre busca resolver o problema da recessão econômica através do desmonte das políticas, tornando-as cada vez mais precarizadas e sucateadas, bem como retirando direitos das/os trabalhadoras/es, recaindo sobre a classe trabalhadora um leque de prejuízos.

No final de 2018, o governo brasileiro através da Resolução 20 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) pediu a recomposição da dotação orçamentária do referido ano e desta proposta orçamentária para o exercício de 2019 para a Assistência Social, prevendo um corte de quase 50% no orçamento desta política, configurando-se como um desmonte da mesma, o que causará impactos negativos na vida da população usuária. Esse corte acaba tornando inviável a oferta dos serviços e programas destinados as famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social devido a insuficiência de recursos, logo, isso acarreta numa política cada vez mais sucateada e precarizada e na falta de qualidade na prestação dos serviços socioassistenciais.

A drástica redução no orçamento da Assistência Social é um retrocesso sem precedentes nesse setor que poderá se estender por duas décadas, visto que é está em vigor a

ementa constitucional N° 95, a qual prevê o congelamento de investimentos na políticas públicas limitando o teto orçamentário. Portanto, a aplicação dos cortes na referida política pode interferir no funcionamento de serviços como os CRAS e CREAS, já que somente com os recursos dos municípios não há como mantê-los, programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) voltados para a pessoa idosa e pessoas com deficiência serão bastante afetadas com tal medida, que nada mais é do que o processo de retirada de direitos característico de um Estado neoliberal em favor do mercado.

Na visão da/o Profissional F, o enfrentamento a violência sexual tem mais êxito quando se é trabalhada a temática com as/os profissionais que convivem com o público infanto-juvenil, pois - segundo a referida pessoa entrevistada- são essas/es profissionais que conseguem perceber e identificar a ocorrência desse tipo de violação na vida de crianças e adolescentes. Apesar de considerarmos a importância desse preparo qualificado e contínuo das/os profissionais, entendemos que debater de forma mais efetiva sobre esse assunto com o próprio público alvo e as famílias, possivelmente, facilitaria ainda mais o trabalho das/os profissionais nesse processo, tendo em vista que ao ter informações e orientações necessárias sobre o tema, contribuiria para uma rápida percepção e compreensão por parte da própria vítima e também de sua família de que está sendo violentada. Desse modo, poderia aumentar a probabilidade de romper o silêncio e, conseqüentemente, propiciar a realização da denúncia, como também em alguns casos poder-se-ia evitar a consumação da violência.

Nas respostas apresentadas pelas/os profissionais a respeito do atendimento prestado as vítimas, faltou clareza e um melhor detalhamento sobre como são desenvolvidos todos os procedimentos necessários durante esse processo, principalmente no tocante a parte da escuta qualificada. De acordo com o relato das/os profissionais, deixaram transparecer que esses detalhes só poderiam ser bem esclarecidos pelo profissional de psicologia, já que o mesmo é o principal responsável em realizar a escuta qualificada com as vítimas e que na verdade também deve contar com a participação da/o Assistente Social.

Buscamos, em seguida, questionar as/os profissionais acerca de como estas/es exercem a sua atuação no enfrentamento da violência sexual cometida contra a população infanto-juvenil e ainda a respeito das principais estratégias de intervenção utilizadas por elas/eles para enfrentar eficazmente a demanda em tela.

Nós recebemos a denúncia, normalmente é feita via presencialmente, pode também ser efetuada via telefone através do Disque 10, e nós fazemos a coleta de informações. Ao colher as informações, nós encaminhamos [...] para a equipe técnica a necessidade da visita, se precisa o acompanhamento apenas da Assistente social ou de um psicólogo, ou com a necessidade de um psicossocial. E desta forma nós nos aparamos também com relação à legislação, com o nosso advogado e

tentamos realizar a visita. [...] Então, a escuta também é feita através do psicólogo, a assistente social também faz a escuta, o advogado também às vezes faz a escuta e etc.[...] e também na questão que já foi mencionada de palestras em determinadas instituições como escola pública e outras instituições públicas. (Profissional A)

[...] na verdade são geralmente repassado pro psicólogo né. Então, os casos a gente vê, a gente discute entre o grupo [...] a gente faz o atendimento a família, faz a visita tudo né, realmente vê o fato se é verdade, o que precisa o acompanhamento que precisa, mas diretamente com a criança não, essa escuta é realmente feita com o psicólogo. [...] e também, como eu disse né, a gente faz essa questão de prevenção, nas escolas, a gente discute, a gente orienta a família, como tratar e tudo, incentiva, orienta na questão de ser acompanhado no CAPS, se for encaminhado pro CAPS pra o atendimento psicológico [...] então a gente também tem que dar essa assistência no sentido de tentar entender, contornar a situação, entender a situação, ver e encaminhar, e também sensibilizar a família pra que leve a criança pro acompanhamento.

Em primeiro lugar, a gente faz esse trabalho de orientar né, o que é violência mesmo, porque às vezes a não porque isso é besteira, a não é ela que tá criando isso né, e na verdade a gente faz esse trabalho de orientar o que realmente é a violência [...] a gente tá fazendo essas palestras, essas campanhas pra que haja esse entendimento sobre o que é a violência. E a outra, uma estratégia de intervenção que é eficaz realmente seria esse atendimento individualizado, diferenciado, prioritário porque em um caso desse é uma prioridade né, e como eu já tinha falado anteriormente a gente precisa ainda avançar nessas questões né, de ter uma delegacia especializada, de ter uma equipe própria e pronta pra esse atendimento né, um espaço que atenda a família pra entender a situação, pra não tá vitimando ainda mais a situação, a criança, o adolescente né [...] (Profissional B).

Olhe, primeiro lugar [...] nós fazemos muito a parte preventiva, nós informamos as pessoas, nós tiramos dúvidas das pessoas nas escolas, nas ruas onde elas nos perguntam [...] Então, a gente vai tentando pelo menos elucidar, esclarecer para aquela pessoa que aquilo não é um simples acariciamento, que aquilo não é uma simples brincadeira, que aquilo é uma coisa grave, é um crime e a gente vai aos poucos tentando esclarecer para essa pessoa que ela tome cuidado, que ela fica atenta e de olho muito vivo.

Primeiro lugar, esclarecer a pessoa. É informar para ela o que é um crime, o que é uma delicadeza que um pai pode fazer, um padrasto, um vizinho pode fazer com sua filha, com seu filho [...] Então, principalmente nós trabalhamos e eu particularmente como profissional, a gente tenta, o enfrentamento começa pela orientação da pessoa. O que é um crime de abuso sexual? O que é uma brincadeira? O que é uma diversão? [...] E depois pela própria conduta da gente na sociedade, a gente além da orientação, o nosso próprio posicionamento social, a gente se posiciona de maneira contrária e nas redes sociais, nas conversas com as pessoas a gente repudia o tempo inteiro esse tipo de ato, que a pessoa cometedor seja tão covarde que venha violentar uma pessoa que muitas vezes é indefeso, uma criança, um adolescente [...] (Profissional C).

Pronto no caso concreto nós tomamos algumas medidas é prementes, mas principalmente nós orientamos os atores envolvidos, (Profissional D)

[...] como é uma demanda que exige muito o energético psicológico tanto de quem está sendo atendido como quem vai atender, e a gente funciona como um ponto de apoio para a Equipe técnica. Aí assim, a gente faz visitas com acompanhamento situacional [...] a gente faz um feedback dos casos atendidos, se a gente identificar que precisa de um olhar mais técnico a gente aciona, remete aos técnicos e aí precisa de uma atenção, uma maior atenção eles voltam a fazer o atendimento e é praticamente isso.

Como já é feito campanhas durante o ano, são campanhas que como eu já falei [...] como o CREAS atua e é como a gente considera que realmente funciona, são

palestras motivacionais que para encorajar as pessoas que estão passando e não sabe como lidar com aquilo, que já passaram [...] eu posso citar um exemplo, a gente estava fazendo uma intervenção numa escola e uma mulher, uma funcionária da escola quase 50 anos de idade ela assistiu à palestra junto com a gente e depois nos procurou porque por uma questão psicológica ela estava passando, que ela já tinha passado pela violência porém ela na época que ela passou não teve como denunciar, não sabia como denunciar, quem procurar [...] aí a gente acha essas intervenções são muito importantes por causa disso [...] (Profissional E)

Eu vou falar de mim enquanto o CREAS, o CREAS, como eu disse anteriormente, a gente trabalha mais de conscientização principalmente no que é a violência sexual, O que é, porque em todas as capacitações que a gente faz intervenções em CRAS Posto Saúde, escolas, o que a gente percebe é isso que os personagens têm dificuldade de reconhecer o que realmente é uma violência sexual. Orientação é a nossa principal estratégia [...] (Profissional F).

Percebemos nos relatos dos sujeitos A, C, E e F atuações diferentes e ao mesmo tempo apresentaram elementos em comum a respeito do que cada um faz para enfrentar a referida demanda. As falas destas/es profissionais deixaram certa impressão de que um complementa o trabalho do outro, como se cada um ficasse responsável por desenvolver uma parte do processo embora algumas/uns estejam exercendo a mesma função, por isso notamos que até as próprias falas se complementam. É necessário revelar que educadores sociais não devem realizar visitas domiciliares sem a presença de integrantes da equipe de nível superior (Assistente social, Advogada/o, Psicóloga/o), e de acordo com a fala da/o profissional E isso acontece com frequência na instituição, o que deixa a entender uma falta de conhecimento dessas/es profissionais sobre suas competências e atribuições. Podemos aqui, elencar algumas das principais atribuições dos educadores sociais tais como: recepcionar e oferecer informações às famílias acompanhadas pelo CREAS; fazer abordagem de rua e quando necessário realizar busca ativa no território; participar das reuniões com toda a equipe do órgão para o planejamento das ações e estratégias interventivas e contribuir no debate de avaliação a respeito dos trabalhos realizados pela equipe e dentre outras (BRASIL, 2011).

A/O profissional A, revelou que atua fazendo a coleta de informações sobre os casos, visitas e também realiza palestras abordando a temática, enquanto que, o Profissional C enfatizou a importância de orientar, informar e esclarecer a sociedade de um modo geral e principalmente às crianças e adolescentes (vítimas) sobre o que é a violência e como identificá-la. Desse modo, a/o profissional C complementou a fala da/o A, levando em consideração que nas palestras ou nas mais diversas atividades de cunho pedagógico, podem ser feitas essas orientações e disseminar informações acerca do tema. Com a mesma linha de raciocínio tivemos o posicionamento da/o profissional F, que destacou a orientação como a principal arma estratégica utilizada no processo de enfrentamento, principalmente através de eventos interventivos que realizam durante o decorrer do ano.

Além de ter também dado ênfase nas atividades interventivas que são realizadas em instituições públicas com a presença cotidiana do segmento infantil e juvenil, ficou evidenciado na resposta da/o profissional e uma visão tecnicista⁵⁴ a respeito da atuação das/os profissionais de nível superior, como se essa grave expressão da questão social fosse um simples problema desconectado da complexa realidade social. Não estamos aqui desconsiderando a necessidade do olhar técnico, mas contestamos o olhar permeado no puro tecnicismo, pois compreendemos que além da técnica é necessário buscar debruçar-se sob uma análise mais aprofundada acerca dos casos de violência sexual, enxergando que essas situações também são produtos das relações de produção e reprodução capitalistas nas quais vivemos, pautadas na dominação, exploração e desigualdade. A aplicação de técnicas sem o embasamento de uma perspectiva teórico-metodológica e ético-política críticas, não possibilita responder a complexidade desta demanda de forma eficaz.

Durante os relatos descritos pelas/os profissionais a respeito das questões acima mencionadas, observamos uma contradição entre as repostas da/o Profissional A e da/o B, pois a/o primeira/o declarou que Psicólogo, Assistente Social e Advogado realizam a escuta qualificada com a vítima, enquanto a/o segundo informou que apenas o psicólogo fica a cargo desta tarefa. A nosso ver, a atuação do psicólogo seria a mais adequada para desenvolver a escuta qualificada com a vítima, pelo fato de geralmente ela encontrar-se bastante fragilizada emocionalmente e o referido profissional possui técnicas mais específicas para lidar com tal situação. Com isso, não queremos dizer que não haja a necessidade da participação da Assistente Social e do Advogado durante a escuta qualificada com a pessoa (criança ou adolescente) violada, consideramos que a participação de um ou mais profissionais nesse procedimento também depende das circunstâncias de cada caso. É preciso entender que para a vítima relatar o ocorrido é um processo bastante constrangedor, doloroso e difícil, visto que, ela ao revelar os fatos acaba lembrando a violência vivenciada, por isso deve-se ter toda cautela para não revitimizá-la.

Sabemos o quanto é necessário que toda a equipe participe dessa escuta, visto que a atuação de outros profissionais é fundamental, cada qual escuta dentro de sua área, pois o psicólogo sozinho, possivelmente, não dá conta de captar todos os fios invisíveis que

⁵⁴ Adotar uma visão meramente tecnicista não possibilita aos profissionais atuações bem elaboradas, fundamentadas e completas, isso porque o tecnicismo no exercício profissional não permite uma análise aprofundada sobre as demandas que chegam nas políticas públicas e sociais, isto é, não oferece aos profissionais uma compreensão de que essas demandas são produtos da desigualdade social e que devem ser analisadas sem desconectá-las da realidade social. Por isso, a necessidade de intervenções embasadas a partir de perspectivas teórico-metodológicas e ético-políticas críticas, pois desenvolver atuações apenas respaldadas por um olhar técnico resulta em intervenções acríticas, imediatistas, desqualificadas e sem muita resolutividade.

perpassam a esta demanda e tampouco conseguirá de forma isolada responder eficazmente a complexidade desta expressão da questão social. A equipe é multiprofissional justamente para atuarem conjuntamente, compartilhando os diferentes saberes e olhares em suas intervenções.

Analisando a fala da/o profissional B, esta/e relatou que a sua atuação no enfrentamento a violência sexual em crianças e adolescentes tem sido desenvolvida através da escuta e do acompanhamento com a família da vítima, faz visitas, busca averiguar se realmente ocorreu a violência e foca bastante no quesito da orientação, explicando e esclarecendo aos familiares sobre o que significa a violência e as medidas e providências que a família deve tomar. A/O referida/o profissional, mais uma vez, reforçou a necessidade de uma equipe exclusiva para atender os casos de violência sexual contra a população infanto-juvenil do município, ponderando também a relevância de ser implantada uma delegacia especializada responsável por trabalhar com essa demanda.

No tocante a escuta com a família, a/o profissional B não esclareceu como realmente, de fato, ela é feita, o que nos impossibilita abordar de forma aprofundada essa questão. Em contrapartida, vale frisar o detalhe positivo na resposta desta/e profissional, trata-se da sugestão de uma estratégia que contribuiria significativamente para enfrentar a violência sexual, referimo-nos a delegacia especializada composta por uma equipe multiprofissional voltada exclusivamente para oferecer o atendimento as vítimas e as famílias, pois além de desafogar o acúmulo de demandas dos órgãos que compõem a rede de proteção de crianças e adolescentes, inclusive do próprio CREAS, será possível trabalhar com esses casos dando total prioridade e a atenção necessária.

Identificamos em boa parte dos argumentos destas/es profissionais, no que concerne a maneira como estas/es tem atuado frente a este tipo de violência, que as/os mesmas/os possuem uma visão superficial em torno da violência sexual, demonstram a falta de planejamento e não terem debate com a rede para intervir nesses casos, isto é, não demonstraram enxergá-la numa perspectiva da totalidade, como uma expressão da violência estrutural fruto da sociedade do capital e nem muito menos conseguem vislumbrar que esse tipo de violência também pode está intrinsicamente atrelada às dimensões de gênero, classe e raça, isso porque a violência nas suas multifacetadas expressões tende a se metamorfosear de acordo com cada uma dessas categorias, ou seja, pode se apresentar de forma diferente de homem para mulher, de pobre para rico e de branco para negro. Portanto, foi possível verificar um despreparo por parte destas/es profissionais no tocante a essa questão.

Dando sequência a entrevista, perguntamos aos profissionais quantos casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes existiam no CREAS e obtivemos as seguintes respostas:

Hoje eu não saberia lhe informar, eu posso dizer que, infelizmente, é o que nós recebemos de demanda presencial ou até mesmo via Ministério Público é um número alarmante pra a nível da cidade de Sousa. Quantitativo, agora, eu não vou poder lhe informar (Profissional A)

Eu realmente não sei, não tenho contabilizado isso agora. Mas, a gente fez um levantamento, só que agora nesse momento eu não sei te dizer [...] é, agora de janeiro pra fevereiro pelo que a gente contabilizou lá, assim, de violência sexual mesmo eu acho que a gente não tem nenhum. Mas, é como eu te disse, geralmente esses casos vão em primeiro lugar pro Conselho pra eles reenviarem [...] (Profissional B)

Olhe, nós fizemos um levantamento no ano passado e durante o ano passado inteiro nós tivemos aproximadamente 18 casos de violência sexual em 2018. E esse ano, o grande espanto desse ano [...] nós fizemos o levantamento e só os dois primeiros meses desse ano são cinco casos. Então assim, é alarmante a quantidade que está chegando do conselho tutelar e a cada ano isso é uma prática cada vez mais assombrosa e recorrente. A gente vem vendo que vem piorando ano a ano, se o ano passado o ano inteiro foram dezoito e esse ano os dois primeiros meses foram cinco, é uma coisa que nos assusta o tempo todo (Profissional C)

Não sei responder (Profissional D)

Eu não tenho uma contagem exata não (Profissional E)

Não sabia (Profissional F)

Sobre este aspecto, podemos constatar que quase por unanimidade as/os profissionais do CREAS não sabiam o total mais recente dessa demanda, apenas as/os profissionais A, B e C nos apontaram indícios a respeito da existência desses casos. As falas dos profissionais A e C demonstraram que de 2018 para o recorrente ano houve um aumento do número de casos e ainda revelaram ter feito um levantamento. Contraditoriamente, a/o profissional B relatou que neste ano não havia chegado, até aquele presente momento, nenhum caso de violência sexual contra crianças e adolescentes. Apenas a/o profissional C relatou sobre a existência de cinco casos de violência sexual. Perante as respostas, visualizamos uma falta de comunicação e também certa desarticulação das/os profissionais no tocante a questão de dados estatísticos, deixando transponível além de uma desarticulação da equipe, a falta de conhecimento do próprio serviço no qual atuam e para além de saber o total de casos ficou constatado a ausência de reuniões em que haja o compartilhamento dos mesmos, ou seja, momentos para discutir sobre as demandas.

O planejamento das ações tem sido um dos problemas nas instituições e no CREAS isso não é diferente, o não planejar virou rotina neste órgão, o que em muitas ocasiões acaba comprometendo as intervenções realizadas pela equipe.

É de uma relevância tamanha que as/os profissionais sempre possam incrementar dentre suas atividades o desenvolvimento de levantamentos estatísticos sobre o quantitativo de casos, principalmente se tratando de violência sexual, e, com isso, realizar comparativos de um ano para outro a fim de, por meio de números, identificarem se o trabalho de enfrentamento está realmente surtindo efeito ou não e assim ver o que pode ser melhorado nos serviços e atendimentos ofertados pela rede, em especial no que diz respeito à parte preventiva.

A realização de um levantamento em números é de extrema necessidade, pois a partir de estatísticas pode-se analisar se há fragilidades no processo de enfrentamento da violência sexual, assim como, pode servir de subsídios para a construção de políticas públicas destinadas a intervir nesses casos. No entanto, percebeu-se que no CREAS à sobrecarga de trabalho e o acúmulo de demandas acaba dificultando das/os profissionais da instituição desenvolverem esse levantamento, considerando que para isto exige-se tempo e atenção.

Nas questões seguintes indagamos as/os profissionais do referido aparelho institucional se elas/eles já haviam participado de alguma capacitação que abordou especificamente a temática da violência sexual de crianças e adolescentes, e ainda se a Secretaria de Assistência Social as/os incentivava a participar de capacitações. Apesar de não termos incluído dentre as perguntas do roteiro de entrevista e entendendo que durante a mesma é normal surgir novos questionamentos, aproveitamos o momento propício e também perguntamos aquelas/es que haviam participado desses tipos de capacitações se estas contribuíram de alguma forma para que as/os profissionais intervissem com maior eficácia no processo de enfrentamento desse tipo de violação. Segue abaixo as falas das/os profissionais no tocante as indagações feitas:

Sim. Nós já fizemos capacitação, não só o CREAS como a rede socioassistencial, também tivemos a participações da área de saúde como o NASF e outras entidades. Eu acredito que todos dados que você recebe, ele serve se não diretamente, mas ele acresce nas informações que você já tem, na forma de conscientização, nos trabalhos anuais que fazemos nesse sentido de desde a prevenção ao combate a violência sexual, é muito bem vido todo tipo de aprendizagem (Profissional A).

Infelizmente, essas capacitações são atribuídas muitas vezes a um público que não está enfrentando diretamente o problema. Deveria existir um maior número com trabalho melhor delimitado, por exemplo, violência sexual infantil ser melhor delimitado para o trabalho com os profissionais (Profissional A).

Sim, já participei de algumas capacitações sim [...] Mas, eu já participei sim e é um tema que me chama muita atenção né, porque pela delicadeza eu acho que toda vida a gente tem que tá sempre conversando sobre o tema, vendo como é que pode falar de uma maneira clara e que não atinja tanto né [...] (Profissional B).

Sim. Até no jeito de trabalhar a coisa né, porque quando eu cheguei aqui logo fui enviada pra fazer uma palestra sobre isso né, e pra adolescente, porque pros pais é mais fácil de falar né, mas pra criança e adolescente trabalhar essa questão, falar a linguagem deles e de uma forma que seja clara e que não seja tão técnica é um desafio, pra mim foi um desafio [...] Então assim, [...] o trabalhar todo dia, a conversa, a leitura facilitou muito a tratar a questão [...] (Profissional B).

Bem, a gente teve muito pouca capacitação, eu acho que poderia ser incentivado mais, sabe [...] Mas, eu acredito também que precisa ter mais capacitações, porque o Estado também não tá oferecendo muita discussão [...]ano passado foram poucas as capacitações, e esse ano a gente nem falou muito sobre isso né, não teve nenhuma, pelos menos até agora a gente não teve nenhuma capacitação [...] (Profissional B).

Nesses quatro anos que eu estou no CREAS, nós participamos de conferências e de alguns encontros da rede socioassistencial, agora, especificamente tratando de uma capacitação tratando desse tema [...] eu não me lembro, não me recordo de ter participado [...] Acho extremamente importante, porque esse é um caso de altíssima complexidade, quanto mais opiniões ou quanto mais sugestões você tiver de outras pessoas mais formadas serão a sua própria opinião. A esse respeito é um trabalho que deve ser visto em conjunto, não sou só eu que devo ter aquela opinião, outras pessoas também tem que me dizer suas experiências e informar (Profissional C).

Eu ainda acho que deveria ter muito mais, o incentivo que a gente tem é geralmente conferências, que é para toda a população, inclusive, para os profissionais. Eu acredito que deveria ser pelo menos mensalmente deveria ter uma capacitação não só sobre esse tema em específico, mas também como o CREAS trabalha abrangentemente sobre outros temas também (Profissional C).

Não, especifica não. Eu já participei de capacitação geral digamos assim, agora reflexamente eu já vi nessa capacitação falando sobre a violência sexual (Profissional D).

Há no sentido de que, pelo meu conhecimento, eles viabilizam sempre que possível e quando é viabilizado é devidamente comunicado e nós somos incentivados a comparecer.

[...] Com certeza, principalmente a última que houve aqui foi fundamental para esclarecer o papel do advogado [...] a legislação ela deixa muito espaço, ela deixa uma lacuna muito grande e as pessoas que atuam já na prática um certo tempo, elas se preparam para isso e esclarecem para nós como é que nós devemos atuar melhor (Profissional D).

A gente participa, assim, já participei de capacitação que são bem esclarecedora é até um ponto de apoio, uma base para o profissional que atua nessa área.

[...] Com certeza, porque foram abordadas técnicas que, assim, a gente não utilizava, a gente fazia mais, assim, na intuição e o que a gente achava que dá certo, que na verdade não pode ser assim. E existe técnicas que, a gente, quando é posto em prática da maneira que é adaptada a cada realidade, porque cada cidade, cada local é uma realidade, e a gente após essas capacitações, a gente, enxergar que algumas técnicas funcionam melhor do que outras (Profissional E).

Muito pouco, só em capacitações locais, capacitações de uma discussão mais ampla com outros profissionais, com troca de experiências com outros CRAS, com Conselho Tutelar de outras cidades, isso praticamente quer que a gente sinta a necessidade da troca de experiência e a partir daí a gente chegar a uma estratégia (Profissional E).

Já. [...] quando eu entrei no CREAS, o Estado promoveu uma capacitação em Patos [...] e foi específica [...] (Profissional F).

Tem, não há nenhum empecilho. Quando existe a capacitação o profissional tendo disponibilidade para ir a gente dá as condições que a lei permite (Profissional F).

Com relação ao primeiro questionamento notamos que uma parcela significativa da equipe já teve oportunidade de participar de capacitações, mas do tema em específico, apenas as/os profissionais A, B, E e F afirmaram ter participado. Em suas declarações ficou evidenciado a visão positiva que estas/es tem no tocante a esses tipos de eventos, pois consideram importantes e necessários para aprimorar suas intervenções, acumular mais informações sobre o assunto e facilitar a atuação de cada um desses sujeitos no processo de enfrentamento da violência sexual.

Cabe destacar a fala da/o profissional B, que nos afirmou ter bastante interesse pela temática da violência sexual e acredita ser fundamental um debate permanente em torno dessa questão. Observamos que a/o referida/o profissional comungou com a declaração da/o profissional A, pois ambos consideram as capacitações como essenciais para ajuda-los a abordarem este assunto de uma maneira cada vez mais correta e adequada aos diferentes públicos nas intervenções preventivas que realizam durante todo o ano.

A fim de instigar os sujeitos entrevistados a argumentarem mais no tocante ao quesito das capacitações, já que as respostas sobre tal foram, inicialmente, bastante rasas e sucintas, buscamos entender se as/os profissionais acreditavam que essas capacitações contribuíssem de forma efetiva e significativa em suas atuações frente às demandas de violência sexual contra crianças e adolescentes. De forma unânime todas/os responderam que essas capacitações colaboram bastante para melhor atuarem nesse tipo de caso.

As/os profissionais B, C, D e E apresentaram falas semelhantes e que se complementam. Revelaram que as capacitações ajudam a melhorar as técnicas e estratégias utilizadas para intervir nos casos. É importante destacar alguns pontos das falas dessas/es profissionais. A/O profissional B, declarou que as capacitações e as leituras proporcionaram sentir menos dificuldade em atuar frente à violência sexual, isso mostra a sua busca em estar cada vez mais atualizada/o sobre o tema e uma demanda complexa como esta exige das/os profissionais leituras aprofundadas e que sirvam de subsídios teóricos críticos para o desenvolvimento de ações inovadoras, propositivas e eficazes.

Em relação à fala da/o profissional C, a/o mesma/o enfatizou que essas capacitações são um espaço de troca de ideias e experiências com outros profissionais, sendo um detalhe bastante enriquecedor para a sua atuação, pois segundo esta/e, essa troca permite aprimorar o

seu conhecimento sobre o tema. Nesta resposta, pudemos visualizar que a/o profissional C, consegue ver a importância do diálogo construtivo entre profissionais de diferentes áreas e também do trabalho conjunto.

A visão da/o profissional D pontua uma questão que muitas vezes não é reparada, trata-se do fato desses momentos de discussões poderem oportunizar aprendizagens que nem mesmo a própria literatura conseguiu oferecer. Mas é claro, que isso não significa afirmar que um seja menos importante do que o outro, na verdade, as duas coisas são extremamente necessárias e se complementam, podemos considera-las como elementos indissociáveis.

Apesar da/o profissional E apresentar uma visão tecnicista, ainda assim demonstrou entender que não é qualquer mecanismo técnico que dará conta de responder um caso de violência sexual em toda e qualquer realidade. Esta/e explicou que as capacitações lhes possibilitam apreender novas formas de atuar sobre esta demanda e identificou a partir desses eventos que em cada caso há contextos diferentes, o que dessa forma acaba exigindo das/os profissionais técnicas adequadas para cada um deles. É sabido, que além de técnicas é preciso dispor de um arcabouço teórico perpassado de criticidade para proporcionar aos profissionais uma visão ampla e aprofundada sobre a temática, fazendo com que esses possam traçar estratégias eficientes frente à violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.

No tocante a questão se há incentivo por parte da Secretaria de Assistência social do município para que as/os profissionais do CREAS participem de capacitações, todas/os profissionais, exceto o/a profissional F, responderam que o incentivo ainda é insuficiente. Isto é um fato lamentável e preocupante, pois isso além de prejudicar as/os próprias/os profissionais no sentido de impossibilitar que as/os mesmos possam se capacitar e qualificar de forma contínua acaba também implicando no trabalho desenvolvido pela equipe frente à violência sexual, uma vez que possivelmente esse fator dificulta enfrentar essa demanda de forma eficaz. Constata-se que a equipe multiprofissional do referido órgão recebe poucas capacitações para o enfrentamento e é capacitada de maneira superficial, isso porque apenas participam, esporadicamente, de eventos mais locais.

De acordo com o artigo 70 do ECA e parágrafo III:

a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

A capacitação contínua dessas/es profissionais é indispensável, pois compreendemos que esse tipo de evento propicia adquirir mais conhecimento e experiência, o que poder-se-á contribuir com a atuação destas/es para desenvolverem novas ações, estratégias e técnicas e assim possam realizar um trabalho preventivo mais eficiente e prestar um atendimento adequado as vítimas e as famílias de modo a enfrentar os casos de violência sexual contra o público infanto-juvenil, assim como também contribui com o trabalho em rede, no sentido de enriquecer a atuação articulada entre as/os profissionais das diferentes instituições do município, já que as/os mesmas/os podem fazer a troca de todo o conhecimento adquirido nessas capacitações e traçar conjuntamente novas estratégias interventivas.

4.3 A articulação do CREAS com os órgãos da rede de proteção da infância e da adolescência

Agora, nos propomos a analisar como tem acontecido esse trabalho articulado do CREAS com a rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes da cidade de Sousa-PB, que tem dentre suas responsabilidades a de garantir proteção social a população infanto-juvenil e de enfrentar qualquer tipo de violação dos direitos desses sujeitos. Para isso, selecionamos algumas perguntas da entrevista, as quais estão diretamente relacionadas com o assunto proposto. Em termos gerais, os questionamentos estão voltados para desvelar a compreensão das/os profissionais sobre o trabalho em rede e as principais dificuldades encontradas para a realização deste trabalho.

Acreditamos ser importante e necessário fazer algumas considerações, mesmo que apenas introdutórias, a respeito de como a literatura tem definido as concepções do que seria rede e trabalho em rede. Levando em conta a definição da palavra rede que vem sendo apontada por diversos autores, entende-se que o significado desta palavra tem trazido a ideia de uma teia com vários pontos e nós, de uma conexão, de uma interligação. A partir desse significado, as diversas áreas do saber têm adotado este conceito de rede, desde as ciências exatas até as ciências sociais, porém, este tem sido aplicado com perspectivas diferentes por cada campo do conhecimento no decorrer da história (GERÔNIMO, 2013).

O seguinte conceito será tomado como referência para nosso trabalho, pois, o consideramos como o mais adequado e que se encaixa com a perspectiva desta proposta investigativa: “As redes podem ser consideradas como sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos e realizações comuns” (NEVES, 2009 apud GERÔNIMO, 2013, p.13). Nesse sentido, em concordância com esta concepção de rede, a compreendemos enquanto um sistema

organizacional por acreditar que ela acaba sendo um caminho propício para dar respostas às necessidades apresentadas pela população usuária dos serviços públicos nas mais diferentes áreas de atuação, bem como nos mais diversos espaços onde se busca a articulação social.

Segundo a autora Gerônimo, o conceito de rede sofreu um significativo avanço na década de 1990 quando a fim de ampliar a rede foi incorporado “a interação de diferentes agentes, serviços, organizações, movimentos e comunidades, através de vínculos horizontais, de interdependência e complementariedade e não mais de relações hierárquicas e intra-organizacionais” (CARVALHO, 2010 apud GERÔNIMO, 2013, p.14). Esses novos elementos incluídos na concepção de rede são muito relevantes, pois apontam para a necessidade dela estabelecer uma comunicação e articulação efetivas, visando partilhar objetivos, interesses e responsabilidades de forma consensual, ou seja, dessa forma as redes passam a ser vistas como uma alternativa que possibilita os atores sociais envolvidos se articularem para alcançar uma finalidade comum.

Portanto, de acordo com Guará (1998 apud YASBEK, 2014, p.26):

O termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal.”[...] “uma rede pode ser o resultado do processo de agregação de várias organizações afins em torno de um interesse comum, seja na prestação de serviços, seja na produção de bens”.

A discussão em torno do sistema de rede tem ficado cada vez mais assídua na contemporaneidade, principalmente no seio das políticas públicas e nas esferas governamentais, buscando evitar que os saberes e as políticas se fragmentem através da troca de ideias entre as diferentes áreas do conhecimento e de ações planejadas conjuntamente - com vistas a concretizar um objetivo pensado de forma coletiva - possam atender as demandas apresentadas no âmbito das mais diversas instituições públicas.

Quando se pensa em rede, logo, é quase inevitável remeter-se a trabalho em rede, assunto este abordado nos questionamentos feitos durante a entrevista, e por essa razão, consideramos importante refletir brevemente sobre o que a literatura tem versado sobre essa questão.

Como já discutimos em outro momento desta pesquisa, compreendemos o trabalho enquanto categoria fundante do ser social, meio pelo qual os homens desde seu estágio primário o utiliza para produzir coisas e suprir suas necessidades, mesmo depois de determinados modelos de produção (como o modo de produção capitalista) terem o tornado alienado. Não há como negar que o trabalho exerce uma função crucial no processo de

produção e reprodução das relações sociais e, por esse motivo, ele além de transformar a natureza também transforma os homens.

O trabalho em rede pode ser entendido como uma estratégia de intervenção para dar respostas qualificadas as desigualdades sociais históricas e em especial as mais diversas expressões da questão social (pobreza, fome, exclusão social, violências e etc) - constitutivas do modo de produção capitalista - que chegam, em forma de demanda, até os órgãos públicos. Esse tipo de trabalho também é conceituado “como possibilidade criadora dos agentes sociais e políticos no desenvolvimento de atividades desempenhadas em organizações de distintas naturezas e, neste caso, em especial, nas políticas” (TUMELERO, 2010 et al. apud GERÔNIMO, 2013, p. 22). É importante enfatizar que o trabalho em rede é um mecanismo que pode fornecer possibilidades para transformação social.

Na cena contemporânea, alguns autores têm abordado sobre a intersetorialidade que pode ser entendida como uma estratégia para melhorar o trabalho rede. Para a autora Yasbek (2010, p.26):

A intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à Proteção Social, à inclusão e enfrentamento das desigualdades sociais identificadas. Supõe a implementação de ações integradas e a superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais. [...] supõe também a articulação entre sujeitos de áreas que tem suas especificidades e diversidades e, portanto experiências particulares, para enfrentar problemas complexos. É uma nova forma de gestão de políticas públicas que está necessariamente relacionada ao enfrentamento de situações concretas.

A perspectiva da intersetorialidade visa desenvolver ações articuladas, integradas e complementares entre políticas visando o enfrentamento de complexas expressões da questão social, a exemplo da violência sexual. Exige-se a articulação entre diferentes profissionais de diferentes setores, traçando estratégias de forma conjunta, aglutinando ideias e buscando alcançar um objetivo comum, a fim de dar respostas as demandas existentes nos espaços sócio ocupacionais onde atuam. Ela também deve ser utilizada como uma tentativa de superar o olhar setorializado dos atores sociais envolvidos nesse processo e romper com as relações centralizadoras e hierarquizadas no âmbito das instâncias e instituições públicas.

Realizadas essas breves ponderações, agora, daremos continuidade à análise da entrevista com as/os profissionais do CREAS. Ao questionar os sujeitos entrevistados sobre o que entendiam por trabalho em rede e sua relevância, obtivemos as seguintes respostas:

É um trabalho em conjunto, é um trabalho em que as instituições precisam dar as mãos para que o trabalho funcione, flua da melhor forma possível, ou seja, o trabalho no CREAS muitas vezes ele flui na questão do encaminhamento, de encaminhar para outras instituições para tentar sanar de uma forma geral a

problemática daquela família que está em situação de vulnerabilidade. Como dito antes, o trabalho em rede possui uma relevância enorme, desde que seja atrelado, realmente, a um trabalho em conjunto. Nós fazemos um trabalho paralelo com o CRAS, com o NASF também [...] é importante, grande relevância (PROFISSIONAL A).

Um trabalho que era pra acontecer de verdade né, e esse ano de 2019 [...] a gente teve um avanço enorme, que a gente começou nossas reuniões em rede, a gente já teve a primeira né, e é uma coisa que a gente precisa avançar [...] Mas assim, há um trabalho, o CREAS não trabalha sozinho, infelizmente, tem que ter essa articulação, essas pontes né, esses ligamentos, porque se não o trabalho para [...] a gente teve nossa primeira reunião que [...] articulou realmente, que juntou todo mundo pra discutir os casos, que era o que estava faltando. A gente tinha um trabalho em rede, que todo mundo fala que é furada, mas existia né, não era assim prioritário que todos os setores, todas as políticas olhassem pra aquela situação, pra aquele caso com urgência, a urgência que deveria. [...] todo mundo reconheceu que essa importância desse trabalho em rede quando marcamos a nossa primeira reunião e já discutimos dois casos muito importantes, muito mesmo, e todos os setores passaram assim, fizeram a visita, fizeram os acompanhamentos [...] Eu acho que esse trabalho em rede agora acontece, porque realmente [...] todo mundo se angustiou e viu a importância que é a gente parar um dia pra discutir os casos enquanto política [...] (PROFISSIONAL B).

O trabalho em rede é aquele em que eu não faço todo o trabalho sozinho e peço ajuda de outro profissional. E trabalho em rede, ele deve se pautar justamente por isso, pela opinião conjunta. Eu faço o meu papel, outro profissional faz o dele e nós em comum acordo, discutimos, por exemplo, um caso e chegamos a uma conclusão. E sobre a rede socioassistencial, eu acho que a gente tá tentando melhorar a cada dia, não é uma rede que funcione cem por cento, mas a parte, por exemplo, da equipe CREAS tem melhorado mês a mês (PROFISSIONAL C).

Bem, na minha opinião o trabalho em rede é a comunicação entre os órgãos que existem, CRAS, CREAS, Casa lar, Conselho, políticas e etc. Eu considero que a importância, como o próprio nome já diz, um termina complementando o outro, fica muito claro que a competência de certos órgãos não é suficiente para tratar determinadas ações, tem que haver todo uma comunicação entre eles e obviamente como você falou as políticas também (PROFISSIONAL D).

O trabalho em rede é quando existe conexões [...] dependendo de cada situação a gente ativa aquele suporte, aquele novo tipo de atendimento, por exemplo, o CRAS ele faz um trabalho de prevenção para que a violência naquela localidade, naquela comunidade não aconteça, mas quando acontece é repassado para o CREAS, o CREAS faz todo um atendimento e quando o CREAS não consegue resolver é passado para os órgãos judiciais, ou seja, são de acordo com cada problemática, com a situação de cada problemática é transmitido para um novo serviço para que aquele problema seja resolvido. Então, isso é trabalhar em rede, é você saber que determinado problema está acima ou abaixo da sua competência, aí você aciona um novo serviço para que possa acompanhar. É extremamente importante, até por questões de não congestionar o serviço e de você não perder muito tempo em casos que você sabe que não vai conseguir resolver só ou que tem uma resolução simples. Então assim, a importância, a relevância é essa, o não congestionamento dos casos (PROFISSIONAL E).

O trabalho em rede é quando todos os órgãos se juntam com mesmo objetivo, né, da solução do problema.

Quando tem um caso que é resolvido em rede, a eficácia é totalmente diferente quando se tem só um único órgão trabalhando, quando o trabalho é feito em conjunto é bem diferente (PROFISSIONAL F).

A partir destas declarações captamos que todas/os as/os entrevistadas/os conseguem entender que a articulação é a principal estratégia para o trabalho em rede funcionar. Porém, foi possível também identificar que a uma parte das/os profissionais possuem uma visão setorializada deste trabalho, ou seja, não compreendem o trabalho em rede a partir de uma perspectiva intersetorial.

Ao analisarmos as respostas, verificamos que as falas das/os profissionais B e D foram as que apresentaram maior aproximação com o conceito de trabalho em rede abordado anteriormente, isto é, demonstram um olhar mais aprofundado e ampliado sobre o assunto. Ficou explícito na declaração da/o profissional B que o trabalho em rede não vinha acontecendo de forma efetiva e diante dessa situação viram a necessidade de começar a se reunir com profissionais de outras instituições e políticas, o que vem acontecendo desde o início do corrente ano. A/O referida/o profissional reforçou a importância da articulação, da conexão entre os diferentes setores e políticas, assim como, o quanto é fundamental discutir os casos em conjunto e traçar as estratégias necessárias para enfrentar as demandas. Com linha de pensamento semelhante, a/o profissional D retratou a importância da comunicação entre órgãos e políticas e ações pautadas na complementariedade, elementos estes essenciais para que o trabalho em rede seja desenvolvido com eficácia.

Podemos afirmar que o relato da/o profissional A foi um pouco contraditório, pois nos informou que o trabalho em rede deve ser perpassado por ações desenvolvidas conjuntamente e enfatizou que, para isso, as instituições públicas precisam estar interligadas. Em contrapartida, deixou a entender que no CREAS esse trabalho se restringe a encaminhamentos, como se o trabalho em rede fosse resumido apenas a transferir um determinado caso para outro órgão.

Identificamos também essa ideia na fala do/a profissional E, apesar desta/e ter assinalado quesitos imprescindíveis no processo de execução do trabalho em rede como, por exemplo, as conexões que devem acontecer entre os órgãos e os encaminhamentos necessários de determinados casos. Em um certo momento de sua resposta acabou insinuando que o trabalho em rede se dá basicamente através do ato de repassar uma determinada demanda para outra instituição ficar a cargo de dar respostas, e na verdade, isso não significa trabalho articulado, mas sim apenas transferência de responsabilidades. Concordamos quando esta/e profissional volta-se para a questão de termos a necessidade de entender que alguns casos não são competência de determinado órgão, no entanto o equívoco de sua compreensão está no fato dela/e não enxergar que as responsabilidades podem ser compartilhadas e os

órgãos de diferentes áreas devem unir-se para intervir de forma articulada e integrada sob as demandas da população usuária.

Nas declarações da/o profissional C, constatou-se que sua compreensão é bastante setorizada a respeito dessa forma de trabalho. A nosso ver, a noção da/o mesma/o sobre essa questão está atrelada ao que seria trabalho multiprofissional e não aquilo que entendemos como trabalho em rede. Desse modo, consideramos que o seu relato demonstrou um ponto de vista um pouco distorcido em torno do que lhe foi questionado. Porém, apesar de ter revelado um entendimento equivocado sobre o trabalho em rede, esta/e profissional assinalou fatores determinantes para uma atuação produtiva, trata-se do trabalho articulado e conjunto entre os profissionais e a importância da troca de saberes.

A ideia de trabalho em rede apresentada pela/o profissional F foi simplória, isto é, deixou explícito possuir uma noção básica e ao mesmo tempo próxima do que a literatura tem abordado sobre o assunto, ao destacar a importância dos órgãos trabalharem de maneira articulada e executando ações em conjunto na tentativa de alcançar um determinado fim pensado coletivamente.

Como vimos, as/os profissionais entrevistadas/os em sua maioria demonstraram ter um parco conhecimento sobre o conceito de trabalho em rede numa perspectiva intersetorial, mas isso não significa dizer que esses sujeitos possuam uma compreensão totalmente errônea no tocante a essa questão, pois inclusive conseguiram trazer em suas falas-alguns até de forma controversa - elementos indispensáveis para a concretização deste tipo de trabalho. Todas/os as/os profissionais nas suas argumentações frisaram a relevância do trabalho em rede, contudo uma parte das/os entrevistadas/os não expressou o porquê de este ser relevante. Esse fato causa preocupação, pois nota-se que a gestão está deixando a desejar no sentido de orientar os atores envolvidos nesse processo, mostrando-os as falhas neste quesito e o que precisa ser melhorado. Sabemos a importância de uma gestão atenta para as suas fragilidades, bem como de ser conhecedora de seus direitos e deveres, e desse modo, possa exigir que sejam formuladas e implementadas políticas públicas, sendo um desafio lançado, a fim de mudar a realidade social do município, em especial no que concerne a situação de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Aproveitando os questionamentos sobre o trabalho em rede interrogamos as/os profissionais se no âmbito do CREAS, de fato, tem ocorrido esse trabalho e requisitamos aos sujeitos participantes da pesquisa a revelarem as principais dificuldades enfrentadas para desenvolvê-lo. É preciso trazer a tona o que foi exposto na cartilha nacional de perguntas e respostas do CREAS, elaborada para orientar os estados, municípios e Distrito Federal quanto

à implantação do referido órgão, sendo que dentre os assuntos abordados vale destacar a parte que trata da articulação do CREAS com a rede:

Existe uma relação de interdependência do CREAS com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos. Assim, a efetividade do atendimento nos serviços do CREAS está diretamente relacionada à articulação eficiente com a rede, local ou até mesmo regional. Alguns órgãos, unidades ou instituições, devido à sua função e competência, compõem a rede essencial de articulação do CREAS [...] (BRASIL, 2011, p.47).

Ao perguntarmos sobre essa questão, as/os profissionais nos informaram que:

Sim, ocorre o trabalho em rede. Dificuldades, às vezes nós sentimos um certo entrave em outras instituições que deveriam, na verdade, fazer o oposto, deveria ter uma abertura maior, um diálogo maior com a instituição CREAS, com a instituição Conselho Tutelar ou com a própria Secretaria em um todo. Mas infelizmente, costumamos dizer que essa falha de comunicação, na verdade, não é só uma falha institucional, é uma falha humana, e para corrigir esse tipo de falha isso demanda tempo, isso demanda vontade para tentar corrigir (Profissional A).

Sim. Agora sim, há uma dificuldade [...] a gente teve sim dificuldades, porque é a questão que eu te disse, às vezes não tem a devida prioridade [...] mas assim, nós enquanto CREAS tivemos, temos sim, claro que não em todos os setores, mas a gente tem sim essa facilidade de comunicação com os outros setores, com as outras políticas e a gente sensibiliza porque a gente entrega o ofício em mãos, já discute um pouco o caso e o pessoal tem [...] entendido que é necessário atuar ali [...] mas há uma dificuldade em outros setores sim, há uma dificuldade, uma cobrança, há uma negação [...] A gente já teve essas dificuldades de trabalho, mas talvez não seja nem no trabalho em si, seja questões assim de muito tempo né, questões pessoais [...] Mas que hoje eu acho que assim, pesando, fazendo uma medida, eu acho que a gente tem mais saldo positivo do que negativo. A gente tem uma boa comunicação, a gente tem uma equipe que quer fazer o trabalho, a gente tem abertura pra tá entrando nesses outros locais pra tá falando sobre os casos e tá dizendo que é prioridade né, então, eu acho que a gente tem uma equipe tão coesa e uma coordenação que também entende o trabalho né, que a gente acaba avançando (Profissional B).

No âmbito do CREAS de Sousa ocorre o trabalho em rede sim, é um trabalho muito complexo de ser feito, que envolve profissionais, envolve suas habilidades, envolve dificuldade de personalidades de pessoas, [...] levando em consideração todos esses aspectos nós conseguimos ainda buscar ajuda porque eu acredito que a equipe CREAS ela tem toda essa ideia de que nós não vamos conseguir solucionar um problema de altíssima complexidade, como os que chegam pra gente, a gente sozinhos, a gente tem que buscar ajuda (Profissional C).

Ele participa do trabalho em rede sim. [...] a metodologia de cada órgão e a comunicação entre eles de acordo com essa metodologia (Profissional D).

Sim. Como a gente falou numa questão anterior, o trabalho em rede é muito importante, porém o trabalho em rede ele precisa ser amadurecido com as próprias organizações, porque existe aí uma falta de sincronização dos casos e dos profissionais. Eu acho que assim, que tem que amadurecer mais, tem que se reunir, tem que planejar ações em conjunto, essa é a grande dificuldade que a gente vê que não acontece (Profissional E).

Olha, a gente busca né, dizer que existe generaliza demais, mas sempre a gente busca. A maior dificuldade que eu acho, é assim, de no âmbito dos profissionais mesmo [...] eu não acho que seja falta de comunicação, eu creio que o problema dos profissionais da rede é mais as atribuições de competência, o maior problema que eu encontro hoje no trabalho em rede é a transferência de competência, “isso não é

meu, isso é seu”. E quando o trabalho é em rede não existe caso meu e seu, o caso é de todo mundo, esse é o maior problema (Profissional F).

Diante do exposto pelas/os profissionais, quase todas/os, exceto a/o profissional F, afirmaram que no CREAS há a ocorrência de trabalho em rede e deixaram bem claro em suas falas que desenvolver esse trabalho não tem sido tarefa fácil, ao contrário, descreveram o quanto é um processo dificultoso e repleto de fragilidades. Em relação a essas dificuldades, ressaltaram que um dos grandes empecilhos para consecução deste trabalho seria a transferência de responsabilidades, ou seja, alguns órgãos tem se esquivado dos encaminhamentos feitos pelo aparelho estatal de proteção social especial, o que acaba inviabilizado a articulação.

Os relatos prestados pelos/as profissionais A e D no que diz respeito às dificuldades, estiveram direcionadas para a fragilidade de comunicação entre o referido órgão e outras instituições, já as/os entrevistadas/os B e F em seus esclarecimentos revelaram que há uma boa comunicação com a rede. Diante disso, podemos conferir visões distintas sobre essa situação, é preciso salientar a necessidade dos órgãos, políticas e profissionais sempre estarem dialogando e discutindo os casos e somente através da comunicação isso realmente acontece, ela é uma das principais ferramentas utilizadas no trabalho em rede, isso porque trata-se do primeiro passo para concretizá-lo. No art. 70 do ECA e parágrafo VI também recomenda essa forma de articulação:

a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

As/Os profissionais A, B e C revelaram que essas dificuldades também eram propiciadas por falhas humanas e questões pessoais, uma forma de culpabilizar os atores envolvidos pelas ocasiões nas quais o trabalho em rede não tenha fluído. O olhar destas/es profissionais acaba desconsiderando inúmeros fatores que muitas vezes atrapalham o desenvolvimento de um trabalho eficiente, a exemplo de acúmulo de demandas, sobrecarga de trabalho, condições precarizadas de trabalho e de vida, dentre outros.

Por outro lado, a/o profissional E, apesar de confirmar a existência do trabalho em rede no CREAS, também informa-nos que este precisa ser amadurecido e melhorado, e acaba entrando em contradição quando alega a falta de planejamento conjunto e coletivo das ações, bem como reafirma que, de fato, isso não vinha acontecendo. Será correto dizer que o trabalho em rede ocorre mesmo sem que haja este planejamento? Entendemos que não, pois

esse exercício de planejar e traçar estratégias conjuntamente é um dos mecanismos indispensáveis para empreender a articulação em rede.

A declaração da/o profissional F, revela que esta forma de trabalho não tem acontecido efetivamente dentro do órgão supracitado, mas há uma constante busca em fazê-lo acontecer, comentou ainda sobre o forte hábito das instituições tentarem esquivar-se de intervir em determinados casos. Isto é um grande problema, pois o engajamento coletivo, conjunto e articulado entre os diversos atores envolvidos são primordiais nesse processo.

Ao analisar essas falas, conferimos que há uma fragilização no processo de execução deste trabalho, pois como pudemos constatar nas declarações das/os profissionais, elementos determinantes para a realização do trabalho em rede foram elencados como as principais dificuldades enfrentadas pelas/os mesmas/os. Verificamos que a integração entre as políticas públicas e instituições do município tem sido ainda um grande desafio para essas/es profissionais.

O trabalho em rede é, talvez, a estratégia mais adequada para enfrentar a violência sexual de crianças e adolescentes e garantir a proteção integral deste público como recomenda a lei, tendo em vista a necessidade de articulação por parte de toda a rede de proteção da área infanto-juvenil, pois este crime cometido contra os sujeitos citados carrega em seu pano de fundo um leque de diversas violações e, geralmente, as vítimas junto de suas famílias apresentam outras tantas demandas dentro desta demanda maior. Logo, por essa razão, o CREAS de forma isolada não consegue dar conta de intervir nesta complexa expressão da questão social.

É importante elucidar que o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, instituído pelo Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) através da Resolução 113 de 19 de Abril de 2006. O SGDCA foi criado no intuito de fortalecer e implementar o ECA e em busca de sanar as dificuldades postas a efetivação da proteção integral dos direitos de meninas e meninos. O referido sistema:

consistiu-se na articulação e a integração de instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal (BRASIL, 2006).

Portanto, o SDGCA é um instrumento normativo-legal que prevê a importância do trabalho em rede, no qual as instituições e profissionais tem responsabilidade de fazê-lo acontecer para respondera questões pertinentes a infância e a adolescência e assim garantir a proteção desses sujeitos. Esse sistema deve funcionar pautado na execução de ações

articuladas e integradas, e desse modo, o trabalho seja desenvolvido a partir da perspectiva da intersetorialidade.

Levando em conta a experiência de estágio no âmbito do CREAS, víamos o esforço dessas/es profissionais na busca pela articulação com a rede, mas percebíamos também uma cobrança muito intensa por parte de órgãos do setor judiciário ao encaminharem muitos casos e estabelecerem prazos curtos para dar respostas qualificadas a demandas muito complexas, a sobrecarga de competências, os entraves provocados por outras instituições públicas e tantos outros fatores que dificultam e impossibilitam desenvolver uma articulação com a rede de maneira mais efetiva. Identificávamos também a falta de planejamento e de reuniões com a rede, que acabavam sendo inviabilizadas pelas questões descritas anteriormente. Por isso consideram que:

Na articulação com a rede é importante fortalecer a identidade do CREAS, clarificando papéis e delimitando competências, de modo a assegurar o desenvolvimento de ações complementares e sinérgicas. A construção de fluxos de articulação e protocolos de atendimento para o trabalho em rede pode contribuir para o fortalecimento desse processo (BRASIL, 2011, p.48).

Vale salientar que a função da equipe do CREAS não é investigativa, por isso a importância de compreender e delimitar o que realmente é competência deste órgão, bem como também daquilo que não lhe compete. Portanto, o documento denominado de “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS” elenca dentre as principais funções que não cabe a este aparelho de proteção social especial desempenhar a de não “Assumir a atribuição de investigação para a responsabilização dos autores de violência, tendo em vista que seu papel institucional é definido pelo papel e escopo de competências do SUAS.” (BRASIL, 2011, p.26).

Na sequência da entrevista, perguntamos se o CREAS juntamente com os órgãos integrantes da rede de proteção de crianças e adolescentes da referida cidade tem conseguido enfrentar de forma eficaz a violência sexual praticada contra este público. A/O profissional A foi a/o única/o a afirmar que com a rede tem, efetivamente, enfrentado essa demanda, veja a sua resposta:

Sim. Nós conseguimos fechar muitos casos e ter êxito, claro que tem casos que até o nosso mecanismo de enfrentamento tem problemas [...] achar um órgão que não haja nenhum tipo de problema para esse tipo de enfrentamento acho que seria hipocrisia, vamos dizer isso. Existem muitos problemas, mas acho que o CREAS tem feito sua parte nesse sentido (Profissional A).

Em sua fala a/o profissional aponta que em algumas situações as estratégias de intervenção acabam não dando certo e justifica isso como um fator que implica na não resolutividade de determinados casos, porém, entendemos que quando uma forma de atuação

não surte o efeito esperado é preciso à equipe junto com os demais atores envolvidos tenham antecipadamente planejado outro meio em caso da primeira opção estratégica não possibilitar uma intervenção eficaz. A/O referida/o profissional declara que o CREAS tem conseguido cumprir com sua função nesse processo, porém não revela de forma esclarecedora como, de fato, isso acontece. Essa afirmação poderia ser comprovada, por exemplo, através de levantamentos de casos.

As/Os demais profissionais informaram não ter enfrentado de forma eficaz essa demanda. Segue abaixo suas declarações:

Não. Eu acho que ainda não, ainda precisa avançar né e eu acho que ainda precisa as denúncias virem, porque uma dificuldade que a gente tem é que antes na questão que a gente fala sobre prevenção e tudo, a criança só vem quando o caso já tá consumado, já tá um negócio, né, avançado [...] a gente tá sempre fazendo essas campanhas pra que eles entendam, pra nos primeiros sinais já retirar o agressor de casa né, o possível agressor, os primeiros sinais [...] mas eu acho que quando acontece né, [...] é atendido pelo conselho, pelo psicólogo do CREAS, é encaminhado pro CAPS (Profissional B).

Ainda creio que não, esse é um problema íntimo que envolve famílias e as famílias, geralmente, ainda tem preconceito contra isso, ainda demoram a denunciar, ainda esconde, e existem muitos casos subnotificados pela culpa de responsabilizar uma criança por aquilo, a criança geralmente ainda fica muito sensibilizada e é vítima. Geralmente os nossos atendimentos ainda tem dificuldades de revitimizar a criança, porque a criança passa por uma primeira escuta, muitas vezes passa por uma segunda escuta e isso vai criando todo um processo doloroso para os profissionais e para as próprias vítimas (Profissional C).

Como eu tenho pouco conhecimento, eu não posso dizer se tem (Profissional D)

Não. Não tem por conta justamente dessa desconexão da rede, porque se a rede, como já foi falado, fosse mais amadurecida, tivesse o planejamento em conjunto com toda a rede seria até impossível da gente conseguir resolver tudo, mas seria mais eficaz com certeza (Profissional E).

Olha, se a gente consegue enfrentar eu não sei, porque eu só saberia em números né, se aumentou ou diminuiu, mas que eu vejo que há muito mais informação de quando eu entrei, por exemplo, pra hoje, eu vejo que os profissionais têm muito mais informação sobre o que é, como combater e quais os caminhos, identificando algum caso (Profissional F).

Notamos respostas semelhantes entre as/os profissionais B e C, ambas as partes destacaram que um das principais interferências no processo de enfrentamento seria o fato da demora e/ou da não denúncia dos casos, pois na maioria das situações ela não ocorre de imediato, dificultando o trabalho dos profissionais na identificação da violência, haja vista, que o ato de denunciar a violação facilita consideravelmente à atuação das/os profissionais e também pode ser compreendido como o primeiro passo para o enfrentamento. Porém, o que não deve acontecer é as/os profissionais caírem na culpabilização das famílias e as responsabilizarem totalmente pelo o ocorrido, isso porque há vários fatores em determinadas

situações que impedem as pessoas próximas das vítimas fazerem a denúncia, seja por ameaças recebidas, por questões de dependência financeira, medo, e entre outros motivos. A/O profissional C frisou um detalhe que merece atenção, diz respeito à revitimização da criança e do adolescente, os quais, em muitos casos passam por várias escutas e isto realmente é um dos fatores que acaba impossibilitando uma intervenção de qualidade.

Quando falamos em revitimização vivenciada pelo público infanto-juvenil entra em cena o assunto polêmico da metodologia, denominada, de “Depoimento Sem Dano”. Trata-se da substituição de uma audiência da justiça com a criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência e abuso sexual, dando lugar a escuta qualificada com profissionais especializados (especialmente Psicólogo e Assistente Social) em uma sala reservada e adequada, onde é feita uma conversa para colher o relato do sujeito violentado. Esse depoimento especial tornou-se obrigatório através da Lei n. 13.431 de 04 de Abril de 2017, configurando-se como uma tentativa de amenizar a dor da vítima durante a revelação do fato, ou seja, a intenção é evitar a ocorrência de vitimizar novamente o infante, tendo em vista que na antiga forma de ouvir a vítima através de uma audiência ficava frente a frente com o abusador provocando assim muito constrangimento e a sua revitimização. Esse assunto é permeado de divergências já que as principais instâncias representativas da esfera federal (Conselhos Federais) de Psicologia e Serviço Social se posicionaram contra a utilização deste procedimento, alegando que esta não seria função de ambas as categorias profissionais.

Devemos ressaltar a necessidade de toda a rede de proteção da infância e adolescência do município melhore e potencialize a fiscalização nesse sentido, através de profissionais que atuam diretamente e cotidianamente com crianças e adolescentes nas comunidades. Não se trata aqui de uma fiscalização de caráter polialesco, podendo ser desenvolvida de diversas formas dentro das próprias ações preventivas, dialogando com o referido público, nas escolas, com mais frequência sobre o assunto, assim como através de trabalhos socioeducativos desenvolvidos também em visitas domiciliares feitas por agentes de saúde e profissionais dos CRAS, já que estão mais próximos das comunidades e dentre outras.

Na declaração da/o profissional E, é reafirmado o problema da desconexão da rede, sendo uma justificativa bastante contundente para explicar o porquê da violência sexual não estar sendo enfrentada eficazmente. Nesse sentido, não há como negar que sem o funcionamento efetivo do trabalho em rede, provavelmente, acaba por inviabilizar a eficácia do enfrentamento dos casos, já que esse tipo de trabalho é essencial nesse processo. Em outras palavras: quando não acontece o trabalho articulado entre os órgãos da rede, desencadeia

numa intervenção fragmentada e incompleta, pois um órgão sozinho dificilmente consegue dar conta de responder a uma demanda tão complexa como esta.

Ao lermos a resposta da/o profissional F podemos identificar que esta/e não conseguiu ter um posicionamento mais esclarecido a respeito do questionamento apresentado, apenas afirmou que houve uma melhora no tocante as informações que as/os profissionais da instituição tinham sobre a violência sexual. Reforçou a importância e a necessidade de levantamentos voltados a constatar se estão ou não enfrentando de forma eficaz essa violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Por intermédio das declarações das/os profissionais ficou evidenciado que, lamentavelmente, a articulação do CREAS com a rede de proteção do público infanto-juvenil está fragilizada e precisa ser melhorada em muitos aspectos, e conseqüentemente isto pode não estar possibilitando enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes da maneira adequada e, muito menos obter êxito nas intervenções.

Buscando complementar a questão anterior, solicitamos aos participantes da pesquisa suas opiniões em torno do que consideravam como sendo necessário para fortalecer a rede de proteção dos direitos infanto-juvenis da cidade de Sousa-PB. Leiamos as respostas das/os profissionais sobre este questionamento:

Eu acho que isso aqui permeia o diálogo. A rede proteção de crianças e adolescentes, aí você vai na questão, a proteção também permeia a prevenção, a prevenção se circunda os CRAS. Os CRAS trabalham muito essa questão de prevenção e outras instituições. E eu acredito que, volto a falar, o dialogismo entre as partes é a melhor forma para se fortalecer com o objetivo de enfrentar essa temática (Profissional A).

Bem, fortalecimento da rede né, uma equipe especializa da em atendimento né a criança e o adolescente né, principalmente vítima de violência [...] e eu acho que é um trabalho em rede mesmo. É questão de prevenção [...] é essa sensibilização mesmo, porque na verdade a gente acaba vendo, Maria, que a cada caso que chega acaba indo pros serviços [...] então a gente vê que precisa que a rede se sensibilize, entenda que o caso que é do CREAS também é do CRAS, também é do NASF também é todo o município. Então, fortalecer é o que a gente tá fazendo agora, a gente já teve a primeira reunião, como eu te disse, a gente já sentiu a angústia dos outros setores, a gente se juntou essas angústias e disse “vamos fazer a reunião”, e deu certo. Nós vamos ter agora nossa segunda reunião [...] e a gente tá muito feliz, assim, com os resultados [...] (Profissional B)

Acho interessante o que nossa equipe e que outras equipes estão fazendo atualmente, nós estamos saindo em conjunto, trabalhando em conjunto, CREAS, Conselho Tutelar, NASF principalmente e CAPS AD. Nós estamos buscando sempre trabalhar em conjunto pra ver se [...] em alguns desses casos nós conseguimos pelo menos sanar, fazer um primeiro atendimento qualificado, o que é muito importante. Porque se a gente setorizar, nós já descobrimos que a palavra setorizar aí, colocar um caso como se fosse só de responsabilidade de um profissional e de um setor só não dá resultado esperado (Profissional C)

O que eu consigo ver, pelo tempo que eu estou aqui, é o fortalecimento ainda maior do Conselho Tutelar e, sendo até redundante, a comunicação mais efetiva entre os órgãos citados (Profissional D).

[...] maior capacitação dos funcionários, eu acho que também mais funcionários, a quantidade de funcionários é muito pouca pra essa demanda. Sousa é uma cidade grande, tem a zona rural que praticamente a gente não consegue fazer intervenções na zona rural se não for através de denúncias, porque a locomoção, pouquíssimos funcionários, às vezes falta da logística fornecida pela Secretaria também não é boa, a logística com relação a carro, a motorista, a horário, até o pagamento desses funcionários por está em risco eminente social. Aí assim, eu acho que enfraquece até o profissional na hora de atuar (Profissional E).

O profissional conhecer o seu próprio trabalho, saber qual é realmente a sua competência. (Profissional F).

As sugestões apresentadas pelos sujeitos entrevistados foram distintas na maior parte das respostas, mas ainda houve apontamentos semelhantes, a exemplo das falas das/os profissionais B e C quando relatam que uma das formas de propiciar o fortalecimento da rede de proteção seria exatamente através do melhoramento do trabalho articulado e conjunto entre órgãos da rede socioassistencial e de outras políticas, trabalho este que, conforme as/os profissionais mencionadas/os estão desenvolvendo com maior efetividade.

Diante da resposta concedida pela/o profissional A na qual alerta apenas para um diálogo contínuo entre as instituições, entendemos que se esse diálogo não acontece de forma permanente e o trabalho com a rede, possivelmente, não flui. O diálogo, a conversa entre os órgãos é indispensável na execução do trabalho em rede e sem ele a rede de proteção fica fragilizada. A/O profissional D também afirmou a comunicação como o principal eixo para melhorar e fortalecer a referida rede, bem como relatou que o Conselho Tutelar precisa ser fortalecido. Até podemos concordar parcialmente com a sua sugestão, porém, o ideal é que seja fortalecida toda a rede e não apenas um órgão, pois sabemos que o conselho de forma isolada não conseguirá enfrentar a violência e por esse motivo sempre requisitará também a atuação de outros órgãos no enfrentamento da violência sexual.

Dentre as suas recomendações para o fortalecimento da rede protetora de crianças e adolescentes, a/o profissional B ressalta mais uma vez a necessidade de uma equipe própria e exclusiva a trabalhar com os casos de violência sexual cometida contra o segmento infanto-juvenil e cobra uma maior sensibilização por parte de toda a rede no sentido de que possa ser desenvolvido um trabalho mais humanizado. Em concordância com essas sugestões, à contratação de uma equipe especializada destinada exclusivamente a intervir nesses casos seria fundamental para fortalecer a rede, pois acreditamos que isso ajudaria a aliviar o CREAS e outros órgãos com acúmulo de outras tantas demandas complexas, assim como possibilitaria melhorias no processo de enfrentamento, já que seria tratada com prioridade e maior atenção.

Logo, conforme a literatura, no trabalho desta equipe:

Faz-se necessário o desenvolvimento de competências – comunicativas, relacionais e articuladoras – para a atuação profissional, as quais exigem um “olhar multidimensional e transdisciplinar” para o atendimento das demandas, conforme Carvalho (2010, p. 9). A falta dessas competências resulta em fragmentação da Rede, sobrecarga das Redes primárias e otimização de recursos. Entre outras palavras, são os impedimentos para uma efetiva articulação intersectorial [...] (CARVALHO, 2010 apud LOLIS; MOREIRA, 2016, p.120). Grifo nosso

A fala da/o profissional E apresenta problemas que infelizmente são comuns em boa parte dos municípios brasileiros, a exemplo da falta de um quantitativo ideal do corpo profissional nos aparelhos institucionais da política de Assistência Social, essa questão tem implicado numa excessiva sobrecarga de trabalho para as/os profissionais desta área, como também tem provocado, em muitas ocasiões, atuações tardias e de pouca qualidade. Esta/e profissional deixa claro que o governo municipal não tem fornecido condições objetivas para a equipe se qualificar e realizar intervenções em localidades mais distantes como na zona rural. Com isso, percebemos que a população do campo continua sendo desamparada em determinadas situações e até mesmo esquecida pelo poder estatal.

Os fatos elencados acima acabam ocasionando um enfretamento desqualificado da violência sexual, já que as condições básicas e mínimas para as/os profissionais atuarem frente a esta demanda não estão sendo garantidas pelo governo municipal, também resultante do processo de desmonte das políticas públicas empreendidas pelo Estado neoliberal sob a lógica de ajuste fiscal, isto é, os intelectuais neoliberais sempre direcionam como solução para as crises econômicas a redução dos investimentos nessas políticas e atacar os direitos constitucionais das/os trabalhadoras/es, utilizando o falso discurso de que o Estado está gastando demais, assim como sobre a existência de um déficit orçamentário, resumidamente definido como sendo a insuficiência de receitas para cobrir a despesas públicas.

De acordo com a/o profissional F o fortalecimento da rede de proteção poder-se-ia acontecer por intermédio de um melhor conhecimento das/os próprias/os profissionais em torno de suas competências, ou seja, a/o mesma/o culpabiliza as/os profissionais pelo enfraquecimento da rede, esquecendo que muita vezes esses sujeitos até estão empenhados em intervir sobre as demandas de forma eficiente, mas não são concedidas as condições de trabalho viáveis e necessárias para atender determinados casos. A fragilidade da rede não deve se resumir apenas a essa questão, imaginamos que, provavelmente, possa estar ocorrendo uma desresponsabilização por parte de alguns profissionais no tocante ao cumprimento de suas atribuições, e sem a responsabilização compartilhada dos atores e

instituições perante os casos de violação dos direitos de crianças e adolescentes, o trabalho desta rede tornar-se-ia mais dificultoso e fragilizado.

A partir do exposto constatamos que a rede de proteção da infância e adolescência não se encontra funcionando efetivamente, e necessita de melhorar em alguns pontos como, por exemplo, no tocante ao trabalho articulado entre seus órgãos, ou seja, instituições e atores que atuam diretamente com as situações de violação dos direitos de crianças e adolescentes possam desenvolver ações integradas e complementares, evitando o isolamento e a fragmentação dessas ações, tendo em vista que, assim, poderiam ser insuficientes para prevenir, responsabilizar o agressor e prestar o atendimento qualificado a vítima. É preciso a contratação de mais profissionais e formar uma equipe especializada e exclusiva para atuar nos casos de violência sexual infanto-juvenil, vemos também a necessidade do governo local formular e implementar programas e projetos destinados a atender as demandas do referido público, bem como a construção de políticas públicas.

Acreditamos que para realizar uma análise mais completa e aprofundada sobre a realidade das condições de trabalho das/os profissionais do CREAS, requisita-se compreender quais os principais elementos tem limitado o trabalho desta equipe, bem como aqueles que têm fornecido possibilidades para atuações eficazes da mesma, assunto este que trataremos no item posterior.

4.4 Limites e possibilidades postos a equipe multiprofissional do CREAS para intervir sobre a violência sexual de crianças e adolescentes

Ponderamos essas questões em razão de também ser uma realidade vivenciada por diversos profissionais dos serviços públicos, portanto, esses sujeitos sofrem as mais sérias consequências de todo o processo macroestrutural das novas estratégias e formas de exploração do trabalho. As/Os profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Sousa-PB não estão isentas/os de sentirem na sua prática profissional cotidiana os reflexos das transformações no mundo do trabalho, pautadas na precarização das relações de trabalho e das condições de existência das/os trabalhadoras/es, que, muitas vezes acaba interferindo negativamente nas suas atuações.

Realizadas essas considerações buscamos nesse momento finalizar a análise da entrevista, apresentando o último questionamento feito aos profissionais do órgão de proteção social especial deste município. Indagamos aos participantes da pesquisa, quais seriam os principais elementos que limitavam a atuação da equipe multiprofissional frente à violência

sexual de crianças e adolescentes, como também aqueles que forneciam possibilidades para o trabalho das/os mesmas/os.

Iniciamos essa abordagem com a resposta da/o profissional A:

A nossa estrutura, por mais que eu tenha falado bem, a nossa estrutura física, do órgão em si, é um. Nós conseguimos trabalhar bem com a questão humana, a dedicação supera e enfim [...] conseguimos solucionar, dar fim as certas problemáticas, portanto da violência, muito por causa da questão humana, da questão da dedicação, mas assim nós temos entraves que não ajudam a equipe multiprofissional a desenvolver o seu trabalho. Por exemplo, tivemos problemas com carro, problemas com funcionário foi remanejado para outro setor, passamos um período tendo limitações. E esse tipo de problema, que é problema que eu acho que existe em todos os órgãos não só do Brasil, como até fora, são os problemas que reduzem a nossa eficácia, da equipe multiprofissional no combate a violência sexual das crianças e adolescentes. A parte estrutural seria justamente o inverso, a parte estrutural você tem um transporte sempre em condições de uso, muitas vezes nós temos que nos dirigir para sítios muito distante com muitos buracos, agora tá chovendo, muitas vezes nós ficamos com medo do carro não passar. A questão estrutural faz a diferença, a questão física faz a diferença pra gente, agora depois de muito tempo foi implantado uma linha telefônica no nosso local de atuação, mas por causa das chuvas, por causa de um problema elétrico fomos desalojados. Então toda essa problemática física atrapalha o nosso trabalho, então pra resolver e ajudar a equipe multiprofissional teria que nos dar uma condição de trabalho melhor.

Na fala acima a/o profissional destaca a estrutura física como um ponto que influi na questão de desenvolver ou não um trabalho eficiente e revelou considerar a estrutura do CREAS favorável para trabalhar, assim compreendemos como uma possibilidade de atuação no órgão citado. No entanto, relata a existência de alguns fatores que dificultam a atuação da equipe, trata-se de condições objetivas limitadas, deixando entendido que apesar dessas condições, o esforço e o trabalho humanizado das/os profissionais deste órgão tem sido o ponto positivo nesse contexto, sendo também uns dos motivos pelos quais conseguem executar as intervenções eficazes frente a determinadas demandas, a exemplo da violência sexual infanto-juvenil.

No tocante a complexidade das demandas e sobre os riscos a que estão expostas/os as/os profissionais principalmente nos deslocamentos realizados pela equipe para localidades mais distantes, se torna pertinente ressaltar a questão da periculosidade deste trabalho. Consideramos ser necessário que essas/es profissionais deveriam receber uma bonificação nesse sentido.

A/O profissional A, declara que não são oferecidas a equipe multiprofissional condições estruturais adequadas e destaca esse fato como uma das principais dificuldades postas para se ter êxito no trabalho, ou seja, o governo municipal – segundo esta/e profissional - não tem dado condições de trabalho a esta equipe. Vale salientar que isso é fruto do processo de precarização das políticas públicas e conseqüentemente das mais diversas formas de trabalho, proposta pela agenda neoliberal, na qual temos, como afirma a autora

Elaine Rossetti Behring, um Estado mínimo para atender as necessidades das/os trabalhadoras/es e máximo para os interesses do modo de produção capitalista. Entendemos, diante dessas circunstâncias há negligência por parte do Estado que ao não dar as condições necessárias, em muitos casos, inviabiliza o trabalho das/os profissionais, podendo provocar desmotivação nesses sujeitos, agravamento dos casos, perpetuação da violência, e uma série de prejuízos aos demandantes dos serviços públicos.

Vejamos a seguir o que a/o profissional B falou a respeito desta indagação:

As dificuldades: de prevenção à gente faz esse trabalho, mas assim as dificuldades também é porque a gente tem inúmeras, agente não só tem esse caso, só violência sexual, a gente tem negligência, a gente tem atendimento a idoso, violência contra a mulher. Então assim, são muitos casos e não tem como ficar focado só nisso pra enfrentar, pra prevenir, pra combater, pra está assim nos bairros e dizer, tá toda semana, todo mês [...] fazendo isso, porque é muita demanda que a gente tem. Eu acho que esse é uma das primeiras dificuldades que a gente tem, por ser [...] de várias violências, então a gente não pode focar só na violência sexual. E as possibilidades é justamente a rede agora né, a gente trabalhar em rede e depois que a gente vê os casos principais, a gente também começar a trabalhar de forma articulada, como prevenir, como combater né. Porque aí todos os profissionais do município fazendo esse trabalho tá fortalecendo e tá coibindo ou tá diminuindo ou até combatendo realmente os casos que a gente ainda nem sabe, que a gente nem tem notificação, nem tem conhecimento [...].

Em relação aos limites postos no espaço sócio ocupacional onde atua a/o profissional B, enfatiza mais uma vez a realização de um trabalho preventivo que, como já mencionamos anteriormente, é uma atuação mais específica dos CRAS e não do CREAS. Esta/e profissional pontua também sobre o enorme quantitativo de demandas, sendo esta uma das principais dificuldades no processo de prevenir, combater e enfrentar a violência sexual de crianças e adolescentes. Esse fato, segundo a/o referida/o profissional, tem impossibilitado o desenvolvimento de ações socioeducativas, a respeito desta temática, com maior frequência nos bairros do município, isto é, tem atrapalhado até o processo de prevenção, tendo em vista que o tempo se torna pouco diante de tantas demandas que chegam ao órgão. Isso também tende a resultar em um trabalho desqualificado e ineficaz, já que as/os profissionais não tem disponibilidade suficiente para analisar os casos com maior atenção e pensar com tranquilidade e cautela em estratégias interventivas que deem conta de responder esse tipo de expressão da questão social.

A/O profissional B, descreve como uma possibilidade de atuação o trabalho em rede, algo que não vinha acontecendo de forma efetiva e após uma reunião com diversos profissionais de toda a rede passaram a se articularem melhor, buscando rever as falhas cometidas e o que precisa ser melhorado. De acordo com a sua resposta, esta/e profissional alerta sobre a relevância da articulação com a rede, a partir dela pode proporcionar o

fortalecimento da rede de proteção da infância e da adolescência, bem como possivelmente contribuir com a atenuação dos casos de violência sexual ou desencadeando o enfrentamento desta demanda. Concordamos com a/o profissional nesse sentido, entendo que o trabalho em rede operacionalizado da maneira correta, sem dúvidas, possibilita a equipe multiprofissional e a rede de um modo geral resultados satisfatórios em torno dos casos, pois quando os órgãos, políticas e atores sociais se articulam acabam desenvolvendo ações que se complementam.

Ao analisarmos as falas das/os profissionais A e B, verificamos que ambos apresentaram elementos diferenciados a respeito daquilo que limita e facilita as intervenções frente à violência sexual em crianças e adolescentes. A/O primeira/o frisou mais a respeito das condições de trabalho não concedidas pelo Estado e do que precisa ser melhorado nesse sentido, enquanto a/o segunda/o profissional focalizou na questão do acúmulo de demandas e no que as/os profissionais da rede precisaram fazer para ter mais possibilidades de atuação e assim conseguirem prevenir, combater e enfrentar esse tipo de violência.

Dando continuidade a entrevista, leiamos agora o relato da/o profissional C:

Elementos facilitadores acredito que seja a maneira como nós trabalhamos atualmente, que é buscando parcerias, que é conversando com outros profissionais de outras áreas, que é tentando entender que tipo de caso nós estamos recebendo, que hoje são mais de 110 casos no geral, casos novos já de 2018 pra cá [...] E depois disso, outro ponto facilitador eu acredito que seja a própria disponibilidade da Secretaria [de Assistência Social] em nos ouvir, se a gente tem algum caso grave, a gente sempre encontra apoio aqui dentro mesmo da Secretaria, a gente tem uma boa parceria com a Secretária e a coordenação, e a gente vem tentando desenvolver nosso trabalho justamente buscando resolver ou pelo menos melhorar a situação na maioria dos casos que a gente pega. Agora, aparte de dificuldades ainda é como nós conseguimos chegar e descobrir que numa determinada residência existe, por exemplo, caso de abuso sexual, não é fácil descobrir, as pessoas não querem nos contar, elas querem esconder, elas querem camuflar. E outro fato dificultador que eu acho ainda é a pouca quantidade de profissionais, deveria existir uma equipe só para o caso de abuso sexual, em que a criança fosse ouvida por todos os profissionais e o CREAS ele atende, conselho tutelar atende demandas do CREAS, então deveria existir mais profissionais capacitados para esses atendimentos.

A referida pessoa entrevistada iniciou a sua resposta falando das possibilidades de atuação, destacando a busca constante pelo trabalho articulado e conjunto com profissionais de outras instituições, assim como sobre a tentativa incessante da equipe de analisar cautelosamente as singularidades e particularidades dos casos, questões indispensáveis para uma intervenção satisfatória. Salienta sobre a relação de parceria da equipe com órgãos hierarquicamente superiores, esse fato é importante, pois, manter uma boa e sólida ligação com a coordenação e Secretaria de Assistência Social é mais uma opção de trabalhar articuladamente e de buscar apoio quando necessário, setores que podem contribuir com o melhoramento das condições de trabalho do corpo profissional e em determinadas situações

de entrave dos casos, durante intervenções, possam dar viabilidade as atuações das/os profissionais.

Em seguida, elenca os fatores que dificultam o trabalho no âmbito do CREAS, apontando o complicado processo de identificação da existência de violência no seio das famílias e a pouca quantidade de profissionais na instituição. No primeiro caso, consideramos que é preciso intensificar o trabalho de prevenção para evitar a ocorrência e/ou a consumação da violência, contribuir eficazmente no seu combate e acentuar as fiscalizações nos bairros utilizando como mecanismo ações educativas. Já no tocante a questão do reduzido quadro de profissionais foi um problema relatado por outras/os profissionais durante a entrevista, e cabe ao governo local mediante concurso público contratar mais profissionais e amenizar situações como: a excessiva carga de trabalho das/os profissionais, acúmulo de demandas, a não continuidade do atendimento de casos, perpetuação da violência, negação de direitos das/os usuárias/os e dentre outras.

Na sequência cabe apresentar a resposta da/o profissional D referente as dificuldade enfrentadas nesse processo e as possibilidades para atuar com eficiência frente a essa demanda:

[...] quanto às dificuldades, a desinformação, eu acho que a desinformação é muito grande [...] e complementando, eu acho que capacitações, campanhas de formas mais efetivas, porque eu acho que, pelo o que eu tenho visto, a coisa ela vai muito a toque de caixa como a gente diz, precisaria de mais ênfase nesse trabalho, nessas duas questões anteriores que foram ditas. (Profissional D).

A/O profissional citada/o acima declara que a principal dificuldade encontrada seria no tocante a falta de informações por parte da população, a respeito da temática, sugerindo a promoção de mais capacitações e campanhas, tanto para qualificar cada vez mais a equipe profissional como também com a finalidade de deixar a sociedade de um modo geral mais informada e orientada sobre o assunto. Percebemos que esta/e profissional devido o pouco tempo de trabalho na instituição, ainda não tem experiência, dentro do CREAS, o suficiente para afirmar com propriedade os principais fatores que inviabilizam atuações mais produtivas e nem sobre os mecanismos alternativos para enfrentar a violência sexual em crianças e adolescentes. Todavia, suas pontuações foram pertinentes e não podemos desconsiderá-las, tendo em vista a importância de fatores como capacitações e campanhas de cunho preventivo elucidadas pela/o profissional.

A resposta transcrita logo abaixo, foi dada pela/o profissional E, e é preciso adiantar que consideramos as suas argumentações como as mais detalhadas e completas se comparadas

com as demais declarações em torno deste último questionamento. A/O mesma/o declarou que:

Primeira dificuldade é uma interação melhor com a rede, primeiro é resolver essa questão, uma interação, reuniões periódicas, planejamento e ações conjuntas seria o primeiro passo. O segundo, aumentar a quantidade de funcionários pra conseguir atender a demanda que é uma demanda [...] muito complexa e acaba [...] acumulando o profissional [...] e o CREAS trabalha com diversas demandas e essa demanda é uma demanda importantíssima que a gente precisa ter um foco maior. [...] a gente poderia dizer até assim que tivesse uma equipe especializada somente pra esses tipos de casos, porque não são poucos, também não são muitos, mas esses casos precisam ser acompanhados sempre, precisa tá sendo sempre tendo uma monitoração de cada um deles. [...] seria justamente a correção dessas dificuldades, seria a interação da rede, a gente até teve uma época que a gente fazia reuniões periódicas com a rede pra discutir essas ações e [...] fazia até estudo de caso, como é que a gente conseguiu resolver ou como pode resolver. Então seriam essas reuniões planejamento com toda a rede, quando eu digo toda é do CRAS que atende a prevenção até o órgão judiciário que já atende uma questão mais acima dos serviços ofertados pelo município. Então assim, seria o primeiro passo contratação de mais profissionais e a valorização desses profissionais também né, não adianta só contratar e jogar numa sala e dar a demanda tem que dar condições de trabalho e tem que valorizar desde o salário a capacitação, a tudo que for possível para os profissional (Profissional E).

A/O profissional em destaque, frisou como sendo as principais dificuldades para prevenir, combater e enfrentar a violência sexual contra o segmento infantil e juvenil, a questão da desconexão da rede, dos poucos encontros para debater e planejar ações articuladas e conjuntas entre órgãos, do reduzido quantitativo de profissionais e do acúmulo de demandas que impossibilitam a equipe dar mais prioridade e atenção a esse tipo demanda, fatos estes que foram sendo apresentados por outras/os entrevistadas/os no decorrer da entrevista. Logo, constatamos que esses fatores são responsáveis por comprometer, em algumas situações, o trabalho de enfrentamento dessa demanda e que devem ser superados a caráter de urgência, para que a população usuária não continue sofrendo prejuízos nesse sentido, principalmente as crianças e adolescentes que provavelmente podem ser as mais prejudicadas por essas questões e continuarem tendo seus direitos violados. Percebemos a partir desses apontamentos, que o governo local não tem oferecido às condições de trabalho necessárias para a referida equipe desenvolver um trabalho eficiente frente a essa questão.

Com relação às possibilidades para atuar nesse processo, a/o referida/o profissional sugere aquilo que alguns profissionais já haviam destacado como necessário, trata-se de uma equipe especializada destinada apenas a trabalhar com os casos de violência sexual, com o intuito de possibilitar maior foco, prioridade e desenvolvimento de um trabalho contínuo com as vítimas e suas famílias devido o grau de gravidade e complexidade desta demanda. A/O profissional E, afirmou que as possibilidades seriam justamente adquiridas através da correção dos problemas elencados anteriormente e além de trazer em sua fala ponderações

semelhantes à de outros integrantes da sua equipe, a exemplo da necessidade de reuniões com fins de planejamento e elaboração de novas estratégias interventivas, do melhoramento da articulação em rede e da contratação de mais profissionais, esta/e profissional reparou para um elemento que não foi elucidado pelo restante dos sujeitos entrevistados, refere-se à valorização dessas/es trabalhadoras/es em todos os sentidos, desde o salário até a formação continuada das/os mesmas/os. Portanto, levando em consideração a experiência de estágio no âmbito do CREAS, pudemos presenciar inúmeras vezes as reclamações de toda a equipe no que concerne a questão dos baixos salários, que também é produto do processo de precarização intensificado no contexto da ofensiva neoliberal. Inclusive, vimos momentos em que as/os profissionais da instituição buscaram unir forças com profissionais de outros órgãos da rede socioassistencial para lutar por melhores remunerações.

Para finalizar a nossa análise, leiamos, em seguida, a resposta da/o profissional F:

Na verdade, eu acho que o maior problema da violência, que a gente encontra pra combater a violência, é você identificar os casos né, porque é algo muito sutil, é muito delicado. A identificação de todo o processo da violência sexual, a identificação para o profissional identificar, mesmo quando ele identifica ele fica com receio porque é algo muito grave [...].

Olha, o que a gente vem trabalhando, principalmente a campanha que passa o ano todo, o que a gente vem atuando é na conscientização né, trabalhamos muito com as crianças e adolescentes, mas as dos profissionais eu creio que seja o ponto alto da conscientização.

Verificamos que a/o profissional F, ressaltou a mesma dificuldade apontada pela/o profissional C, no que diz respeito à dificuldade de identificar a existência de violência sexual nas residências, esse é um trabalho muito difícil e delicado de se fazer, tendo em vista a questão do silêncio das vítimas e das pessoas que convivem com a mesma que não conseguem se encorajar e realizar a denúncia pelas mais diversas razões. A/O profissional mencionada/o, declara também sobre o receio das/os profissionais nesse processo, entendemos que isso possa ser até inevitável de acontecer, porém é preciso que os atores interventores tenham preparação e responsabilidade o suficiente para saber os melhores caminhos e formas de detectar se o ato realmente ocorreu ou não, ou seja, o que jamais esses sujeitos podem fazer é afirmarem a existência da violência sexual em determinada família sem que tenham total convicção e provas concretas disto.

Por fim, somente indica uma possibilidade de atuação, refere-se a realização de campanhas durante todo o ano, focando na prevenção. Notamos que a/o mesma/o apresenta uma visão restrita e não tão crítica a respeito dos problemas existentes no espaço onde atua, podemos afirmar isso com certa propriedade pela vivência de estágio no seio do CREAS.

Diante de toda essa abordagem, conseguimos constatar quais os pontos positivos e negativos dentro do CREAS, bem como em que condições de trabalho se encontram a equipe multiprofissional do órgão e o que precisa ser aprimorado e melhorado nesse setor e no trabalho destas/es profissionais para que possam atuar de forma eficiente e eficaz frente a violência sexual de crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos que a forma de analisar a violência sexual vem se modificando, o que resulta na ampliação de possibilidades para compreender, intervir, prevenir, combater e enfrentar esse tipo de violência, com vistas a garantir proteção integral as crianças e adolescentes, principalmente, no tocante a sua integridade biopsicossocial. Entretanto, como já foi outrora afirmado, apesar do aparato normativo legal em defesa dos direitos da população infanto-juvenil esses sujeitos continuam sofrendo diversas formas de violações, até mesmo aquelas mais desumanas, a exemplo da violência sexual e, assim, permanecem tendo a sua condição especial de ser humano em desenvolvimento desrespeitada.

A violência sexual compreendida nesta pesquisa como uma expressão da questão social e fruto das relações sociais capitalistas pautadas na desigualdade, no abuso de poder, na dominação e na exploração, também é intrinsecamente ligada as determinações históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais.

No decorrer de toda essa abordagem, enfatizamos que a violência sexual pode atingir toda e qualquer pessoa, seja do sexo feminino ou masculino, independentemente de idade, da condição econômica, de onde resida, de raça/etnia e dentre outras características.

Porém, é preciso deixar claro que essa violência se revela de formas diferenciadas em cada uma dessas dimensões, e por isso, realizamos um recorte de classe, gênero e raça a partir de dados estatísticos que comprovam nossa afirmação, os quais apontam como maiores vítimas: mulheres (no caso de crianças e adolescentes: as meninas), negras e pobres.

Identificamos a partir da entrevista que o atendimento as vítimas desse tipo de violência, no âmbito do CREAS, é feito pelo psicólogo da instituição, porém nenhum das/os demais profissionais explicou de forma detalhada como de fato é realizada a escuta qualificada, deixando uma lacuna neste quesito, principalmente pelo fato de não termos conseguido aplicar a entrevista com o referido profissional por motivos aqui anteriormente revelados. Em suma, o trabalho operacionalizado pela equipe deste órgão se dá principalmente através de eventos abordando essa temática e de ações preventivas de cunho socioeducativo em escolas, esclarecendo ao próprio público alvo o que é essa violência, como ela ocorre, como identifica-la, onde denunciar, por que denunciar e por aí se vai. Todavia, constatamos ainda o trabalho preventivo não tem sido o suficiente, tendo em vista, o aumento dos casos, por esta razão a prevenção deve ser intensificada e aprimorada em suas estratégias.

É oportuno esclarecer que o CREAS pode colaborar no quesito da prevenção, porém este órgão não pode priorizá-la enquanto foco de suas intervenções como vem acontecendo,

visto que o principal órgão responsável por desenvolver as ações de caráter preventivo deve ser os CRAS. Nesse sentido, a partir das falas das/os profissionais constatamos uma falta de conhecimento por parte desses sujeitos sobre o que realmente é responsabilidade do órgão no qual atuam, assim como evidenciamos em seus relatos que há uma desarticulação entre os referidos aparelhos institucionais. Esses fatores acabam favorecendo para a ineficiência da rede e do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

A não realização da denúncia ainda tem sido um dos grandes desafios para enfrentar essa demanda, mesmo com o avanço de legislações voltadas a proteger as vítimas e responsabilizar o sujeito agressor. As/Os participantes da pesquisa destacaram o ato da denúncia como umas das questões que dificultam a identificação dos casos e o seu enfrentamento. Por isso, é preciso melhorar as ações preventivas inovando seus mecanismos interventivos, de modo, que também impulse o encorajamento da sociedade para efetuar a denúncia.

Ficou evidenciado nas respostas das/os profissionais, que uma parte da equipe ainda possuem noções básicas e limitadas a respeito da concepção de trabalho em rede, isto é, algumas/uns demonstraram não entender esse trabalho a partir de uma perspectiva Inter setorial, assim se restringindo a um olhar setorizado. Isso pode acarretar até na dificuldade em atuar de forma articulada.

Com relação ao trabalho em rede, constatou-se a sua fragilização e, de fato, não vinha acontecendo. A articulação do CREAS com os órgãos de outras políticas, basicamente, se dava por intermédio de encaminhamentos. De acordo com os relatos dos sujeitos entrevistados, elementos fundamentais para a realização do trabalho articulado com outras instituições não estavam sendo desenvolvidos, como por exemplo, reuniões contínuas entre as/os profissionais de toda a rede visando discutir o que precisava ser melhorado, rever as falhas, os acertos, debater casos de maior gravidade como os de violência sexual e traçar novas estratégias de intervenção. Vale salientar, que alguns integrantes da equipe multiprofissional relataram a respeito de uma parte da rede ter percebido a fragilidade e diante disto, recentemente, retomaram as reuniões em busca de consertar os erros e melhorar o trabalho em rede, fato este motivo de alegria e esperança.

A rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes do município estava parcialmente desarticulada, uma questão preocupante já que isso implica em um não enfrentamento eficaz da violência sexual e outros tipos de violações. Podemos destacar alguns dos principais fatores causadores desse problema, como a falta de diálogo permanente, a interação e conexão entre os órgãos, os entraves, a demora de respostas dos setores do poder

judiciário e dentre outros. É necessário mudar em relação a esses pontos, para que as crianças, adolescentes realmente recebam a proteção integral prevista na lei, ou seja, em caráter de urgência deve haver um fortalecimento e um incentivo à articulação efetiva dos órgãos e instituições da referida rede.

As/Os próprias/os profissionais afirmaram ser quase impossível responder eficazmente a complexidade da violência sexual intervindo de forma isolada, por essa razão, frisaram a relevância do trabalho em rede no processo de enfrentamento. Concordamos também com a sugestão dos sujeitos entrevistados acerca da necessidade de uma equipe exclusiva a atender esta demanda em específico.

O poder estatal local não tem oferecido todas as condições necessárias de trabalho aos profissionais, os quais têm sofrido com o intenso processo de precarização. Necessita-se ter mudanças positivas desde as condições estruturais e objetivas, promoção de mais capacitações, contratar mais profissionais, aumentar os salários e investir recursos na elaboração e implementação de programas, projetos voltados a combater a violação dos direitos de crianças e adolescentes (especialmente as situações de violência) e melhorar a vida desses sujeitos garantindo sua proteção, bem como a formulação de políticas públicas destinadas a atender as demandas deste público.

Diante da fragilização do trabalho articulado com toda a rede de proteção, acreditamos ser oportuno os atores e órgãos envolvidos adotarem em suas intervenções a perspectiva da intersetorialidade, estratégia esta que possibilitará o desenvolvimento de ações efetivamente articuladas, integradas e complementares, assim como superar a fragmentação das ações. Para tanto se exige a realização de reuniões periódicas destinadas ao planejamento de tais ações a fim de enfrentar esta lamentável expressão da questão social.

Buscamos com a produção deste trabalho de conclusão de curso contribuir no processo de enfrentamento deste grave crime, revelando aos possíveis leitores como vem ocorrendo o trabalho da equipe multiprofissional do CREAS frente a esta face da violência estrutural, na tentativa de fornecer uma análise que possa ajudar essas/es profissionais na redução dos números desses casos e, assim, também proporcionar a ampliação e qualificação do debate em tono dessa temática. Para além disso, o nosso intuito é mobilizar e incentivar todos os profissionais da rede e toda a sociedade a repudiarem a violência sexual de crianças e adolescentes e abraçarem essa causa dando a sua parcela de contribuição para viabilizar a proteção desses sujeito acometidos com as mais diversas formas de violação, e desse modo, continuarem denunciando tais práticas, enfrentando, combatendo e refletindo criticamente sobre este assunto.

Considerando que o estudo refere-se à realidade de Sousa- PB, poderá ser útil para que o governo local possa dar mais possibilidades de atuação aos profissionais do CREAS, e ainda que os gestores municipais aumentem os investimentos nesse setor, para assim, assegurar os direitos da criança e do adolescente previstos no Estatuto da Criança e Adolescente e enfrentar de forma eficaz a violência contra a população infanto-juvenil.

Para finalizar, vale esclarecer que esta abordagem é apenas uma recorte de análise e não pretende dar conta da totalidade do problema apresentado, mas podendo ser aprofundada melhor em futuros trabalhos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. P. de. **As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9412>. Acesso em 25 de abril de 2019.

ALMEIDA, Larissa Martins de. **O social-liberalismo e a Assistência Social estratégias de focalização na extrema pobreza nos governos" neodesenvolvimentistas"**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual da Paraíba. 2014.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. Boitempo Editorial, 2018.

AZEVEDO, M. A. et al. **Organização da Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo, Cortez, 1997.

BAPTISTA, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serv. soc. soc.**, n. 109, p. 179-199, 2012.

BIDARRA, Z. S. et al. **Política de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: Um estudo sobre tópicos dos PNEVSCAs 2000 e 2013**. Paraná. 2014.

BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Resolução 113 / CONANDA, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Revista CREAS : Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. -- Ano 2, n. 1, 2008. – Brasília: MDS, 2008 – p.13.

BRASIL. **Um Balanço das Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente**: Elementos para uma reflexão. Brasília, Março de 2010. 2ª ed.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas e Respostas Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS**. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL, Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Faça Bonito. 2013.

BRASIL. **Norma Operacional básica da Assistência Social**. Dispõe sobre Diário Oficial da União. Brasília, Janeiro de 2013.

BRASIL, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento**. 1 ed. Brasília-DF. 2015. Disponível em:

<http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_violencia_contra_crianças_a_dolentes_web.pdf> . Acesso em 18 de jul. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. ECA 2017. **Estatuto da criança e do Adolescente versão atualizada**. 2017. Disponível em: <http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wpcontent/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf> . Acesso em 11 de jun. 2018

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos Relatório 2017**. 2018. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dados-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf/view>> . Acesso em 11 de jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. v. 49. 2018.

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. **CFESS. Conselho Federal de Serviço Social.(Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CEAD/Ed. UnB, 2009.

CASTRO, Ana Luiza. **O afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar/ Como o direito brasileiro trata o tema**. 2016. Disponível em: <<https://analuzacastro.jusbrasil.com.br/artigos/323121219/o-afastamento-da-crianca-e-do-adolescente-do-convivio-familiar>>. Acesso em 12 de mar de 2019.

CEDECA RENASCER. **A função de um Cedeca**. Disponível em: <<http://www.cedecacasarenascer.org/funcao-cedeca>>. Acesso em 08 de mar de 2019.

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, S. M. **A Centralidade da Família nas Políticas Sociais de Atenção Básica: qual projeto e direção do trabalho social com famílias**. Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz do Maranhão, 2011.

COELHO, T. **Ciência e Saúde**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/maioria-dos-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-ocorre-em-casa-notificacao-aumentou-83.ghtml>>. Acesso em 20 de fev de 2019.

CONANDA. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <<https://www.aldeiasinfantis.org.br/getmedia/4e718cd6-4486-460c-97d9-ad63f2f92768/O-que-e-CONANDA.pdf>> . Acesso em 11 de mar de 2019.

CONCEIÇÃO, C. M. da. **O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA: a forma de enfrentamento do Estado na contemporaneidade**. Jornada Internacional de Políticas Públicas. Alagoas, 2013.

CONSCIÊNCIA NET. **III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. 2008. Disponível em:

<<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjExbaSgrjiAhW0IrkGHbp8DBAQQFjACegQIBRAB&url=http%3A%2F%2Fconsciencia.net%2Fiii-congresso-mundial-de-enfrentamento-da-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes%2F&usg=AOvVaw3eu8r5N7j4gsoThAM6Htsq>>. Acesso em 25 de fev. de 2019.

CORDEIRO, M. N. de A. **A evolução do pátrio poder - poder familiar**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 22 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.55706&seo=1>>. Acesso em: 05 maio 2019.

CRUZ, A. C. S. MARX, Karl. A CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 8, n. 2, p. 197-200, 2016.

CRUZ, G. A.; SARAT, M. **História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador**. **Educação e Fronteiras**, v. 5, n. 13, p. 19-33, 2015.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília: Theasaurus, 2000.

FALEIROS, V. de P.. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário**. Revista Ser social n.2. 1998.

FERREIRA, A. L. S. **Trabalho, Estranhamento e Comunismo em Marx**. 6º Encontro de Pesquisa na Graduação em Filosofia da Unesp, Vol. 4, nº 1, 2012.

FARAJ, S. P; SIQUEIRA, A. C. **O Atendimento e a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente vítima de violência sexual na perspectiva dos profissionais do CREAS**. 2012. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/download/2097/2357>>. Acesso em 11 de jun.2018

FERREIRA, F. D. do N. **O abuso sexual contra crianças e adolescentes e o enfrentamento dos centros de referência especializados de assistência social (CREAS): demandas, contradições e desafios**. Trabalho de Conclusão de Curso. Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2012.

FREITAS, R. de C. S.; MESQUITA, A. A. **As novas expressões da “questão social” e as famílias brasileiras: reflexões para o Serviço Social**. Encontro Nacional de Políticas Sociais, 2011.

GASPAROTTO, G. P.; GROSSI, P. K. & VIEIRA, M. S. O ideário neoliberal: a submissão das políticas sociais aos interesses econômicos. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, n. 11, 2014. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11812>. Acesso em 27 de abril de 2019.

GERMER, C. M. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. **Crítica Marxista**, v. 29, n. 1, p. 75-95, 2009.

GERÔNIMO, L. L. et al. **A importância do trabalho em rede na garantia dos direitos sociais: uma experiência no instituto Guga Kuerten e no bairro Itacorubi (Florianópolis/SC)**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008

GÓES, J. R., FLORENTINO, M. **Crianças escravas, crianças dos escravos**. In. PRIORE, Mary Del. *Historia das Crianças no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

HENICK, A. C; FARIA, P. M. F. História da infância no brasil. **ANAIS EDUCERE**, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de . **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41^a. ed. São Paulo: Cortez, 400p. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **Revista Ser social**, Brasília, v.15, n. 33. 2013.

IANNI, O. **A violência na sociedade contemporânea**. **Estudos de Sociologia**, v. 7, n. 12, 2002.

KOLLONTAI, V. **A família burguesa não nos contempla**. Blog da página Feminismo Sem Demagogia – Original. 2017. Disponível em: <https://feminisosemdemagogia.wordpress.com/2017/02/21/a-familia-burguesa-nao-nos-contempla/>>. Acesso em 12 de mar de 2019.

LIMA, H.C. de A. F; BARBOSA, C.T. **VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE: uma violação de direitos**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2011.

LOURENÇO, C. de M. E.; ENGELBRECHT, M. R. **O modo de produção capitalista e as novas formas de requisições do trabalho**. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina. 2017. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=O+MODO+DE+PRODU%C3%87%C3%83O+CAPITALISTA+E+AS+NOVAS+FORMAS+DE+REQUISICI%C3%87%C3%95ES+DO+TRABALHO&btnG=>>. Acesso em 28 de abril de 2019.

MACHADO, E. J. Considerações em torno da obra o capital de Karl Marx no que tange à mercadoria, valor e trabalho. **Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 2, n. 03, 2010.

MAUAD, A. M. **A vida das crianças de elite durante o Império**.In. PRIORE, Mary Del. *Historia das Crianças no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MEDEIROS, J. **Qual a diferença entre CRAS e CREAS?**. Entenda.Excelência na Gestão do SUAS. Disponível em: <<https://www.blog.gesuas.com.br/diferenca-cras-creas/>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

MENEGHETTI, G. **Juízo de Menores, Semanas de Estudos, Serviço Social: algumas notas explicativas.** 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2009/60%20Ju%EDzo%20de%20Menores_%20Semanas_de_Estudos_Servi%20Social_final.pdf>. Acesso em 26 de abril de 2019.

MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde pública**, n. 10, pp. 7-18, suplemento 1, 1994.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-696, 2009.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

PASSETTI, E. **Crianças Carentes e Políticas Públicas.** In. PRIORE, Mary Del. Historia das Crianças no Brasil. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PAIXÃO, A. C. W; DESLANDES, S. F. Análise das Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil. **Revista Saúde e Sociedade.** v.19 n.1 São Paulo Jan./Mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n1/09.pdf>>. Acesso em 20 de jul. 2018.

PINTO, G. A.; SGARGETTA, G. **Da natureza à história: sobre o trabalho e a formação do ser social na ontologia de GyörgyLukács.** Revista Redes de estudo do trabalho, Ano V, n. 9. 2011. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/12revistaRET9.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2019.

POLETTO, L. B. A (des) qualificação da infância: a história do Brasil na assistência dos jovens. **Trabalho apresentado no IX Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul,** 2010.

PRIORE, M. D. (org.) **História das crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RAMOS, F. P. **A historia trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI.** In. PRIORE, Mary Del. Historia das Crianças no Brasil. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas** / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Sousa Peres _ (et al). – 3. Ed. – 15. Reimpr. – São Paulo : Atlas, 2014.

RIZZINI, I. **O século perdido. Raízes históricas das políticas sociais para a infância no Brasil..** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio; São Paulo : Loyola, 2004.

RUFINO, Priscila de Moraes. **A produção da pobreza na sociabilidade capitalista**. Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, 2017.

SANTANA, A. C. de O. **Violência infrafamiliar contra crianças e adolescentes: uma análise dos casos atendidos no NACA-Rio, no período de 2009 e 2010**. 2016.

SANTI, L. **Programa Sentinela x CREAS: um estudo comparativo**. 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Lucimeri-Santi-FUMDES.2013.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2019.

SIQUEIRA, A. C. **Serviço social e violência sexual: reflexões a partir do trabalho da Rede de Atenção à Violência Sexual de Diadema**. Diss. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

SANTOS, C. T. dos et al. **Abuso sexual com criança: uma demanda para o Serviço Social**. 2014. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014.

SILVA, G. E. C; SILVA, M. C. F. **De menor em situação irregular a sujeitos de direitos – histórico da assistência a criança no Brasil**. Revista de Humanidades, Tecnologia e Cultura n. 01 v. 02 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.fatecbauru.edu.br/ojs/index.php/rehutec/article/viewFile/24/23>>. Acesso em 16 de jul.2018.

SOARES, J. **Abuso sexual em crianças e adolescentes serviço social e rede de enfrentamento município pontal de Paraná**. 2016. Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná. 2016.

SOBRINHO, José Pereira de Sousa. **O conceito da classe em si da classe para si como uma unidade dialética entre posição de classe e luta de classe**. I JOINGG– Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. VII JOREGG – Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia. 2016. Disponível em: <<http://www.gramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/O-CONCEITO-DA-CLASSE-EM-SI-DA-CLASSE-PARA-SI-COMO-UMA-UNIDADE-DIAL%3%89TICA-ENTRE-POSI%3%87%3%83O-DE-CLASSE-E-LUTA-DE-CLASSE.pdf>>. Acesso em 01 de maio de 2019.

SOUZA JUNIOR, H. P. de; BITENCOURT, C. D. de S.; TRIGINELLI, D. H. **Educação e violência: uma reflexão a partir da ontologia do ser social**. *Pro-Posições* [online]. 2017, vol.28, n.1, pp.103-124. ISSN 1980-6248. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0044>>.

UNICEF. **Sobre o UNICEF**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>>. Acesso em 01 de mar de 2019.

VAN DER LINDEN, Marcel. Proletariado: conceito e polêmicas1. **Revista Outubro**, v. 21, 2013.

YAZBEK, M. C. **Sistemas de proteção social, intersetorialidade e integração de políticas sociais**. A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. São Paulo: Papel Social, p. 77-103, 2014.

APÊNDICE A- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

INSTRUMENTO DE PESQUISA

- Roteiro de entrevista a ser realizada com os/as profissionais que atuam no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Sousa-PB.

1. DADOS PESSOAIS

1.1. Idade: _____

1.2. Sexo: _____

1.3. Escolaridade: _____

1.4. Formação profissional: _____

1.5. Tempo de atuação: _____

1.6. Cargo/Função no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS):

1.7. Tempo de atuação no CREAS: _____

2. No CREAS de Sousa-PB, o que tem sido feito para enfrentar a violência sexual contra o público infanto-juvenil? Como ocorre, de fato, o atendimento nesses casos?

3. Como é exercida a sua atuação no processo de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes? E quais as principais estratégias de intervenção você considera como eficazes para combater e enfrentar essa questão?

4. Existem quantos casos de violência sexual?

5. Você já participou de alguma capacitação específica para que atue frente à violência sexual em crianças e adolescentes eficazmente?

6. No âmbito da Secretaria de Assistência Social há incentivo para que os profissionais participem de capacitações?

7. Em sua opinião, o que é trabalho em rede? Qual a relevância do trabalho em rede?

8. Em Sousa-PB quais são os serviços e atendimentos ofertados pela rede de proteção da infância e adolescência para enfrentar a violência sexual contra o referido público?

9. No âmbito do CREAS de Sousa-PB, ocorre o trabalho em rede? Quais as dificuldades para a realização do trabalho em rede?

10. Em sua opinião, o CREAS juntamente com os demais órgãos que compõem a rede de proteção de crianças e adolescentes deste município, tem conseguido enfrentar a violência sexual de forma eficaz?

11. O que você considera como sendo necessário para fortalecer a rede de proteção das crianças e dos adolescentes deste município?

12. Quais são as dificuldades e possibilidades de atuação para que a equipe multiprofissional do CREAS consiga prevenir, combater e enfrentar a violência sexual que atinge crianças e adolescentes?

APÊNDICE B- TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

(maior de 18 anos)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada de **“Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Uma análise acerca do trabalho multiprofissional em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social no sertão paraibano”**. A sua participação deve se dá de forma voluntária, isto é, participar desta pesquisa não é obrigatório, e caso ache necessário, por qualquer que seja o motivo, o/a participante tem o direito de desistir a qualquer momento e retirar o seu consentimento, não sendo prevista nenhum tipo de penalidade ou prejuízo para o/a mesmo/a.

Este estudo tem por objetivo analisar como tem sido desenvolvido o trabalho da equipe multiprofissional do CREAS de Sousa-PB às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual, apreendendo as possibilidades e os desafios postos aos profissionais deste órgão para o enfrentamento dessa expressão da questão social e desvelando como tem se dado a atuação deste junto à rede de proteção da infância e da adolescência nesse processo.

A pesquisa é uma exigência do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, sendo, portanto, um trabalho de conclusão de curso da pesquisadora **Maria Siqueira de Abreu**, sob a orientação da Prof.^a M.^a **Juliana e Silva de Oliveira**, docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande campus Sousa/PB, localizada na Rodovia Antônio Mariz, BR -230, Km 466, CEP: 58.800-120, fone: (83) 2101- 1830.

Ao decidir participar dessa pesquisa, o/a participante voluntário/a, deve submeter-se a uma Entrevista de caráter Semiestruturado contribuindo com o fornecimento de informações relevantes sobre as experiências do cotidiano institucional, principalmente no que se referem aquelas relacionadas à demanda de violência sexual cometida contra o público infante-juvenil. Sua participação consistirá em responder a uma entrevista gravada, na qual serão abordadas questões de cunho profissional sobre a temática proposta.

Durante a entrevista o/a participante tem todo o direito de se negar a responder toda e qualquer pergunta, da qual não tenha conhecimento ou mesmo não queira responder, e em qualquer momento poderá interromper sua participação, devendo apenas comunicar ao pesquisador de sua desistência.

Para o/a participante voluntário/a apenas caberá a autorização e não haverá nenhum risco ou desconforto ao/a mesmo/a

Em relação ao pesquisador/a, caberá a este/a desenvolver a pesquisa por meio da autorização da pessoa voluntária que decidiu participar da pesquisa, de modo que o/a participante tenha seu direito à confidencialidade assegurado conforme o que está previsto na **Resolução 466/2012** do Conselho Nacional de Saúde/ Ministério da Saúde.

O pesquisador deverá obedecer aos procedimentos técnicos exigidos para que não venha comprometer a qualidade e autenticidade das informações que serão coletadas, para tal será utilizada a técnica de análise de conteúdo. Respeitando a resolução acima supracitada, todas as informações obtidas serão utilizadas de modo a garantir total sigilo e respeito para com os/as sujeitos entrevistados/as, garantindo que qualquer dado exposto não revele, por hipótese alguma, a identidade dos mesmos, assim como levando em consideração as questões éticas que perpassam a temática estudada.

Em caso de surgimento de dúvidas ou pedido de esclarecimentos, o/a participante terá a sua disposição a pesquisadora Maria Siqueira de Abreu como representante da equipe científica, podendo entrar em contato com a mesma através do seguinte número de telefone celular: (83) 99371-1337.

Ao concordar com todos os esclarecimentos aqui realizados, você participante, caso tenha interesse, poderá livremente acessar ao conteúdo desta pesquisa, tendo também o direito de debater sobre os dados com o sujeito pesquisador. É necessário enfatizar que o participante ao autorizar sua participação deverá, logo em seguida, assinar esse termo de consentimento livre e esclarecido, que constará com duas vias sendo uma sua e a outra da pesquisadora responsável.

Eu _____, declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente entendido (a) e esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma. Afirmando ainda que, por minha vontade, aceito participar da pesquisa contribuindo com a coleta de informações, e estou completamente ciente que receberei uma via deste documento.

Sousa-PB, _____ de _____ de 2019

Pesquisador Responsável

Participante da Pesquisa

APÊNDICE C- TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____, depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada **“Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Uma análise acerca do trabalho multiprofissional em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no sertão paraibano”** poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora **Maria Siqueira de Abreu** a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, congressos e jornais;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa **Maria Siqueira de Abreu**, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Sousa-PB, _____ de _____ de 2019

Pesquisador Responsável

Participante da Pesquisa